



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 079

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	C a p a
ASSESSORIA DA MESA	1 4 4 1
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1 4 5 6
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1 4 5 6

TAQUIGRAFIA

ATA DA 11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA DEBATER O NIVELAMENTO CONCEITUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, BEM COMO DEBATER SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COM O PROPÓSITO DE CONHECER E DEBATER SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, ENFATIZANDO A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS CATADORES/AS DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS.

(Em 11 de maio de 2015)

**Presidência do Sr.
RIBAMAR ARAÚJO - Deputado**

(Às 9 horas e 31 minutos é aberta a Sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhores e Senhores, muito bom dia!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Ribamar Araújo, tendo como objetivo o nivelamento conceitual da Economia Solidária, bem como debater sobre a Implantação da Política Estadual de Economia Solidária com o

propósito de conhecer e debater sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enfatizando a Inclusão Social e Produtiva dos Catadores/as de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, realiza esta Audiência Pública.

Para composição da Mesa convidamos o Excelentíssimo Sr. Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública; a Excelentíssima Sra. Valdenice Domingos Ferreira, Secretária de Estado da SEAS; Sr. Francisco das Chagas, Assessor da Secretaria Geral da Presidência da República; Excelentíssimo Sr. Jurandir Bengala, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho; Sr. Israel Viera, representando a FECOMERCIO; Sr. Olavo Nienow, Secretário do Fórum Lixo e Cidadania de Rondônia; Sr. Raimundo Moreno, representante do Movimento Nacional dos Catadores e Fórum Estadual de Economia Solidária.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater o nivelamento conceitual da Economia Solidária, bem como debater sobre a Implantação da Política Estadual de Economia Solidária com o propósito de conhecer e debater sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, enfatizando a Inclusão Social e Produtiva dos Catadores/as de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

Com a palavra o Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Nacional, letra de Joaquim Osório Duque Estrada e a música de Francisco Manuel da Silva.

(Execução do Hino Nacional).

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Bom dia mais uma vez a todos aqui presentes. Queria cumprimentar aqui o Excelentíssimo Sr. Vereador Jurandir Bengala, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho; queria cumprimentar a Sra. Valdenice Domingos Ferreira, Secretária de Estado da SEAS; cumprimentar o Sr. Francisco das Chagas, assessor da

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **LUIZINHO GOEBEL**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Secretaria Geral da Presidência da República. Seja bem-vindo aqui ao nosso Estado, à nossa Casa, à nossa cidade de Porto Velho. E cumprimentar o Sr. Israel Vieira, representando aqui a FECOMERCIO; queria cumprimentar também aqui o Olavo Nienow, Secretário do Fórum Lixo e Cidadania de Rondônia; cumprimentar aqui também o Sr. Raimundo Moreno, representando o Movimento dos Catadores de Fórum Estadual da Economia Solidária. E cumprimentar também aqui os nosso palestrantes, a Sra. Mestre Maria Irenildes de Souza Dias, extensionista da EMATER/RO, com o tema 'Conceito e Diretrizes da Economia Solidária'. A professora Maria Madalena Ferreira da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Ambiental, palestra com o tema "Plano Estadual de Resíduos Sólidos". Cumprimentar a Sra. Sandra Leite Moura Diniz, da SEAS, com a palestra sobre o projeto 'Colhendo Frutos na Solidariedade e Recicla Rondônia'. Cumprimentar o Sr. Luiz Carlos Araújo, Coordenador do Programa Educação Previdenciária; cumprimentar a Sra. Ana Lúcia, Secretária da rede estadual de Colegiados Rondônia, com o tema 'Rede Estadual de Colegiados Territoriais'.

Cumprimentar também aqui o Sr. Tony, industrial da Rede CATANORTE e do Celso Luiz Moulais da Rede COOCAMARJI. Sintam-se todos em casa. Cumprimentar a imprensa; cumprimentar os funcionários da Casa e cumprimentar aqui o Vice-Prefeito de Nova Brasilândia, meu querido amigo Emerson, bem como cumprimentar o Prefeito Chico Território, lá de Costa Marques, enfim, minhas senhoras e meus senhores, sejam todos bem-vindos a esta Audiência Pública e passo neste momento a palavra ao Mestre de Cerimônias para que ele possa fazer a chamada das demais autoridades.

Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Ok, Sr. Deputado Ribamar Araújo. E ao final nós havíamos prometido cantar o hino da economia solidária, mas nós vamos deixar para o final, fica mais atraente, mais gostoso ouvirmos tocando. Registrado aqui também uma justificativa do Sr. Desembargador Daniel Ribeiro Lagos, Corregedor Geral da Justiça, ele foi convidado e encaminhou ofício.

"Cumprimentando e acusando o recebimento do convite para participar da Audiência Pública, honrado pela deferência, em razão de compromisso institucional anteriormente assumido não será possível o comparecimento".

Também ofício do Exmº Sr. Deputado Dr. Neidson de Barros Soares, o seu gabinete informa que S. Exª o Deputado Dr. Neidson, em virtude de compromissos que possui na sua base eleitoral, em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, não pode comparecer a esta Audiência Pública.

E também ofício do gabinete da SESA, o Exmº Sr. Secretário de Estado da Saúde, Williames Pimentel de Oliveira, devido à agenda da Secretaria, não pode também comparecer a esta Audiência Pública, agradeceu o convite de V.Exª, Deputado Ribamar.

Também agradece o convite a Superintendência de Negócio de Varejo e Governo Rondônia do Banco do Brasil, agradece o convite para participar desta Audiência Pública, mas por compromissos assumidos na Superintendência ele não pode comparecer.

Nós queremos agradecer também e registrar a presença da Exmª Sra. Vereadora Fátima Ferreira, da Câmara Municipal de Porto Velho. Esteve conosco agora há pouco o Exmº Sr. Prefeito Chico Território, do município de Costa Marques; Rosane Ferreira, Supervisora de Desenvolvimento Urbano, representando a Caixa Econômica Federal; Maria Gorete Araújo Reis, Pró-Reitora de Extensão, representando o Instituto Federal de Rondônia – IFRO; Sra. Ana Lúcia de Souza Araújo, da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, vai ser uma das palestrantes; Sr. Emerson Pereira de Carvalho, vice-Prefeito do Município de Nova Brasilândia; Sr. Pedro Villar, representando a Secretaria de Saúde; Sra. Maria Madalena Ferreira, geógrafa e técnica ambiental, representando a SEDAM; Luiz Carlos de Araújo, economista e Coordenador do Programa Educacional Previdenciário do INSS; Sra. Sandra Leite Moura, Gerente de Trabalho e Rendas da SEAS; Sra. Marlene Marques, representante do Fórum Municipal de Economia Solidária e Casa de Cultura Ivan Marrocos, também participou da coordenação; Sra. Adirleide aqui presente, Sra. Clécia Lisboa, assessora da Gerência de Qualidade do DETRAN; Sra. Maria Aparecida da Rocha, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Rio Crespo, de Candeias do Jamari; Sebastião Rodrigues, Presidente da Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais de Candeias do Jamari; Sr. Márcio Ferreira, representante da Eletrobrás Distribuidora Rondônia; Giceli Cardoso, Coordenadora do Bolsa-Família da Secretaria de Assistência Social; alunos do curso técnico de Meio Ambiente da UNIRON; e senhoras e senhores que compartilham conosco desta Audiência Pública.

Convidamos a compor a Mesa o Sr. Tony dos Santos, Presidente da Cooperativa CATANORTE, de Porto Velho.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Queria ainda cumprimentar a minha equipe de trabalho coordenada aqui pela Dra. Josélia Saraiva, minha Chefe de Gabinete, a Socorro, a Ellen, o Júnior e a Jana Paula nos auxiliando também nesses trabalhos neste momento. E nós, para ganharmos tempo, como tem bastante palestrante, nós vamos passar a palavra à primeira palestrante, a Mestre Maria Irenilda Souza Dias, Extensionista da EMATER/RO, com o tema "*Conceitos e Diretrizes da Economia Solidária*".

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha aqui para a sua palestra, quero registrar ainda, Deputado, com sua permissão, o Sr. Antônio Sena, Coordenador de Habilitação da SEAS; Sr. Celso Luiz, Presidente da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Ji-Paraná; Geraldo Gonzaga de Lima, Presidente da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Rua.

A SRA. MARIA IRENILDA SOUZA DIAS – Bom, inicialmente quero dar bom dia a todos e todas e dizer que é uma honra ter recebido esse convite e esperamos que esta Audiência seja mais um passo positivo nessa luta que a gente vem tendo em Rondônia para consolidar uma política estadual de economia solidária.

Bom, vamos tratar um pouco dos antecedentes desta história, lembrando que a economia solidária aparece com base em princípios ideológicos que se contrapõem ao modelo

convencional de produção, aquele modelo que nós chamamos de uma matriz capitalista de produção que transforma tudo em mercadoria as relações de trabalho e inclusive a capacidade humana.

Bom, nos reportamos à primeira Conferência Nacional de Economia Solidária que aconteceu em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, na época convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Ministério de Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério Social de Combate à Fome, ela teve como tema *A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento*.

Bom, a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária discutiu principalmente as questões de princípios, a definição, o que é essa política ou o que viria a ser essa política de economia solidária, quais os princípios que deveriam nortear essa discussão. A contribuição dessa conferência foi especialmente no que se refere ao conceito, princípios e valores que norteiam a política de economia solidária até os dias de hoje, lógico, com avanços na compreensão desses princípios e com avanço também na conceitualização. A princípio se conceituou que a economia solidária é uma estratégia, o que disse o documento final da conferência, "organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, bem como a distribuição, o consumo e o crédito", e essa conferência também no seu acordo final, no seu documento final chegou a um consenso de que os princípios que deveriam nortear ou que devem nortear essa política nacional de economia solidária são fundamentalmente a autogestão, ou seja, não se trata de uma produção de empresa nem de empresários, se trata de uma produção ou de um trabalho a partir de empreendimentos. Porque empresários, eu costumo dizer no popular que empresário é aquela criatura que tem dinheiro, que tem capital, mas que nem sempre tem uma boa ideia e que nem sempre tem coragem de botar a mão na massa, já o empreendimento é feito por pessoas que têm ideia, que têm criatividade, que têm coragem de botar a mão na massa e de fazer.

Então, não vamos confundir economia solidária com economia de empresa, mas com a economia de empreendedores. É por isso que tratamos de empreendimentos da Economia Solidária, nós não somos empresários, porque empresário é aquele que nem sempre tendo a idéia, mas tendo capital para bancar e empresaria a idéia das demais pessoas.

Então nós somos, sim, da economia solidária empreendedores que temos idéia, que temos criatividade e que temos coragem de botar a mão na massa, ainda que pelo coletivo quando não se pode isoladamente, certo?

Então, primeiro princípio é a autogestão via empreendimentos. Segundo princípio é a cooperação, a Economia Solidária só pode acontecer mediante coletivos de produção, isoladamente não acontece. Terceiro princípio é a solidariedade. E aí, muitas vezes, especialmente no momento da primeira Conferência a gente ouvia as pessoas criticarem e dizerem assim: '*fazer solidariedade com o dinheiro dos outros*'.

E não é isso. Solidariedade não é isso, solidariedade é a co-responsabilidade, é quem produz saber que tem estreita responsabilidade com quem usufrui ou com quem consome, e vice versa. Quem usufrui, ou, na palavra mais usada, quem consome tem que ter consciência do que está consumindo,

qual é a consequência da forma como ele consome, eu prefiro usufruir.

Bom, o terceiro princípio da solidariedade nada mais é do que a co-responsabilidade entre os setores, os que produzem e os que usufruem, é setor rural, setor urbano, e assim por diante. Por último, nesse estágio da primeira Conferência, foram definidos valores que se fundamentam na gestão democrática e popular, distribuição equitativa das riquezas, desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, respeito aos ecossistemas e preservação do Meio Ambiente, valorização do ser humano, do trabalho e cultura e ainda as relações igualitárias entre os diferentes.

Relações igualitárias entre os diferentes, o que é isso? Vamos decifrar, porque a partir desses três tópicos é que nós vamos poder compreender uma política de economia solidária.

Os valores, primeiro, gestão democrática e popular significa que os empreendedores são eles próprios que fazem a gestão de seu empreendimento. As pessoas têm capacidade, só precisam se preparar para fazer, não é preciso contratar consultorias para administrar nossos empreendimentos, precisa, sim, os coletivos trabalhadores aprenderem, experimentarem, usarem as experiências bem sucedidas, não repetirem os erros, mas aprenderem a partir dos erros. Se alguém já errou fazendo a gestão de determinada forma, se o país, se o mundo já errou, se o capitalismo não conseguiu atender a necessidade das massas, tem algo errado e não vamos repetir esse erro. Vamos experimentar algo novo.

Então, a gestão democrática é isso, é entender que as pessoas têm capacidade e que os empreendimentos precisam ter suas gestões feitas em coletivos de saberes, para que tenham melhores resultados.

Bom, a distribuição equitativa das riquezas refere-se em que não é justo trabalhar e não poder usufruir do resultado do seu trabalho. Isso é uma questão muito simples e muito lógica. E a economia solidária, mediante empreendimentos de produção coletiva, busca fazer isso, que as pessoas trabalhem e produzam, mas que também participem na distribuição dessas riquezas geradas, desses bens e serviços gerados, não é justo produzir e não poder usufruir. Eu como sou da extensão rural da EMATER, costumo falar sempre de uma situação de Rondônia, e eu acho que é o caso, até para o Legislativo analisar.

Observe o caso do leite de Rondônia, somos o 6º maior produtor nacional de leite, mas a população de Rondônia não consegue tomar leite, estou me referindo ao trabalhador urbano, porque o leite é quase que totalmente exportado, o que fica aqui é menos de 30%, e nós temos 97% das áreas de agricultura familiar, as terras agrícolas de Rondônia ocupadas com gado de leite, e a população urbana de Rondônia não pode tomar leite porque não consegue pagar em função do abuso de exportação. A economia solidária trata disso, primeiro você enche a barriga dos filhos, depois você exporta o excedente. Eu não estou dizendo que sou contra a exportação, eu estou dizendo que é imoral produzir e não poder usufruir do que se produz.

Então, é caso de legislação conter a exportação, ela só é justa quando sobra da sua casa, mas tirar o alimento de casa para dar aos vizinhos não é nem sequer lógico, isso é a distribuição equitativa das riquezas.

Desenvolvimento local, regional e territorial, integrado e sustentável.

Não existe desenvolvimento, não existe crescimento, não existe prosperidade se o meu vizinho está passando necessidade, então, eu preciso olhar para os territórios que têm mais ou menos as mesmas características produtivas, econômicas, sociais, culturais, e entender que esse desenvolvimento precisa ser integrado, as pessoas têm que se desenvolver, os territórios, as comunidades precisam se desenvolver de forma integrada para todos e todas, certo, e de maneira sustentável. Não vale a pena crescer economicamente por dez ou 50 anos e depois disso não ter mais matéria-prima, não ter mais recursos naturais, não ter mais mão de obra para continuar produzindo. Respeito aos ecossistemas e preservação do Meio Ambiente, não porque nós somos santos, não porque nós queremos chegar à beatificação, mas porque é uma questão de lógica, sem os recursos naturais não há matéria-prima, sem matéria-prima não há como reproduzir a economia, isso é uma questão de lógica.

Valorização do ser humano, do trabalho e da cultura. Óbvio que se quem produz são as forças humanas, é preciso valorizar as pessoas. É preciso respeitar o ser humano, o trabalho e, lógico, para fazer tudo isso eu preciso entender, compreender e respeitar as diversas culturas das pessoas. Por quantas vezes escutei, dentro mesmo da extensão rural e de outros meios, dizerem que Rondônia só se desenvolveu quando chegaram os imigrantes, e olha que eu sou imigrante, imigrante retirante da seca do Nordeste, diga-se de passagem. Eu sou imigrante aqui, mas eu tenho respeito muito grande pelas populações originárias deste local. Eu não posso jamais abrir a minha boca e dizer que as populações indígenas não faziam o desenvolvimento em Rondônia, não conseguiam fazer Rondônia crescer economicamente, não é verdade. Apenas essas populações têm culturas diferentes, eu trabalho em uma comunidade que me fez aprender isso com mais profundidade, eu trabalho com algumas pescadores extrativistas na RESEX lago do Cuniã, aonde eu vejo, por exemplo, a *Castanha da Amazônia* deixando líquida de 73%, quando você tira o custo de produção ela deixa 73% de renda líquida. Eu me pergunto: qual é a cultura cultivada que deixa essa renda líquida? O peixe, o pescado do rio Madeira e adjacências, da Bacia do Madeira, deixa mais de 63% de renda líquida. O Açaí pela mesma forma.

Então, como é que eu posso dizer que essas populações originárias, populações tradicionais, não faziam o desenvolvimento econômico? Apenas nós não tivemos, ainda, a competência técnica de mensurar a economia ambiental de Rondônia. É isso que está faltando. Ok?

Bom. Valorização do ser humano, do trabalho, da cultura e por último as relações igualitárias entre os diferentes, seja homem, seja mulher, seja negro, seja branco, amarelo, verde, nordestino, paulista, sulista, etc. Seja o que for, as pessoas são precipuamente pessoas, seres humanos com capacidades diversas e diferentes, eu só preciso aprender a usar a pessoa certa no local certo e no momento certo, fazendo as coisas certas, e não forçar a barra. De repente pegar um pescador extrativista e querer transformar na marra, transformá-lo em piscicultor. Isso é, no mínimo, uma prova de ignorância, mas a gente precisa parar, pensar, refletir, conversar com essas

populações para compreender a lógica produtiva dessas pessoas.

A II CONAS, a II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de Junho de 2010, discutiu o Direito às Formas de Organização Econômica, baseadas no trabalho associado na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão. Estamos aprofundando, percebe o tema da primeira e o tema da segunda, nele há um aprofundamento, um amadurecimento, mas caminhando na mesma lógica do trabalho coletivo e autogestionário.

Foi fortalecido nesse momento o processo de diálogo com o Poder Legislativo e surge o Projeto de Lei nº 4685 de 2012, em consonância com as resoluções da conferência anterior, da I Conferência, e surge essa Lei cujo artigo 1º diz:

“Esta lei estabelece as Definições, Princípios, Diretrizes, Objetivos e Composição da Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários.” Está surgindo nome para as coisas. Como sujeitos de direitos com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho ao associado e cooperativo.

As resoluções da II CONAS foram inspiradoras no processo de elaboração dos objetivos e iniciativas das políticas públicas federais de economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012 a 2015. E a II CONAS, ocorrida em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2014, bem recente, teve como objetivo elaborar o Plano Nacional de Economia Solidária com base nos acúmulos das conferências anteriores e nas etapas estaduais e territoriais.

O tema da conferência foi “*Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*”. Avançamos mais um pouco, incluímos o conceito de sustentabilidade e isso transcendeu os documentos tidos como componentes da política de Economia Solidária, ele chega aos Ministérios, vários Ministérios como o MDA, por exemplo, da Assistência Social, já tratam desse tema Economia Solidária e Sustentável, inclusão do conceito de sustentabilidade como política de desenvolvimento.

Em Rondônia, nós fizemos a etapa estadual com sete conferências territoriais, nos sete territórios rurais de Rondônia, incluindo o da cidadania, lógico, nos sete territórios fizemos a pré-conferência e eu trouxe aqui hoje apenas uma síntese das propostas que foram aprovadas na Conferência Estadual, porque nós não temos muito tempo, tem outras colocações, outros pronunciamentos, mas está aqui a síntese de 10 propostas que foram aprovadas na Conferência Estadual de Economia Solidária, obviamente, essas propostas somam-se às outras que vieram dos territórios, mas as mais votadas e priorizadas foram essas que trouxe para cá hoje.

Dentro do eixo temático, Ambiente Institucional e Legislação, nós aprovamos, em primeiro lugar, a proposta de legalização da produção solidária com a discriminação na Legislação Ambiental do Estado de Rondônia para a extração de matéria-prima atendendo a produção dos agricultores ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e polos tradicionais, consumada a inconstitucionalização da Lei Estadual nº de 12.508, de 2010. Os Deputados da gestão anterior

conhecem essa Lei chamada pelos pescadores extrativistas de Lei da Fome, que limita a pesca no Vale do Guaporé, no trecho do rio do Vale do Guaporé, em 70 quilos de peixes por dia. Ocorre que nós temos tambaqui aqui que um só já chega perto disso e como é que uma família de pescador com um peixe por semana alimenta a família, paga financiamento rural, paga tralha, combustível de barco, bota menino na escola, enfim, não preciso nem dizer, todos aqui têm despesas domésticas e sabem que 70 quilos de peixe por semana mal dão para comer, especialmente família de pescador que por baixo tem cinco a sete filhos, quando não cria os netos.

Então, essa proposta foi a mais votada na Conferência Estadual de Economia Solidária, é um clamor do povo de Rondônia que pegue a legalização da produção solidária através da legislação ambiental favorecendo a extração, especialmente para o pessoal do artesanato que trabalha cipó, foi um grande clamor dos artesãos que trabalham com cipó, porque a Legislação Ambiental de Rondônia está inviabilizando a produção artesanal a partir dessa matéria-prima da floresta e junto com essa proposta pediu-se também que fosse reconhecida a inconstitucionalidade, porque a Assembleia Legislativa de Rondônia legislou sobre águas internacionais, que é o rio Guaporé, que une, não separa mais, une Brasil e Bolívia. Então, pede-se a inconstitucionalização da Lei 12.508, de 2010.

Bom, a segunda proposta mais votada na Conferência foi pela Criação da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, porque os recursos do PRONAF são muitos bons, mas não aguentam bancar o agronegócio.

Instituir, terceiro lugar, instituir na Lei de Criação do Fundo Nacional de Economia Solidária regulamentação dos repasses de recursos por parte dos municípios que compõem o território para as centrais de comercialização. Centrais de comercialização dos produtos de agroindústrias e da agricultura familiar e de capacitação de equipe técnica e promover a capacitação da rede de empreendimentos para melhorar a elaboração de projetos em todas as esferas.

No eixo temático financiamento, crédito e finanças, votou-se pela implantação de cursos de formação multifuncional, as diversas cadeias produtivas da economia solidária para atendimento aos povos e comunidades tradicionais e as suas organizações de defesa e de produção econômica, com 46 votos.

Ainda no eixo temático produção, comercialização e consumo, a quarta proposta colocada foi fortalecer as associações e cooperativas, a fim de organizar através da Central de Comercialização Estadual com gerenciamento em rede.

No ambiente institucional, a quinta proposta, que as políticas solidárias deixem de ser de Governo e passem a ser política pública de Estado, fortalecendo as organizações sociais do III Setor, com informações, melhor acesso a investimentos das políticas públicas, social, habitação como PAA, PNAE, crédito, capacitação, educação, saúde, emprego e renda. E ainda criação e efetivação de leis que diferenciam a agroindústria familiar e economia solidária em âmbito nacional, estadual e municipal, vinculando ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com isenção de 100% de tributos.

Lembro bem dessa questão que os agricultores reclamavam que as agroindústrias da agricultura familiar estão

sendo regulamentadas pelo mapa que não pensa com cabeça da agricultura familiar. Nós precisamos que a legislação para a agroindústria da agricultura familiar, venha para dentro do MDA, que esse sim pensa com cabeça da agricultura familiar.

Produção e comercialização. Comercialização e consumo. Implementar o turismo rural sustentável, via empreendimento solidário, utilizando o potencial turístico local.

Diagnosticar e criar planos de produção e comercialização territorial.

E por último, financiamento e crédito, é Finanças solidárias. Viabilizar linhas de crédito nas instituições financeiras que possa ser acessado pelas diversas formas de economia solidária, tendo como garantia a produção por parte dos empreendimentos, certo? As pessoas não têm dinheiro, não têm às vezes nem terra, como é o caso de algumas populações tradicionais de pescadores que não têm ou terra ou quando têm terra não têm o título da terra. Então, como dar garantia em bancos, através de seus imóveis, quando nem se tem isso? A garantia para os financiamentos da economia solidária tem que ser a própria produção.

Bom, e por último, agora para encerrar, não é, gente? Nós podemos, sim, construir os nossos próprios conceitos da economia solidária a partir de nossas vivências, e aqui está um conceito que nós elaboramos para trabalhar em 2013, se eu não me engano, aonde a gente diz o seguinte: que economia solidária nada mais é do que um modelo integrado de produção, distribuição, usufruto, poupança dos diversos recursos, inclusive da força física de quem trabalha e o reinvestimento que garante o acesso das pessoas para usufruto dos bens e serviços produzidos de forma segura e contínua.

As pessoas chamam isso de desenvolvimento, eu prefiro chamar isso de prosperidade.

Bom, ali está o organograma do ciclo e são essas as minhas contribuições ou a minha contribuição a esta Audiência e eu espero que a gente continue produzindo, avançando, construindo nossos próprios conceitos, mas a partir de nosso entendimento, ok?

Muito obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Irenilda, e quero cumprimentar neste momento ao eminente Deputado, amigo Aécio da TV, agradecer aqui pela sua presença e a sua participação. Também cumprimentar o amigo, doutor José Américo, ex-Vereador de Porto Velho; cumprimentar o Abdon Maravilha, que também foi Vereador aqui em Porto Velho. E passo agora ao próximo palestrante, mas antes um pouco eu queria cumprimentar também o senhor Geraldo Gonzaga de Lima, presidente da ASPROVEL – Associação dos Catadores de Rua de Porto Velho; também cumprimentar o senhor Franklin Pinheiro, diretor da unidade de conservação da SEDAM; cumprimentar o senhor Marcos Rodrigues, presidente da Cooperativa de Catadores de material reciclável Cacoal/Rondônia; cumprimentar o senhor Irineu José Nascimento, gerente regional da Secretaria de Assistência Social-SEAS de Ariquemes; cumprimentar o professor Ray e a segunda turma do curso Técnico do Meio Ambiente, UNIRON - polo PRONATEC; a Excelentíssima senhora Maristela Madalena, Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Itapuã do Oeste.

Seja bem-vinda, Maristela. Cumprimentar também o

senhor Caetano Puerta – presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras do Município de Itapuã do Oeste.

Cumprimentar também a senhora Betânia Avelar, Coordenadora do Foro, Lixo e Cidadania Instituto Índia, Amazônia, muito obrigado pela presença.

Passo agora a palavra ao próximo palestrante, o senhor Francisco das Chagas Santos Nascimento, da Secretaria Geral da Presidência da República. Palestra com o tema *Política Nacional de Resíduos Sólidos com inclusão dos Catadores*.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS NASCIMENTO – Bom dia a todos e todas. Bom, gente, primeiro eu gostaria de parabenizar pelo evento, acho que nós vamos precisar de muitos momentos como este para a gente poder entender melhor e amadurecer algumas ideias e alguns conceitos que nós vimos conversando sobre a questão da implementação de uma política municipal e estadual de resíduos sólidos, com a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. Já coloco aqui a disposição, a própria é o próprio Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores, para ajudar nessas reflexões e a Secretaria Geral da Presidência da República, em nome do Ministro Miguel Rosseto.

Bom, me pediram para falar a respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a inclusão dos catadores de matérias recicláveis, e eu acho que é muito importante que a gente tenha uma consciência. Eu vou tentar o seguinte, eu sei que eu não tenho muito tempo, eu sei que tem tantos outros palestrantes, eu vou tentar focar em algumas coisas que eu vivenciei ontem aqui na visita aos grupos de catadores, ao aterro sanitário, aterro controlado, que nós estivemos lá também conversando com catadores, e ouvindo desse coletivo sugestões, possibilidades e trazendo nós mesmos do Governo Federal sugestões e propostas para ajudar nesse processo de construção. Mas eu acho que é importante termos uma noção do que nós estamos falando quando nós dizemos Política Nacional de Resíduo Sólido Inclusão dos Catadores, quando a gente pensa Brasil até a gente chegar ao espaço onde nós estamos.

Então, nós temos o Comitê Interministerial para inclusão social e econômica dos catadores de matérias recicláveis, que foi constituído em 2003 pelo Governo Federal, pelo então Presidente Lula. Esse colegiado, ele foi constituído pensando muito na necessidade de aproximação dos vários ministérios que já tinham ou teriam a necessidade de ter ações para catadores, se verificou que ao longo do tempo esse Comitê, ele foi ganhando esse espaço e melhorando o processo de diálogo exatamente pensando nessa estruturação de propostas e recursos de tal forma que nós evitássemos aí o sobreposição de ações e dêssemos os encaminhamentos necessários para que essa política pudesse ser construída no país. Nós temos aí uma proposta de constituição de um comitê intersecretarias, interestadual, não sei qual vai ser ainda o nome que vai ser dado, mas tem uma proposta que eu considero um avanço, quando a gente fala no processo de organização do próprio Estado para dar respostas mais eficientes em relação às demandas que são apresentadas pelo coletivo de catadores do Estado de Rondônia, acho importante que seja visto com

muito carinho, com muito cuidado a constituição desse Comitê Estadual.

O Comitê Interministerial, ele atualmente está na Secretaria Geral da Presidência, tem uma Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e essa Secretaria Executiva do comitê está hoje nesse local. E nós andamos pelo Brasil, nós temos uma equipe muito grande, são três pessoas e a gente faz esse trabalho por todo o Brasil, acompanhando esses processos de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Qual é a grande questão aqui? É, nós temos Ministérios, Fundações, temos bancos, nós temos uma estrutura muito grande no comitê, mas essa não é a grande questão, a questão é como você qualifica o processo de diálogo entre esses atores de tal forma que a gente consiga alinhar as ações desses atores sob o ponto de vista de um processo novo de proposta de política pública que tem como objetivo a economia solidária.

O que nos trouxe aqui no ano passado, eu estive aqui em Rondônia no ano passado, foi exatamente a realização de um Seminário Pró-Catador, como resultado da assinatura de um convênio da SENAES com o Estado de Rondônia, esse convênio, ele é um convênio específico para tratar da questão da inclusão social e econômica dos catadores, obviamente que a economia solidária, ela não se restringe ao tema catadores, mas o tema catadores é uma das vertentes que está sendo acompanhada e está sendo construída dentro da economia solidária. E aí nós podemos observar o seguinte: neste cenário que eu estou trazendo aqui para vocês, como é que o Brasil se relaciona com os seus resíduos, então, nós temos uma sociedade de consumo, nós somos criados para consumir sem pensar muito nos processos, como falou Irenilda, isso ela estava falando exatamente sobre essa questão do consumo, de uma consciência de como nós consumimos, então, é um pouco essa reflexão sobre como nós consumimos e mais ainda como nós descartamos os nossos resíduos. Esse processo de uma consciência nova sobre o processo do descarte não está posto nas nossas escolas, isso não está posto nos nossos sistemas educacionais, o processo de educação ambiental não está estabelecido dentro do nosso sistema de educação, nem nos nossos ambientes de trabalho. Então, é uma proposta nova que vem com a política nacional de resíduos sólidos a partir de 2010, e que nós, o objetivo desse encontro, eu penso que é um desdobramento do seminário que nós, das conversas que nós tivemos no seminário e o avanço na proposta de uma realização de algo que seja, que dê respostas efetivas para a estruturação da gestão de resíduos sólidos na cidade de Porto Velho, e pensar na questão dessa estrutura no Estado.

Então, nós temos esse processo de os nossos municípios que fazem coleta seletiva não chega a 20%, nós temos uma quantidade de lixões a serem fechados e aí eu incluo Porto Velho, em função da questão do aterro controlado, que é um lixão, certo? Tecnicamente, a gente pode dizer que é um lixão, ok? Nós precisamos vencer, a gente não precisa ter vergonha, a gente tem é que vencer esse processo e criar uma estrutura diferenciada. Nós temos uma organização dos catadores aqui, que eu vejo que avançou bastante nos últimos anos, mas nós temos pontos de fragilidades, por exemplo, com vários catadores que por falta de estrutura ainda estão guardando resíduos nos seus quintais. Nós precisamos mudar, precisamos pensar em como nós alteramos esse processo olhando para

as necessidades dos catadores, mas pensando também como nós trazemos esses catadores para um processo de trabalho digno, não é só trazer para o trabalho, é trazer para um trabalho digno, é disso que nós estamos falando, da estruturação de uma proposta para o município e para o Estado que reconheça o trabalho que os catadores já fazem de graça para o município, de graça, há anos, movidos pelas necessidades, pela sobrevivência. Mas eu penso que a política nacional, ela nos traz essa possibilidade da gente visualizar melhor o trabalho que é feito pelos catadores. Porque esse trabalho que os catadores fazem, apesar de não ter o reconhecimento da Gestão Pública dos municípios, impacta ambientalmente e economicamente quando eles retiram os resíduos que iriam para o aterro, desonera o Poder Público, diminui o impacto sobre o tempo de vida dos aterros e existe, como colocou a colega que me antecedeu, nós precisamos é entender e mensurar a economia do trabalho dos catadores, não é só um processo de ajuda, até porque a proposta da economia solidária é a gente fugir dessas alternativas assistencialistas e a gente trazer o trabalhador para um processo que seja um processo mais racional, mais inclusivo de trabalho, nós estamos falando de trabalho. Quantas toneladas os catadores de Porto Velho separam? Qual é a qualidade de estrutura que esses catadores têm? Qual é o nível de diálogo que o município tem com esses grupos de catadores? É qualificado, não é qualificado? Precisamos dar uma olhada para isso, para esse processo.

Então, nós estamos falando desse contexto, que é um contexto nacional, mas a gente precisa falar um pouco desse contexto local para a gente tentar entender como que nós vamos construir daqui para frente. É claro que o processo não é de agora, o processo já vem acontecendo há muitos anos, e os vários colegas que estão envolvidos, o pessoal do *Fórum Lixo e Cidadania*, os próprios catadores se organizando desde 2005, não é isso? Tony, Raimundo, me corrijam, senhor Olavo, desde 2005 os catadores estão se organizando. Então, nós precisamos entender que nós estamos neste esforço, esse mapinha aqui nos mostra muito bem, o quê que é o Brasil hoje. Nós não precisamos ter vergonha de dizer que hoje nós somos ainda um país de lixões. Não precisamos ter vergonha, nós precisamos é entender como que nós vamos mudar essa realidade. Quando a gente pensa nessa reflexão sobre a quantidade de lixões, eu acho que é importante a gente pensar duas vias. Por que eu tenho lixão e por que eu tenho catador de material reciclável. Eu tenho lixão porque eu não tenho gestão de resíduos nos municípios. Um detalhe, a política nacional fala em plano municipal de gestão de resíduos sólidos. Se um município não tem um plano de gestão de resíduos sólidos ele pode até fechar o lixão, mas ele vai abrir outro lixão. Porque ele não sabe o que fazer com os resíduos. Por isso a política preconiza que o encerramento das atividades dos lixões e a construção do aterro sanitário. Mas o aterro sanitário implica. A construção do aterro sanitário implica na estruturação da cadeia do resíduo. Isso é que vai fazer o aterro sanitário ser bem utilizado. Se você tem a cadeia do resíduo bem definido dentro da sua cidade, você vai saber onde colocar o plástico, onde colocar o papel, quem pega, quem vende. Como que os grupos estão organizados para acessar esse material? Com um valor agregado. Como é que esses catadores verticalizam esse processo da relação deles com o resíduo e aí o catador

ele não é só aquele que separa, não, o catador é aquele que pode beneficiar o material. Ele não é só o que pega o pet, amassa o pet, faz o fardo e vende. Esse catador ele vai à frente, porque quanto mais ele se organiza, ele profissionaliza e ele tem acesso às tecnologias, mas é preciso que seja dado o apoio pelo poder público para que esta organização aconteça.

Vale pensar nas responsabilidades. E a gente vai falar de responsabilidade compartilhada já, já. Vou passar isso aqui só para você ter uma idéia, a questão mais ou menos da distribuição dos catadores no Brasil, aonde está mais escura, onde tem mais catadores. Esse recorte é um recorte do IPEA, a partir do censo de 2010, faço uma observação aqui, a gente tem consciência que isso não corresponde à realidade, porque a gente está falando de quatrocentos mil catadores no Brasil, segundo o IPEA. Os números trazidos pelo Movimento Nacional dos Catadores, aqui nós temos dois representantes do Movimento Nacional, é em torno de oitocentos mil catadores.

Seja quatrocentos ou oitocentos, apenas 10% dos catadores estão organizados em associações e cooperativas. Ora, onde estão os outros 90%? Nas ruas e nos lixões. Não dá para você fechar lixão sem pensar num processo de transição dos catadores que ali trabalham há anos de graça, movidos por essa sobrevivência, a necessidade da sobrevivência. Fechar lixão não é você passar uma cerca e dizer: *Você não vai mais pegar o resíduo*; é você quebrar uma lógica de vida, é você alterar o processo de território, de memória das pessoas que estão ali, às vezes por gerações, e você altera o ponto de vista dessas pessoas. A política nacional exige, pede que os lixões, que as atividades nos lixões sejam encerradas. Mas nós entendemos que não dá simplesmente para fechar lixão.

O município é responsável pela gestão do resíduo e o município é responsável pela transição nesse processo de fechamento de lixão. Está certo?

Então, aqui um pouco desse cenário, eu vou tentar passar mais rápido, porque a gente tem coisas, bastante coisa para falar, na verdade. Aqui um pouco da renda média dos catadores, aonde está mais claro, é onde a renda média é mais baixa. Então, a gente vê que no Nordeste o bicho pega pra valer, não é? Isso não quer dizer que os catadores das outras regiões ganhem bem, não é verdade, não é verdade que um catador de lixão ganhe, veja bem a lógica. Um catador de lixão ele pode ganhar mil e quinhentos, dependendo do esforço sobre-humano que ele faz dentro do lixão, submetido a todo tipo de doenças e ferimentos etc. esgotamento físico, exposição às intempéries e etc. Ele pode tirar mil e quinhentos reais, mas na hora que fechar o lixão, ele não tem nada, nada.

Essa é que é questão. Então, como é que nós vamos fazer esse processo de transição, de um lado os catadores que estão nos lixões e nas ruas e do outro lado a melhoria da qualidade dos catadores que já estão organizados, que estão aí prontos querendo apresentar o seu trabalho e trabalhar junto com a gestão pública do município. Só que esses catadores eles vêm de uma experiência, principalmente as lideranças, e que andam pelo Brasil e que conversam e que trocam idéias entre si, que a gente já entendeu que na cooperativa de catador que só depende da venda do reciclável ele não consegue se sustentar porque você tem um mercado que oscila muito valores e você precisa garantir a esses grupos de catadores recursos através de uma contratação do Poder

Público desses grupos, é o que vai tornar sustentável o trabalho dos catadores. Então, precisamos pensar nessa proposta.

Aqui, rapidamente, só um avanço no marco legal para o pessoal dos municípios entenderem que, se existir uma decisão política, porque gestão de resíduos sólidos é decisão política de se fazer com catadores, você tem legislação que lhe apoia, você pode fazer? Eu gostaria de destacar alguns aqui nesse processo. Primeiro, a questão do reconhecimento da categoria de trabalho catador de material reciclável em 2002. O Estado que reconhece que tem uma categoria de trabalho, esse mesmo Estado ele é responsável por garantir a esse trabalhador qualidade de vida e trabalho digno. Em 2007, a Lei 11.445 permite ao Poder Público a contratação dos grupos de catadores com dispensa de licitação. O Decreto 2.717, de 2010, considera as Cooperativas e Associações como prestadoras de serviço público de manejo de resíduos. Existe um arcabouço legal que se o gestor público quiser, e a gente tem visto isso em vários municípios, quando o gestor público toma decisão política de definir o seu perfil de gestão de resíduos sólidos com catadores, ele pode fazer, pode fazer. É diferente? É diferente. É novo? É novo. Mas ele pode fazer. E é claro, em 2010 temos a política nacional de resíduos sólidos e essa política traz alguns aspectos relevantes. Planejamento na gestão de resíduos sólidos, é um pouco o que eu estava falando, não adianta fechar o lixão se você não tem um plano municipal de resíduos, se você não tem o contato com os grupos de catadores.

Responsabilidade compartilhada, todos nós somos responsáveis pela destinação correta do resíduo, todos nós, todos nós somos responsáveis. A questão da produção e consumo sustentável é esta relação entre o que eu tenho, como eu consumo. Nós temos um fenômeno interessante no Brasil, por conta das políticas do Governo Federal, que é a ascensão de uma nova classe média, vamos dizer assim, que passou a consumir nos últimos anos. A questão é: qual a consciência que essas pessoas que passaram a consumir têm sobre o que estão consumindo? Como consumir? Então, eu acho que é importante a gente estar olhando para esses aspectos.

A questão da logística reversa, que é uma questão seriíssima, estruturante, complexa dentro da política nacional de resíduos sólidos, que é responsabilidade de quem produz estruturar uma rede de recolhimento dos seus resíduos, se responsabilizando pela estruturação dessa logística. E aí nós temos a questão dos acordos setoriais, que isso vai acontecer no município. Aí que o bicho pega. Que tipo de acordo setorial vai ser estruturado nas cidades? A hierarquia das ações de manejo de resíduos, não geração, redução, reuso, reciclagem, tratamento, disposição geral. O comitê, a Secretaria Geral da Presidência, o Comitê Interministerial tem uma posição muito clara: não aos incineradores, não às tecnologias de incineração que vão colocar em risco o material que é objeto do trabalho dos catadores. Isso para nós está claro. A tecnologia de incineração ela pode ser muito boa em outros países, até porque em outros países você não tem catadores. Mas aqui nós temos um aspecto que é o Estado Brasileiro precisa rever a sua dívida histórica de exclusão com esses trabalhadores.

Então, o modelo que a gente está pensando, que é esse modelo da economia solidária, é a proposta do Governo de estruturar a sua gestão, levando em consideração a questão

da qualidade desse processo que pode ser, que deve ser construído dentro dos municípios.

Eu vou deixar essa apresentação aqui disponível, eu estou um pouco preocupado com a questão do tempo, já fico assim, corro, não corro, como é, porque são coisas necessárias para a gente poder ajudar na reflexão de vocês aqui. Mas é só colocar o seguinte: o catador, ele tem uma presença garantida na política nacional de resíduos sólidos como ator fundamental no processo da gestão de resíduos. Por que o catador está na política nacional de resíduos, como ele conseguiu? Por que tem um comitê interministerial de inclusão dos catadores?

Também, mas muito mais pela ação do próprio Movimento Nacional dos Catadores que participou das discussões da estruturação da política nacional de resíduos sólidos. Por isso os catadores estão na política nacional de resíduos.

Então, eu acho que isso é um elemento importante, eu vou deixar aqui, tem algumas citações da própria legislação da política onde eles estão presentes, Decreto de Regulamentação dos Catadores de Materiais e o sistema de coleta seletiva, priorização, é o que está colocado na política nacional. Não pode ser obrigação porque o município tem a liberdade de escolher os caminhos que ele quer para questão da gestão.

Mas, prioritariamente, que esta política seja feita com catadores, até porque se o município quiser recurso do Governo Federal na área de resíduos sólidos, ele vai ter que incluir catador. É condicionante. Para ter acesso ao recurso do Governo Federal na área de resíduos sólidos, o município tem que incluir e o Estado também tem que incluir. A condição de acesso a recursos do Governo Federal, um pouco que eu estava colocando, fiz questão de colocar aqui para deixar para vocês, porque eu acho que essa é uma questão importante, porque nós temos um modelo, nós acreditamos é nesse modelo, que é o modelo de organização dos catadores que trabalham, essa palavra que eu não gosto também, eu vou tirar isso daqui: desorganizados. Porque parece que o catador que trabalha no aterro não tem organização, mas tem organização, eles têm a organização deles, eles trabalham individualmente, essa que é a diferença. Mas eles têm um nível de organização. Aliás, lixão tem dono, se não é o Estado, é o traficante, alguém manda naquele lugar, as pessoas se organizam, não existe espaço vazio na administração, não existe.

Então, isso a gente tem visto pelo Brasil, é um cenário Brasil.

Então, nós acreditamos nesse modelo, é esse modelo, é o catador saindo dos lixões, se organizando em Associações e Cooperativas, se capacitando, se profissionalizando, tendo acesso à tecnologia, entendendo o seu papel político, porque catador não é só agente ambiental, o catador é um agente político, porque é isso que eles estão fazendo aqui hoje, por isso que a nossa galeria está lá cheia de catadores. Parabéns, catadores, pela presença de vocês, importante essa presença porque qualifica o nosso espaço de discussão, não fica uma coisa só da gestão pública, não é?

Então, eu acho fundamental, esse é o modelo que a gente acredita, este modelo que esta pautado na questão da economia solidária, inclusão social e produtiva. O que é incluir mesmo uma pessoa? Às vezes eu tentando incluir, eu posso excluir. O que é incluir uma pessoa social e economicamente? Precisamos pensar muito seriamente. Tem gestores que acham

que realmente estão incluindo os catadores e estão submetendo os catadores a processo de trabalho escravo, mas ele tem a convicção plena de que ele está incluindo socialmente e economicamente o catador. O gestor, ele acha, por exemplo, que só dar acesso ao resíduo reciclável já é incluir, que só dar um galpão e colocar os catadores ali dentro e fazer a coleta da cidade com uma empresa e coloca os catadores dentro de um galpão para ele já é incluir. No Brasil, nós temos vários municípios que já estão fazendo um trabalho de inclusão dos catadores do ponto de vista desse modelo, aonde o catador ele avança do processo de organização do lixão à Associação e hoje ele é responsável por 100% da coleta seletiva da cidade.

Tem um contrato assinado com a gestão pública, ele faz a parte de educação ambiental do município e recebe por isso, é um pagamento à parte, certo? Então, ele presta serviço da coleta seletiva, ele tem um ganho, ele faz o trabalho de educação ambiental, ele tem outro ganho, e ele tem a venda do material dele, isso do nosso ponto de vista torna possível a sustentabilidade de uma Cooperativa de catadores. E aí nós dispensamos, exatamente eu quero colocar o CIISC à disposição dos gestores que estão aqui presentes, dos catadores que estão aqui presentes. Nós entendemos que o fechamento do lixão com a inclusão do catador nós precisamos pensar em dois momentos: um momento de inclusão social. Pessoal, esse negócio é muito sério quando a gente fala a questão de política pública, construção de política pública e acesso à política pública, eu posso ter a política pública no meu município, mas o meu público não acessa a política pública. E outro, quando esse público não é nem visto, quando ele não está em lugar nenhum, não está no cadastro único, ele não está em lugar nenhum, ele não tem registro, aí que ele não tem acesso mesmo. Então, precisamos garantir que ele esteja no CADE único, documentação básica, pensar a questão de saúde, educação e etc. para os catadores que estão no lixão. Ok. E na outra ponta a inclusão produtiva, que aí que já são os grupos organizados que a idéia que a gente avance nesse processo.

Por que eu estou trazendo esse *slide* aqui? As ações que estão colocadas aqui são ações que já estão disponibilizadas pelo Governo Federal para ajudar os municípios no processo de fechamento dos lixões, ou seja, você pode acessar esses serviços do Governo Federal, seja através do Estado, seja através do próprio CIISC lá com a gente. É uma questão do município estruturar, o município tem que saber o que quer. Se o município não sabe o que quer, a gente não consegue nem ajudar.

Então, o município tem que estruturar bem a sua proposta. E aqui a parte de inclusão produtiva que aqui já é infraestrutura, incubação e etc... E aqui vem a nossa parte, que eu acho que é uma parte que interessa a todos nós, que é como o Governo Federal ajuda nesse processo? Que recursos nós podemos utilizar para ajudar nesse processo? E aí nós fizemos uma articulação junto ao BNDES, porque é o seguinte: existe esse apoio complementar, veja bem, é apoio complementar porque o BNDES parte do princípio de que o município já está fazendo ações de inclusão, então é uma apoio complementar aos investimentos do município em projetos destinados a promover a inclusão dos catadores. É um recurso para catadores de materiais recicláveis para ações de inclusão de catadores. Qual é o tamanho dessa verba? É o tamanho da

definição que vocês derem ao projeto para a cidade de Porto Velho. Veja, tem o recurso, mas você precisa saber o que você quer. Então, o BNDES, então, nós temos duas partes aqui: o BNDES e o município. O BNDES tem recursos não reembolsáveis do Fundo Social do BNDES, sendo a participação do BNDES limitada a 50% do valor do projeto. Não reembolsáveis. Ok. E nós temos as contrapartidas financeiras e econômicas, que eu acho que é normal dentro desse processo de construção de parceria. Nós temos, através do CIISC, que vamos deixar para o final, o contato do comitê, e eu quero colocar para os gestores do município de Porto Velho esses contatos para que eles possam entrar em contato com a gente e eles falem diretamente com o pessoal do BNDES para ver, se for o interesse, se for a intenção do município de fazer isso, que eles conversem diretamente como o pessoal do BNDES.

Então, o que pode ser apoiado pelo BNDES? Obras e instalações, galpões, máquinas e equipamentos imobiliários, equipamento de informática, comunicação, software, aquisição de veículos para comercialização, capacitação e assessoria nos campos de organização social e gestão na área de técnico operacional e despesas realizadas com regulamentação. O que é que o BNDES vai pedir para o município? Primeira coisa: plano municipal de gestão de resíduos sólidos. É isso. Então, eu vou deixar aqui, contrapartida do município, a questão dos investimentos, a implementação, o programa, quer dizer, 50% é do município, mas esse recurso que pode se utilizado pelo município inclusive pode ser acordado com o BNDES, que é uma fonte do Governo Federal, já faz. Já tem relação com a questão da inclusão dos catadores? Talvez esse recurso pode ser utilizado na contrapartida do município também. Então, tem uma flexibilidade aí, a gente sabe de todo o processo complicado que é você lidar com o BNDES, mas tem alguns acenos meio impositivos. Obrigação do município é a questão seguinte: você não trata de estrutura para catador, por exemplo, minimamente, sem um galpão, sem a área. E aí está lá obrigação do município: doação ou cessão de um terreno imóvel pelo prazo mínimo de 20 anos. Se pensar, me parece que é razoável que o município assuma essa responsabilidade, agora, caso esse terreno que está no município seja da União, pode ser solicitado ao comitê interministerial de inclusão dos catadores a análise pela Secretaria do Patrimônio da União desta área de tal forma que a SPU pode fazer a doação do terreno da União diretamente para as Cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Vou dar um exemplo: Brasília, a SPU conseguiu passar, doar para as Centrais de Cooperativas de Catadores três grandes áreas da União em Brasília. É possível, mas o município tem que se manifestar também. E aqui há a questão da FUNASA também como uma segunda possibilidade, porque aquele recurso do BNDES para cidades acima de 500 mil habitantes, eu sei que Porto Velho não tem 500 mil habitantes, mas está próximo dos 500 mil e é uma capital e a lógica do BNDES foi qual impacto que esse recurso vai produzir, não só na cidade, mas na região, não é? Agora, a FUNASA, o investimento, o edital vai sair amanhã, amanhã deve ser publicado esse edital de chamamento de propostas de gestão de resíduos sólidos e a primeira questão que eles vão colocar, que está colocada no edital é exatamente isso, é o município precisa ter o seu plano

municipal de gestão de resíduos sólidos para municípios menores de 50 mil habitantes, ok, então está aqui colocado, e também para consórcios que terão prioridades para os consórcios, desde que os consórcios também pensem na questão de inclusão social e econômica dos catadores, certo?

Desculpem a minha demora, desculpem a demora da fala, mas eu acho que o sentido é sempre esse de contribuir com as reflexões. Está aqui o contato, fiquem à vontade de mandar e-mails para mais esclarecimentos, o pessoal do município de Porto Velho fique muito à vontade, Deputado, fique muito à vontade também de fazer contato conosco, o importante é que a gente esteja junto no processo de construção dessas soluções daqui para frente, está bom?

Muito obrigado gente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado ao Sr. Francisco das Chagas pela brilhante palestra/apresentação.

Queria cumprimentar aqui o Sr. Leonor Schrammel, Controlador Geral do Estado; cumprimentar a Sra. Mara Valverde, Diretora Social do SINDLER; cumprimentar também a Sra. Creusa Firmino Medeiros, Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional da SEAS; cumprimentar os representantes dos catadores do município de Ouro Preto; Manoel Rodrigues, de Ariquemes, Maria das Graças, de Jarú, Darli, de Cacoal, Sr. Marcos, sejam todos bem-vindos.

Passo a palavra neste momento à palestrante Professora Maria Madalena Ferreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, palestra com o tema *Plano Estadual de Resíduos Sólidos*. Gostaria de pedir a compreensão da professora pelo avançado da hora que limitasse o tempo em dez minutos.

A SRA. MARIA MADALENA FERREIRA – Bom dia a todos.

Agradeço a presença e agradeço a oportunidade de estar aqui falando para vocês. Bom dia, Sr. Geraldo. No momento, eu estou como assistente técnica na SEDAM, no setor de Resíduos Sólidos, me aposentei na UNIR e fui aprender mais um pouquinho na SEDAM, aquilo lá é uma escola.

Então, o assunto aqui, como eu faço parte também como suplente no Comitê da SEAS, eu tive essa oportunidade de vir aqui falar um pouquinho sobre o que está acontecendo dentro da SEDAM em relação à construção do projeto do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Em 2011, o Estado de Rondônia iniciou a discussão, uma busca de recurso, captação de recurso para pensar o projeto, o plano de gestão de resíduos sólidos, com base nesse marco legal da lei de resíduos sólidos 12.305, e acabou que entre 2011 e 2012 ele firmou um convênio com o Ministério de Meio Ambiente e a Caixa Econômica interveniente e o Estado de Rondônia, através da SEDAM fez a proposição do projeto. Em 2012, abriu a concorrência pública que teve como contemplada na licitação uma empresa de Londrina, a DRZ, conforme o termo de referência, nós temos aí, baseado nos artigos 16 e 17, os conteúdos que esse plano deve conter.

De 2011, 2012 inteiro foi essa discussão do edital; 2013 a empresa assinou contrato e recebeu a ordem de serviço.

Então, essa empresa era de Londrina, DRZ Geotecnologia e Consultoria etc.

Em agosto de 2013, a ordem de serviço foi emitida, autorizado o início do trabalho e ela passou o resto de 2013

trabalhando, iniciando a sensibilização, aquela parte difícil de divulgação, sensibilização e passou o resto de 2013 e 2014 também ela conseguiu trabalhar um pouco. O contrato previa dezoito meses para realização de uma atividade que demoraria na prática pelo menos uns quatro anos, porque começou lá em 2011, então dezoito meses foi assim uma discussão que, numa situação que a empresa aceitou, a contratante publicou, a empresa aceitou e, enfim, aí olha o que aconteceu nesses dezoito meses, ela conseguiu fazer, dos cinco produtos que ela se obrigou a partir do edital, ela conseguiu fazer produto 1 e o 2 parcialmente, equivalente a 5.85% do montante. Então, o trabalho deles começou em agosto de 2013 e oficialmente se extinguiria, deveria concluir em fevereiro de 2015. Ela pediu um aditivo de prazo em janeiro e a Caixa Econômica concedeu até 31 de agosto. Então, na prática, ela ainda tem até 31 de agosto para concluir um trabalho que ela demoraria mais ou menos mais um ano e meio para conclusão.

Bom, o plano de trabalho deles, da DRZ, era, o primeiro pacote, a primeira meta, projeto de sensibilização, que muita gente aqui de Rondônia participou, os catadores parece que participaram de uma certa forma, parcialmente, mas teve conhecimento, a sociedade em geral, mas a publicação disso, a divulgação disso foi muito frágil, muito pequena, muito sem influência geral no Estado todo. O segundo produto, que é o panorama de resíduos sólidos de *Céus de Rondônia*, é o produto que está parado, travado, ou seja, é um nó de estrangulamento que não conseguiram superar ainda as dificuldades. Onde estão as dificuldades? Eles já entregaram o segundo volume, complementando o volume dois, que equivale a 38,10% do total, mas esse panorama é pequeno, é a construção de um diagnóstico dos indicadores do setor, que a empresa não conseguiu realizar. Mas aonde esteve, onde está localizada a dificuldade, o nó de estrangulamento? No edital e no termo de referência. São conteúdos que não ficaram claros de quem eram as obrigações de produzir esses conhecimentos. E a gente sabe que uma pesquisa desse nipe, desse porte, de levantar, de elaborar um perfil, de geração de resíduos sólidos de um Estado como Rondônia é uma dificuldade muito grande. Eu trabalhei 28 anos na UNIR como pesquisadora, é difícil você realizar, as Secretarias devem estar bastante unidas, ter interação entre as Secretarias, um grau de solidariedade entre os funcionários públicos, sociedade civil organizada e as não organizadas, é um trabalho assim muito difícil de você conseguir fazer em um Estado que a cada gestão, a cada gestão, senhor Deputado Ribamar, os projetos são travados e começa tudo de novo, não há, no Brasil inteiro é assim, não há como dar prosseguimento a uma atividade de uma gestão para outra.

Então, muda o Governador, muda o Prefeito, trava tudo, os funcionários, eu vou retirar essa palavra funcionários, os projetos desaparecem, não tem memória. Deputado Ribamar, pelo amor de Deus, Vossas Excelências são Deputados, vocês têm assim uma obrigação, desculpa assim eu ser direta, mas vocês devem pensar uma Lei que obrigue as Secretarias a gerenciar os bancos de dados de informação, porque elas geram informações. Então, quando a gente busca uma informação, eu como pesquisadora, você vai buscar informação, você sabe que aquela informação existe, mas você chega à Secretaria não tem memória, não tem banco de dados, não tem controle sobre os fatos, sobre as ocorrências daquela

especialidade. Então, onde foi que a empresa barrou e travou o trabalho, tanto a SEDAM como a empresa travou, não tinha informações para gerar o panorama de resíduos sólidos. Ela trabalhou na medida do possível com os dados secundários do IBGE, dessas instituições que fazem diagnóstico a cada dez anos, por exemplo, é o caso do IBGE. Então, no estudo, na meta três, que é o produto três, ela deveria fazer um estudo de regionalização dos arranjos intermunicipais, que ela também trabalhou com dados dos consórcios, do CIMCERO e do CISAM e que valeria 7.11. Esse 7.11 que está em amarelo, que está em destaque, equivale ao valor do recurso que ela poderia receber se ela completasse cada etapa. Então, o produto quatro, que é o estudo da prospecção e escolha de cenário de referência, onde seria construído o plano a partir do produto 04 somado à realidade dos produtos anteriores daria para ter subsídio para construir a lei, o plano de gestão de resíduos sólidos. E o quinto seriam as diretrizes e as estratégias para implementação do plano estadual propriamente dito.

Mas o que é que aconteceu de fato? Quando chegou aqui, que ela deveria construir essa situação dos indicadores, ela enroscou na falta de informação, que a SEDAM também se deparou com essa dificuldade, porque essa informação ela não existe em banco de dados, você não consegue chegar num local e construir essa informação em dezoito meses. Eu em três meses que eu estou lá eu consegui pouquíssima coisa. Eu indiquei o site da empresa para vocês, quem tiver interesse em entrar lá para ver o que ela está colocando lá. Bom, mas, de alguma forma, com dados secundários, os que estão aí no cenário nacional dos institutos nacionais, ela construiu, compilou os mapas, as informações que existem no cenário. Nós temos aí em vermelho Municípios que não têm coleta seletiva, quase todos. Os que estão em amarelo e bege aí têm parcialmente, mas não funciona. Aqui a atuação dos catadores. Aqui peguei alguns indicadores, porque apesar da empresa ter tido dificuldades, ela construiu bastante, ela compilou muitas informações e os indicadores que nós temos hoje sobre a mesa lá para a gente analisar são informações que estavam espalhadas em uma conjuntura estadual. Então, a gente já tem alguns elementos para fazer uma análise mais consistente.

Então, a atuação dos catadores aí mostra para o município se os catadores estão ou não organizados. Então, Alta Floresta, enfim, Alvorada do Oeste, cada um trabalha por si, Ariquemes está organizada, Buritis tem Associação, Cabixi, Cacaúlândia não há organização e eles consideraram que não existem catadores lá. Cacoal tem Cooperativa, Campo Novo não, o Prefeito fala que não tem catadores, mas tem, é a percepção do jeito de olhar é que, enfim, o Consórcio considerou a não existência. Candeias do Jamari trabalhando todo mundo individual; Castanheira não tem catadores, segundo os dados oficiais. Cerejeiras trabalha-se individual; Chupinguaia, Colorado do Oeste; Corumbiara, Costa Marques, Cujubim, são individuais. Espigão D'Oeste estão dispersos, não dá nem para saber direito como é que se comportam. Governador Jorge Teixeira individual; Guajará-Mirim tem uma Associação; Itapuã individual; Jaru Associação; Ji-Paraná Cooperativa; Machadinho d'Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, individuais; Nova Brasilândia não há catadores, segundo o Consórcio. Nova Mamoré, nem informação nenhuma eles

localizaram; Nova União, individual; e Novo Horizonte, individual. E aí vai.

Então, deixa ver aqui. Porto Velho é Cooperativas e esqueceram de indicar as Associações, porque também tem.

Pimenta Bueno é a Associação e Primavera do Oeste, outra categoria que não ficou esclarecida no relatório, como é que eles estão organizados. E no caso, Teixeiraópolis nem informação tem e Theobroma também individual; Urupá e Vale do Anari, não há informação se há ou não catadores.

Primavera de Rondônia, outro tipo que não deu para identificar; São Felipe, não há catadores; Teixeiraópolis sem informação e Vale do Anari e Vilhena, individuais.

Bom, mas por que é que eu coloquei isso aqui? Porque é a única informação que a empresa conseguiu identificar para apresentar no cenário. Organização dos catadores, então o que está em rosa existe organização e o que está em bege não existe, é parcial, e aí vai.

Destinação final dos resíduos, em 2010 predomina o lixão; 2011, incineração e aterro e autoclave, no caso; e 2014, um cenário, é uma previsão, incineração, que alguns municípios indicaram isso. O que eles consideraram como incineração é aquele foguinho lá que eles põem lá todo o final de tarde no lixo, no amontoado de material que os caminhões depositam lá.

Disposição final dos Municípios, a maioria dos municípios tem lixão e aterro sanitário que está em verde, e o amarelo é aterro consorciado.

A participação dos municípios nos consórcios. Então, tem dois consórcios, que é o CIMCERO e o CISAM. E aqui está dividido mais ou menos, quem está em azul não tem consórcio, o que está em lilás, sim; o que está em verde, pertence ao CIMCERO; o rosa, CISAM; e verde não participa de nada.

O quê que é o CIMCERO? É o Consórcio Intermunicipal da Região Leste e o CISAM, Consórcio da Região Central. Aí uma indicação de quem está onde, no caso, o CIMCERO tem 36 municípios. Ali, o rapaz que estava ao meu lado, não sei se ele está integrado aqui porque eles integram ali. Vice-Prefeito, qual é a sua cidade?

O SR. PROF. EMERSON - Nova Brasilândia.

A SRA. MARIA MADALENA FERREIRA – Nova Brasilândia.

Nova Brasilândia, então vocês, eles depositam o lixo deles em outro município, que são dois aterros controlados que o Consórcio tem.

O CISAM tem 14 municípios: Ariquemes, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Machadinho d'Oeste, Rio Crespo, Theobroma, Anari e Guajará-Mirim.

Bom, estão projetados para este Consórcio CIMCERO esses aterros aqui: Vilhena, Ji-Paraná, Cacoal, Ouro Preto, Jaru e Seringueiras.

Cada aterro desses vai controlar alguns municípios. Gente, isso é no papel, não está funcionando na prática, igualmente já estabelecido o arranjo regional para destinação dos Consórcios, que o aterro será em Novo Horizonte. Eu acho que a SEDAM, por exemplo, está fiscalizando isso. A pessoa que iria participar aqui hoje, que é do setor de fiscalização, ela está em São Paulo numa outra atividade, no treinamento, mas eles fiscalizam. Novo Horizonte, inclusive, está sendo

multado e tem vários aí que estão sendo controlados, monitorados pela SEDAM, que é uma parte que até funciona bem na SEDAM, é fiscalização.

Por mais de um ano esse Novo Horizonte recebeu os materiais e acabou que a SEDAM foi lá e multou, ele recebia de Novo Horizonte, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno e Vilhena, e por ordem técnica eles foram interditados de uma certa forma e estão lá com um monte de 500 páginas lá tentando se justificar.

O de 14 municípios, que é o CISAM, ele desenvolve a regionalização a partir de Ariquemes. Então, o que é que eles estão fazendo, qual é a dificuldade que a SEDAM tem e que a empresa de uma certa forma teve uma outra facilidade, que eu acho que é a linguagem de empresa para empresa, é mais fácil, menos burocracia, é dialogar, é mostrar para a gente o que eles estão fazendo. Eles fazem reuniões, não chamam órgãos públicos, assim como se não dependesse, não precisasse do Estado. Mas o Promotor Glauco já se manifestou e tem algumas discussões que a SEDAM tem que resolver junto do Ministério Público.

Então, o Panorama Regional de Resíduo Sólidos elaborado pelo CISAM ele apresenta o arranjo regional considerado o mais favorável do ponto de vista da DRZ, porque ela, na linguagem dela de empresa que presta esses serviços, acha que funcionaria melhor. Pela existência dos aterros sanitários, um em Ariquemes e outro em Jarú, quem está acima entrega em Ariquemes e quem está abaixo de Jarú, entrega em Jarú. Essa informação ela vai aparecer para nós dentro do projeto, do plano na terceira meta, no terceiro produto que ele não saiu do segundo ainda.

Bom, à guisa de conclusão: considerando que o Brasil já avançou muito, mas que nós temos diversas dificuldades de solução, enfim, que as leis não pegam no Brasil, uma coisa, dificuldade, porque é que as coisas não funcionam, porque a Lei existe, ela é uma Lei ótima, funcional, mas ninguém pratica, por que é que a gente não pratica? É a questão do jeitinho brasileiro? Porque eu entendo que muita coisa pode mudar nas cidades se houver a Reforma Agrária, se houver a Reforma Política, se ocorrer a Reforma Urbana, a educação ser mais respeitada, e diminuir a corrupção, enfim, gente, vamos falar sério, a gente está na hora de dar um jeito nesse Brasil e Rondônia mais do que nenhum outro Estado do Brasil precisa tomar uma atitude, atitude de eficiência do Estado, o Estado tem que ser muito mais eficiente do que ele tenta ser, menos burocrático, a burocracia consome a sua energia dentro de uma Secretaria e mais eficiente, mais produtivo, a gente tem que mostrar resultados, que é completar esse plano, no caso da minha experiência lá de dentro, acho que a gente tem obrigação de concluir isso.

Mas o que é que aconteceu? Aconteceu o seguinte: como são dezoito meses o prazo para gastar esse dinheiro, foi muito curto e ela não evoluiu na produção do conhecimento da informação dos diagnósticos, a PGE suspendeu o contrato. Então, está interditado, ou seja, ela não consegue produzir, a SEDAM não consegue evoluir porque houve uma interdição.

Os elementos, os fundamentos dessa interdição, na verdade, que oficialmente a PGE a coloca como uma extinção do contrato, baseada em informações financeiras, ou seja, da agenda financeira, e não no aspecto técnico, que se a gente

analisar diversos outros estudos que eu já vi pelo Brasil afora, segundo o produto que eles mandaram, não está nem atendendo parcialmente o que prevê o termo de referência e as sugestões do parecer, que no parecer do primeiro volume foram dadas assim várias situações para eles melhorarem.

Eles tentaram, e a gente está analisando agora o segundo volume do produto dois ainda.

Então, no momento está parada a questão da discussão da elaboração deste plano e em função dessa questão da agenda que eles pedem prorrogação além de agosto, eles precisam de mais um ano para concluir e legalmente o financiador e o interveniente alegam que não dá mais, teriam que chamar uma segunda empresa da licitação que não houve segunda, então vai zerar tudo e nós vamos começar do zero para tentar realizar isso. Essa é a péssima notícia, gente.

Porque, de certa forma, se a gente conseguir organizar as Secretarias, como eu estava falando com a Sandra ontem, se a gente conseguir organizar, formar um grupo de trabalho de gente boa, que esse Estado tem muita gente capacitada, eu estou aqui há 32 anos, todo mundo se formou na escola do Planaforo, não é possível, naquela época, foi a melhor época pra gente aprender a trabalhar em Rondônia, depois disso nós tentamos fazer, mas as coisas não rendem. Tem gente sabendo fazer, por que a gente não junta esse pessoal e não produzimos esse plano? Eu acho assim que o caminho vai ser esse, a indicação legal, jurídica da coisa, vai ser nesse sentido aí. E eu espero que tenha muita gente pra contribuir aí, que eu sei que tem.

Obrigada, gente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado à professora Maria Madalena. Eu queria cumprimentar aqui a todos os Catadores de Materiais Recicláveis do vizinho Município de Candeias do Jamari, sejam todos bem-vindos. Passo agora a palavra à próxima palestrante, Sandra Leite Moura de Liz, da SEAS, com a palestra sobre: *Projeto Colhendo Frutos na Solidariedade e Recicla Rondônia*.

A SRA. SANDRA LEITE MOURA DE LIZ – Bom dia a todos.

Bom, em primeiro lugar, acho que devo agradecer a Deus que está presente aqui com todos os senhores, agradecer a presença de todos, a bancada, a Secretária, que acreditou na equipe da gerência de trabalho e renda, que são três pessoas, mas acreditou da gente estar junto, realizando junto com o Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública, e junto com os Catadores, que também colaboraram para poder fazer este momento. Este momento é resultado de uma ação que teve do projeto *Recicla Rondônia*, que foi o *Seminário Rondônia para Catador*, que estivemos presente, o Senhor Francisco do Comitê Interministerial esteve presente, a SENAI – Secretaria Nacional de Economia Solidária também esteve presente nesse momento, e naquele Seminário, que foi em novembro de 2014, saiu como resultado, o Plano de Ação, onde é um documento que foi construído com os Catadores, com os gestores públicos, com a entidade de Apoio e Fomento, Universidades, as Redes Territoriais de Colegiado, os Foros de Cidadania, Foros da Economia Solidária.

Então, aquele documento é um documento que é o norteador para essa política estadual de resíduos sólidos aqui

em Rondônia. Então, assim, devo agradecer muito a todos, e agradeço também de forma especial ao Diretor Executivo Enoque, do *Projeto Junior Achievement*, que é o grupo Rovema, que disponibilizou ônibus para os catadores aí da Vila Princesa e também ali da Associação Unidos pela Vida para estarem presentes, e a ASPROVEL está aí junto com a Isabel, que também está coordenado junto aí para vir. Então, eu acho que a gente só consegue fazer algo diferente e a fazer a inclusão social e produtiva quando todos os segmentos estiverem unidos em um objetivo comum. Então, todo material aqui, pessoal, eu vou, devido ao tempo, então tem muita coisa, tem ainda os catadores para estar aí apresentando, o principal é o deles, mas o que eu vou estar apresentando são as ações que estão dentro da SEAS, dois projetos um pouco, e esse material a gente vai estar disponibilizado também na página do *Fórum Lixo e Cidadania de Rondônia*, que depois a gente coloca aí na página disponibilizando para vocês, mas se colocar o *Facebook Fórum Lixo e Cidadania de Rondônia*, e posteriormente a gente vai estar disponibilizando também isso.

Então, nós temos aqui nesta Audiência Pública sobre aí a implantação da Política Estadual de Economia Solidária e a Política Nacional de Resíduo Sólido, enfatizando a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Então, a SEAS, hoje, é importante falar que dentro da SEAS nós temos administradores da Casa dos Conselhos, onde já está sendo ponto também para o Fórum de Lixo e Cidadania fazer as nossas reuniões, a gente está colocando lá, inclusive futuramente, se Deus quiser, sairmos daqui com a proposta do Conselho Estadual de Economia Solidária, o Tudo Aqui, antigo Shopping Cidadão, Casa do Ancião, PROCON, Restaurante Popular e Programa de Habitação Morada Nova. Então, é competência aí da SEAS, responsável por planejar, reelaborar, reimplantar, implantar e coordenar as seguintes políticas públicas. Então, temos aí por volta de umas dez políticas e a política hoje que estamos tratando é a política de inclusão produtiva e ações de geração de trabalho e renda, e geração de trabalho e renda de forma digna; então, estamos nesta luta e é pensando nesse viés da economia solidária para que a gente possa levar isso a todo Estado.

A estrutura, como eu falei, a estrutura institucional hoje da economia solidária, da gerência, então, tem o gabinete e a SEAS que estão dentro da Coordenadoria do Desenvolvimento Social, Gerência de Trabalho e Renda e temos os núcleos de qualificação, inclusão socioprodutiva e economia solidária.

Então, assim, os objetivos da gerência de trabalho e renda é apoiarem trabalhos de qualificação profissional vinculando oportunidades de obtenção de empregos, ocupações geradoras de renda. Então, a gente entende que se é o trabalho e renda é o trabalho que dignifica o homem, que dá essa capacidade de empoderamento, de autoestima, então, quando o pessoal tem esse trabalho e sabe que é do trabalho dela, do suor dela que ela vai poder ter o bem viver, então, a gente precisa estar promovendo, e existem várias ações, vários trabalhadores trabalhando de forma explorada e que precisa aí ser trabalhada de uma forma digna. Aí a economia solidária, ela vem com essa alternativa para poder trabalhar essa questão da cooperação, é um pouco mais difícil, é um pouco mais demorado, mas é possível, mas se a gente conseguir, a base sendo forte, com certeza tem muitos aí que vão estar melhor e

tendo resultado bem positivo, e nós temos muitos empreendimentos econômicos solidários que estão atuando aí no Estado e que a gente desconhece.

Então, por isso, mais um ponto dessa política está sendo estabelecido, a gente tendo esse marco para a gente poder identificar isso e também fortalecer, gerar oportunidade de trabalho e renda e assegurar o monitoramento e avaliação das ações, que é importante que se faça esse monitoramento, é importante que se acompanhe para cada vez mais a sociedade estar sabendo que existem essas pessoas, esses empreendimentos com seus produtos, com seus serviços, prestando serviço à comunidade e principalmente ao local, à comunidade local. Então, é fortalecendo esses grupos, essas pessoas, a gente sabe que a gente vai ter um melhor desenvolvimento local integrado e sustentável. Então, os desafios aí, no caso tanto da SEAS como a própria gerência de trabalho e renda, é criar e implantar o marco legal da política estadual de economia solidária no Estado. Então, assim, queremos aí ter a criação do Conselho Estadual e a criação de Conselhos de Municipais também de economia solidária, então que os gestores públicos municipais possam entender que a economia solidária é uma alternativa de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Capacitar e sensibilizar. Então, precisamos avançar, isso foi muito colocado nas três conferências como propostas. Precisa, sim, avançar a capacitação, a sensibilização de pessoas, gestores que entendam, se sensibilizem e que acreditem para poder fazer a diferença, que às vezes a gente pensa que é recurso financeiro, é também, mas a boa vontade, conseguir enxergar isso é possível fazer.

Aí o mapeamento dos empreendimentos que precisamos dar visibilidade a esses empreendimentos, precisamos saber quem são para estarem presentes nas feiras, nas exposições em outros momentos históricos para eles poderem estar apresentando tanto o seu produto e aumentando sua renda, e identificar e fortalecer as entidades de assessoria e fomento para economia solidária. Sabemos que tem o terceiro setor, tem várias pessoas aí trabalhando em prol disso e essas entidades precisam estar juntas também para serem fortalecidas e fortalecer esses e fortalecendo a própria gestão pública, que só assim a gente consegue fazer, nós não conseguimos fazer sozinhos.

Aí a organização da produção e comercialização, ter indicadores socioeconômicos hoje, a gente não tem esses números, precisamos desses números. Quantos são, quantos temos, o que produzimos, qual é o valor. Quando se vai a uma feira, qual o valor, o que aumenta o que melhora? Então, a gente precisa estar avançando nesses indicadores também, e divulgar principalmente à sociedade sobre esse movimento, sobre a política da economia solidária. Então, precisamos ir às rádios comunitárias, precisamos localmente fazer isso acontecer e apresentar e mostrar. E aí, igual estou mostrando para vocês, hoje a SEAS, dentro da gerência de trabalho e renda, nós conseguimos aí dois convênios com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, temos aí o *Projeto Colhendo Frutos na Solidariedade*, que esse Projeto ele foi ainda dentro do próprio Fórum Rondoniense de Economia Solidária, que na época foi uma chamada pública que apresentaram a proposta, então está sendo executado ainda devagar, mas está sendo

colocado. Tem o *Projeto Recicla Rondônia*, que é esse que está atuando juntamente com os catadores, que foi também trabalhado dentro do Fórum Lixo e Cidadania junto com o movimento dos catadores e temos também aí outras instituições também que tiveram parceiros aí trabalhando na elaboração e está na construção desses projetos. Então, do Projeto Colhendo Frutos, para vocês terem uma ideia, foi um valor de dois milhões cento e vinte e nove mil. Então, a coordenação institucional é a SEAS, aí dentro desse projeto existe uma Comissão de Gestão Estadual. Então, são várias Secretarias, ONG's aí participando e vai estar fazendo reuniões, e essa comissão teve reuniões ano passado, poucas reuniões, mas a gente estava fazendo alguns ajustes e vou passar para vocês que em breve vai estar chamando essa organização novamente, essa comissão para a gente poder dar continuidade e passar até que ponto que está e o que precisa avançar a área de abrangência desse projeto. Então, ele vai estar acontecendo. São três territórios que, na verdade, eles acontecem nesses municípios, mas se trabalha com os territórios da cidadania e o território da identidade, que é o território Madeira-Mamoré, território Vale do Rio Machado e Vale do Guaporé, não, Vale do Anari, perdão. Então, o que está acontecendo é a abrangência, Cacoal, São Miguel do Guaporé, Guajará-Mirim, Porto Velho, Ministro Andreazza, Presidente Médici, São Francisco do Guaporé e Costa Marques.

Então, o objetivo geral desse projeto vai ser apoiar a implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativa de economia solidária. Então, são ações que vão estar acontecendo dentro do projeto nessas regiões. Então, é assim, para vocês entenderem, são três espaços físicos que estão chamando de multifuncionais de economia solidária que vão ser pólos referenciais para economia solidária em Rondônia. Um vai ser em Guajará-Mirim, outro em Cacoal e outro em São Miguel do Guaporé. Essas atividades nas Prefeituras já está isso certo, já apresentaram o local, tudo mais, para a gente fazer acontecer.

Aí tem atividades de formação, assessoria técnica, incubação, iniciativas aí de comercialização solidária nos territórios e promoção de intercâmbios, iniciativas de finanças solidárias. Então, o resultado que a gente espera com todas essas ações são 50 empreendimentos econômicos solidários aí diretamente beneficiados, mil e trezentas famílias diretamente beneficiadas, que vão ter ações, capacitações, cinco mil, duzentas e cinquenta pessoas indiretamente também beneficiadas. Os três espaços multifuncionais de economia solidária estruturados.

Quando se fala estruturados, lá vai ser montado como se fosse um escritório e vai ser parte, vai ser como referência para poder estar discutindo nesses município e arredores a economia solidária. Então, é um projeto. Então, a Prefeitura que está fazendo também, ela precisa entender que depois deve dar continuidade. Vem o Governo Federal, emborcou, o Estado vem e a gente está fazendo meios para que o Estado depois consiga dar sua continuidade para que isso seja referência aí e a gente conseguir fazer esses espaços em outros municípios também. Aí os polos de produção, que são três polos de produção, que é a questão de confecção, alimentação

e biojoias que vai estar acontecendo. Então, são oitenta e duas pessoas formadas que vão ter cursos dentro da questão do comércio justo, etnodesenvolvimento, gestão, viabilidade econômica dentro desses espaços. E as iniciativas em fundos rotativos solidários dos próprios empreendimentos, que são outros instrumentos também da economia solidária para poder estar complementando e fazendo outras ações. Aí temos três feiras territoriais de economia solidária que estão dentro do projeto também, rodadas de negócio. E os planos territoriais de economia solidária elaborados e a constituição e fortalecimento de fóruns de economia solidária. No caso dos planos territoriais, só para contextualizar, vocês também, como houve a conferência, a conferência veio como a terceira conferência, veio como essa questão da elaboração de um plano nacional de economia solidária. Então, a gente está como uma agenda para poder realizar esses sete planos territoriais de economia solidária e a SEAS entrando como a parceria para poder realizar um plano estadual de economia solidária.

Então, esses avanços são assim super importantes porque é um marco legal, então precisamos mesmo do apoio de todos os senhores aí para poder dar essa continuidade.

Então, na Comissão Gestora do Projeto Colhendo Frutos, aí eu venho trazendo mais explicitado, mas já está bem adiantada essa questão desse plano para a gente trabalhar, que a gente precisa ter isso registrado e dar também um olhar a tudo que já foi discutido nas próprias conferências. Então, nós temos muitas coisas que já foram construídas e elas precisam nesses espaços serem consideradas e serem aplicadas e colocá-las em prática. Então, essa é a nossa intenção. Então, até o momento do projeto, vários equipamentos, tem muitos equipamentos, móveis, máquina de costura, computadores, freezers e tudo mais. Então, boa parte já foi lícitado, já foi homologado, está no almoxarifado da SEAS, a gente só estava esperando aí um parecer, os municípios já oficializaram a cedência do espaço e tudo. Estamos aguardando a minuta do termo de cooperação que a gente apresentou para a PGE, porque precisa fazer aí uma parceria entre o Estado e os municípios que a gente entende que é bem público. Precisa de uma guarda, precisa de monitoramento, precisa de local adequado. Então, tem uma série de coisas que são consideradas. Então, isso já foi, acho que chegou agora, estava na audiência, mas chegou o parecer lá já da PGE, então a gente vai dar esse encaminhamento, se Deus quiser, está entregando aí parte disso e força nas outras tarefas. Então, a gente está com essas tarefas aí para ser cumpridas, mas vamos chegar lá.

Do projeto Recicla Rondônia, então, é assim, o valor é cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, esse valor é para três anos. Então, assim, um milhão e setecentos mil, alguma coisa assim já foi depositado, que é a primeira parcela da SENAES e a contrapartida do Estado que foi dividido em três parcelas, lembrando que no começo desse projeto a gente estava num momento muito delicado aqui no Estado, a questão de recurso. Então, o Secretário, ainda, enquanto Márcio Félix fez um movimento muito grande para poder ser liberado pelo menos setenta e cinco mil, como primeira parcela, para a gente chegar a esse recurso, porque se não tivesse a contrapartida inicial da Secretaria do Governo não haveria essa contrapartida do Estado. Então, isso foi um momento muito importante, um

avanço aí que tivemos e esse empenho foi junto com os catadores, o Fórum, o movimento para poder ter. Então, assim, a Secretária Valdenice está aí, mas a gente tem que lembrar que tem outras pessoas que passaram, deram a sua contribuição e continuam. E assim é o movimento da economia solidária também. Então, a coordenação institucional desse projeto é a SEAS, está ligada diretamente à gerência de trabalho e renda, a Comissão Estadual, de gestão estadual, a SENAES, ela sempre coloca muito claro isso, que precisa ter uma comissão gestora do projeto. Então, essa comissão gestora, ela foi formada, então temos aí a SEDAM, a Superintendência da Paz, a Superintendência Regional do Trabalho e Renda que é o polo da SENAES aqui em Rondônia, Eletrobrás Distribuidora, Eletronorte, a Cooperativa – COOCAMARJI, Cooperativa de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná, a Cooperativa de Materiais Recicláveis da CATANORTE, aqui de Porto Velho, e Associação Unidos pela Vida. É importante lembrar que nessa comissão os catadores estão presentes com suas representações. Então, tudo que está sendo deliberado, apresentado aos catadores, desde a sua elaboração, eles estão participando do processo.

O projeto abrangência é o Estado de Rondônia, então, como objetivo geral, é isso, precisamos fomentar esses empreendimentos econômicos solidários atuantes com a questão do resíduos sólidos e que sejam catadores, constituídos por catadores e catadoras e com vista aí essa superação. Em alguns planos estaduais aqui de Rondônia e outros setores, de vez em quando a gente ouve falar: *Ah, o Governador quer ver o que é possível fazer para a gente tirar essas pessoas da superação da extrema pobreza.* Esta é uma das ações. Então, precisamos acreditar que nós vamos, se Deus quiser, colocar, eu acho que já está tendo alguns avanços para poder estar colocando essas pessoas num patamar muito melhor aí de qualidade, de trabalho com qualidade, de uma renda melhor, uma condição melhor, uma geração melhor aí para os próprios filhos desses também.

Aí, o nosso resultado pretendido então é promover esse resgate social dos catadores e catadoras de materiais recicláveis por meio da estruturação. Então, nós temos três eixos. O primeiro aí é o diagnóstico e perfil socioeconômico dos catadores de Rondônia. Então, assim, hoje, ainda assim, como foi na palestra do Senhor Francisco, ele colocou, a gente não sabe exatamente quantos são, onde estão, como estão. Muitos catadores ainda são invisíveis para a sociedade, ninguém os vê. No seminário, a gente sentiu muito claro isso, a gente perguntava: tem catador? Ah, não tem. Mas o que eles entendiam que não tinha, é porque, assim, no lixão, nas horas que eles iam lá, não tinha catador trabalhando, ou então não conseguia ver também o horário dos catadores que estão na rua coletando, que isso às vezes não é a primeira renda principal, ou então eles também não se identificam. Então, tem essa questão, se no termo de referência, quando foi lançado, uma das coisas que eles colocaram muito claro é esse diagnóstico, e aí vou adiantar para vocês o seguinte: Esse diagnóstico, no início do projeto, ele estava colocado para ser contratada uma empresa para fazer isso. Bom, demorando o tanto de tempo e a gente conversando com catador: *ó, vamos fazer a proposta aqui de modificar esse negócio.* A própria SEAS, junto com uma equipe dos catadores, junto com entidades de assessoria e fomento, nós vamos para os 52 municípios fazer o cadastro,

o diagnóstico desses catadores. Então, a gente está, já fizemos toda a mobilização disso, a Secretária aprovou, então, nós estamos juntos, precisamos de SEDAM junto, precisamos da SEPAZ, a Secretaria Municipal de Assistência Social que está aqui presente uma representante, então vamos estar conversando, vamos estar iniciando por Porto Velho.

Então, a gente vai fazer esse diagnóstico e acreditamos que esse material vai ser muito mais qualificado, o Estado vai estar presente, vamos estar junto às Prefeituras também fazendo esse cadastro junto aos Prefeitos para conhecer. Vai ser trabalhoso? Vai ter suas dificuldades? Vai ter os seus problemas? Vai, mas eu falo o seguinte, gente, um problema de cada vez, mas a gente chega lá. Mas, com certeza, assim, o valor diminuiu, foi possível fazer, desse valor foi possível fazer a inclusão aí dos catadores no evento que vai acontecer em Belém, que é o 3º Encontro dos Catadores da Amazônia Legal, que vai acontecer em Belém, onde foi, já saíram várias cartas. Então, esses encontros são processos formativos para os catadores, então, já teve o 1º Encontro, que foi em Manaus, onde foram 04 catadores, se eu não me engano, eu estive presente; no 2º Encontro já conseguimos só processo de articulação, o Estado não entrou com nenhum recurso, mas assim encontrou com articulação e as Prefeituras auxiliaram, foram 13 catadores presentes no 2º Encontro que foi em Rio Branco, então, eles tiveram experiência muito positiva porque a região Norte, a região da Amazônia Legal é totalmente diferente, ela tem suas dificuldades, tem suas propostas, então isso está sendo discutido junto com o CIISC, já colocamos que são necessários editais diferenciados, porque a realidade do Sul é uma, do Sudeste há anos que eles vêm com isso, temos que estar mostrando também. Então, são esses encontros que estão fazendo com que a região Norte apresente a sua cara, apresente o que quer e onde quer chegar. Então, eu acho que a gente já está num nível bem colocado. O nosso desafio é que, eu brigo com os catadores, eu falo: *ó, vocês não colocuem esse negócio para Rondônia ainda não, espera um pouquinho.* Mas eu acho que em 2016, de repente a gente consegue fazer o 4º Encontro do ECAL aqui, contando com o Deputado, contando com o FECOMÉRCIO, contando com o Fórum do Lixo e Cidadania e todos os outros para gente trazer os catadores da região para cá. Mas aí a gente está com essa questão do diagnóstico e inclusive dentro dessa, que a gente fez essa alteração com aprovação aí dos catadores, incluindo aí um seminário, um seminário de resíduos sólidos, que após o diagnóstico tem um dia para os catadores para que eles tenham o momento deles também de se encontrarem e se fortalecerem. Então, já temos o segundo, que é a organização social deles que precisamos estar incluindo, ser incluídos com os outros catadores e tal organização social é que eles estarem falando a mesma língua e fortalecendo. E a verticalização da produção com foco na formação de redes solidárias. Então, assim, temos um histórico também que teve o CATAFORTE um e dois, então, já teve um início de duas redes, existe uma rede que é da CATANORTE, que é aqui de Porto Velho, e a Rede COOCAMARJI, que é em Ji-Paraná. Então, eles vão ter o momento deles, vão estar falando aqui, pode se apropriar. Mas o projeto em si ele vem para fortalecer essas redes, que se trabalhando em rede, as Associações, as Cooperativas pequenas têm muito mais a ganhar também. Eu

vou estar passando aqui, não vou estar lendo tudo, eu acho que tem outras pessoas para estar falando, mas para vocês entenderem então é bem isso, é o diagnóstico a primeira meta, um seminário, um seminário Rondônia para Catador, nós vamos estar disponibilizando no site da SEAS também e no site o plano de ação. Nesse diagnóstico a gente vai estar entregando para cada Prefeito, para cada pessoa o Plano de Ação, que é o documento norteador do projeto *Recicla Rondônia*.

Então, assim, lembrando que assim a professora Madalena colocou e falou assim, a gente tem que bater palmas porque ela falou assim, infelizmente foi encerrado o contrato com o plano estadual de resíduos sólidos, mas eles tiveram dois momentos de estar apresentando no Seminário como que estava o Plano estadual e lá uma das ações que saiu nesse plano é para que seja revisto o plano estadual, que o que foi apresentado lá, o diagnóstico, infelizmente do cenário de catadores estava completamente errado. Então, a gente acredita que isso não é uma só da PGE que viu que estava em desacordo, não. Teve um cenário positivo no seminário onde foi colocado muito claro que aquilo tinha que ser refeito, não dava para conceber uma política estadual de resíduos sólidos com aquelas informações. Então, a gente está junto, professora Madalena, acreditamos no comitê interestadual, ontem nós tivemos uma conversa, então eu acho que é sair daqui com aprovação desse comitê para que a gente tenha essas ações e possa fortalecer cada vez mais. A SEAS não vai conseguir fazer sozinha, precisamos da SEDAM, precisamos da SEFIN, a SEAGRI também está presente, então temos várias ações, precisamos de todos vocês.

Então, assim encerrar um contrato não é uma coisa fácil, espero que eu nunca precise passar por isso, mas é um avanço. Eu acho que isso é uma resposta do Poder Público para os catadores, eu entendo isso, então é um avanço, e isso foi uma resposta do seminário *Pró-Catador*, não é? Então, foi um marco legal, foi um marco do seminário, após o seminário a gente sabe que muitas Prefeituras se mexeram, se resolveram, estão junto com os catadores aí. Precisa avançar mais? Precisa, mas muita coisa já foi positiva, a gente pode estar passando quando esse cenário aí para o CIISC. Então, aí a inclusão dos catadores na questão do cadastro único, após esse diagnóstico vai ser uma ação que a gente vai estar junto aí, fazendo aí, como é possível fazer, e não só cadastrar, mas ter o acesso, as pessoas tenham esse acesso para estar fazendo as visitas aí nas 10 macrorregiões, a gente colocou ter essas ações aí que atenda esses catadores, então a assessoria técnica, cursos, dividir a assessoria técnica para os empreendimentos, cursos aí de cinco módulos. Esses cursos vão estar tratando sobre a questão do movimento dos catadores, princípios da economia solidária, gestão financeira, aí colocamos a questão da roda de terapia comunitária. Por que isso? Que a gente sabe que existem vários conflitos e tem também as questões das crianças, porque assim essa questão é uma questão que foi colocada por conta do quê? Às vezes o catador vai nesses encontros, vai nas formações e precisa também saber o que vai fazer com os filhos? Aonde vão estar? O que vão estar fazendo? Então, vai estar sendo tratada oficina para que os filhos possam estar sendo assistidos para o catador estar tranquilo participando, se formando e se fortalecendo. Então, aí tem verticalização da produção, está previsto aí equipamento, nós não sabemos quais são os

equipamentos e aí então o diagnóstico que vai estar apontando isso. Aí a participação do catadores em eventos, temos aí o Fórum do Lixo, Festival do Lixo Cidadania, Expocatador, Encontro dos Catadores da Amazônia Legal, às vezes tem alguma feira de economia solidária ou outra feira. Então, está previsto isso aí, essa garantia deles estarem participando desses momentos também.

Aí na verticalização, na época foi pensado aí a unidade produtiva de vassoura pet, varal pet e da questão da produção de sabão residual. E temos móveis, máquinas, equipamentos, veículos e tal, para atender esses empreendimentos. Isso tudo vai ser construído após o diagnóstico que a gente vai estar sabendo o que precisa? Aonde vai? Então, assim tudo isso vai estar sendo feito junto com a comissão e junto no seminário. Então, o diagnóstico vai ser o documento norteador para a gente definir quais são os equipamentos, aonde vai ser colocado.

Precisamos avançar com as Prefeituras acordos, que essas Prefeituras precisam ter o seu centro de triagem, precisam estar fazendo também essa parceria para poder acontecer. Porque não adianta eu compra o equipamento e não ter onde colocar, não tem uma energia elétrica, não é? Não ter uma segurança, então tem uma série de coisas aí a serem colocadas, então vai ser importantíssimo a gente fazer.

No seminário, uma das coisas que sai também, que assim os gestores públicos estavam solicitando ter o seminário, o espaço só para eles. Então, a SEAS já está com essa programação para poder estar fazendo esse seminário só para os gestores públicos também, para poder estar atendendo. Então, é muito disso aí e a viabilização do diálogo pessoal, que precisa a formação de equipe. E colocando, vou concluir aqui para vocês, assim nesse fortalecimento, até o momento a gente teve bastante fortalecimento aí do Fórum do Lixo da Cidanía, do próprio movimento.

Eu venho acompanhando aí a questão dos catadores, muitos ainda não tinham essa questão da unidade e vêm sendo fortalecidos. Então, a carta do primeiro encontro, do segundo encontro e do seminário nós estamos fazendo aí e vamos estar disponibilizando o quanto antes esse material para todos os senhores, para estarem com esse documento fazendo o norteador para a gente estar avançando e verificar aonde a gente avança. Porque às vezes o que acontece é que a gente verifica que não está andando, mas tivemos avanços e precisamos estar vendo esses avanços bem claramente para a gente poder se fortalecer e dar mais um passo. Então, vou estar passando aqui, porque senão a gente vai. Eu acho que é isso. Eu agradeço à Secretária Valdenice, ao Secretário Marcio, à Coordenação, ao Coordenador de Desenvolvimento da Habitação, que deixou um pouquinho a Habitação e veio para cá, tenho que brigar lá também na SEAS, porque senão a Habitação engole tudo, e tem outras políticas também, mas agradeço ao Antônio Sena, que está aqui com a gente, e a Dileide, parceira aí para poder estar junto, a equipe é pequena, mas a gente consegue fazer com o pouco que tem, gente, assim as dificuldades são imensas e o Poder Público também mais com pouco que tem a gente acreditando que é possível nós vamos à luta. É isso e eu vou deixar para os catadores estarem falando e lembrando, está bom? Agradeço a todos aí.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigada, Sandra.

E em virtude da agenda apertada, o horário do voo saindo de Porto Velho, quero passar aqui a palavra novamente ao Dr. Francisco para ele se despedir aí de Porto velho e do nosso povo que está aqui presente.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS NASCIMENTO –

Bom, gente, na verdade, eu quero pedir desculpas por ter que me ausentar, porque, na verdade, eu queria mesmo era participar das discussões posteriores, porque é a parte que fica boa do negócio. Mas eu tenho que estar amanhã de manhã cedo em Brasília e o voo que nós conseguimos sai agora às 13:00 horas e alguma coisa. Então, agora ao meio-dia devo me ausentar, mas eu gostaria de deixar registrado aqui o prazer de estar presente nesta Audiência. Quero colocar o meu e-mail institucional, vocês podem anotar, por favor anotem, francisco.donascimento@presidencia.gov.br, me coloco à disposição de todos vocês e todas vocês que queiram fazer contato, esclarecer alguma coisa que veio de nossa apresentação, ou contribuições para as reflexões futuras, o importante é que a gente consiga construir uma resposta efetiva para inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos processos de gestão de resíduos sólidos da cidade de Porto Velho e do Estado de Rondônia.

Muito obrigado gente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Dando prosseguimento aqui a Audiência, convidamos agora para a sua palestra a Sra. Ana Lúcia, Secretária da Rede Estadual de Colegiados Rondônia, com o tema: *Rede Estadual de Colegiados Territoriais*.

A SRA. ANA LÚCIA DE SOUZA ARAÚJO – Bom dia a todos. Como o Deputado falou, a questão do nosso tempo estar bastante avançado, nós tínhamos preparado uma palestra sobre a organização dos territórios, mas nós vamos deixar para uma outra oportunidade, quem sabe, devido a esse tempo que está muito corrido. Mas eu gostaria de falar um pouco a questão desta Audiência Pública. Isso aqui não é mais Audiência Pública, é a Audiência Pública da economia solidária, e eu queria cumprimentar ao nosso Deputado por ter tido essa sensibilidade, esse desejo de abraçar essa causa tão nobre; cumprimentar também o Vereador Jurandir Bengala por estar aqui conosco; cumprimentar a Vereadora que está ali conosco fazendo parte. Gente, a maior dificuldade que os Territórios têm é trazer o Poder Público municipal e estadual para essas conferências ou para discussões territoriais. Eu queria só alertar os senhores que a economia solidária ela é que faz o movimento de um município, ela é que movimenta o Estado, o Brasil e o mundo.

Recentemente, nós vimos no *Jornal Nacional* uma abordagem sobre economia solidária no mundo inteiro, então para ver qual é essa grande importância sobre isso. Os Territórios participaram das conferências da economia solidária, já havia uma discussão, uma preocupação dentro dos Territórios com relação a esse tema, com essa demanda que houve dentro dos Territórios da economia solidária em nível de Brasil, isso todos os Territórios, aconteceram essas conferências, aí consolidou mais essa questão da economia solidária.

Então, eu gostaria de mais uma vez falar ao Poder Executivo, cumprimentar o Prefeito, parabéns, Prefeito de Costa Marques, que está aqui; o vice-Prefeito Emerson também está aqui presente, quero parabenizar os senhores, a importância de vocês estarem juntos conosco nesta luta. Outra coisa que eu queria falar, vai ter a *Rondônia Rural Show*, tem uma companheira do projeto PAF Jequitibá que não vai poder participar porque não tem estrada, ela não vai conseguir tirar o produto dela, porque tem um *stand* lá para a economia solidária e ela não vai poder participar por isso, olha como é a nossa preocupação com relação a isso, é muito sério, porque é a economia solidária que coloca na mesa o nosso alimento, porque o agronegócio exporta, então temos que ter o olhar diferenciado para isso.

Quero também fazer uma recomendação, não é uma crítica, esta Mesa precisa ter mais mulheres, as mulheres têm que ter mais espaço, sabe, mais espaço, porque as mulheres estão lá na discussão, elas participam, mas elas precisam ser representadas por maior número, então precisamos colocar uma mesa mais paritária onde as mulheres têm o seu espaço e a sua visibilidade. Eu gostaria de convidar o Sr. Raimundo, do *Fórum Rondoniense*, para estar aqui. Eu gostaria de convidar o Deputado Estadual Dr. Ribamar Araújo e também a Secretária de Agricultura Maristela, de Itapuã do Oeste, porque nós vamos estar entregando nas mãos do nosso Deputado, eu gostaria que isso ficasse registrado, fotos na mão de nosso Deputado, um projeto de lei da economia solidária e que o nosso Deputado olhe isso aqui com bastante carinho, olhar com bastante carinho sobre esse projeto de lei que nós vamos estar entregando nas mãos dele. E agradecer a todos vocês, mais uma vez.

Marlene, por favor, do Fórum. Gente, muito obrigada a todos que estão aqui presentes.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigada, Ana Lúcia. Passo a palavra agora ao Sr. Luiz Carlos, Coordenador do Programa Educação Previdenciária.

O SR. LUIZ CARLOS ARAÚJO – Bom dia senhores, senhoras, pessoal da Mesa, Deputado Ribamar Araújo.

Meu nome é Luiz Carlos Araújo, sou Economista, Coordenador do Programa Educação Previdenciária, e nós temos um trabalho direcionado às comunidades, periferias, comunidades rurais e todos os setores da economia. Só quem não fica fora do nosso objetivo de passar o conhecimento sobre a Previdência Social é a categoria dos facultativos. Quem são os facultativos? Aqueles que não são obrigados a ser segurados, aqueles que não são obrigados pela Lei a se cadastrar na Previdência, que são as donas de casa, que é o estagiário, que é aquela pessoa eleita pelo prédio, que é o condômino, então a legislação dá a isenção a essas categorias, a esses profissionais, a essas pessoas a serem isentas, facultativos, não são obrigados a se cadastrar. Mas mesmo assim a importância da Previdência Social ela é inerente a todas as pessoas, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, todo cidadão ou cidadã, ou seja, a importância da Previdência está naquele momento que a pessoa não espera, aquele momento que é surpresa, ou seja, quando adoece, quando nasce a criança ou fica grávida a jovem, quando a pessoa, ele ou ela, por eventualidades da vida, vai ser presa, ou reclusa,

ou quando falece, momento em que o senhor Pai celestial: - *vem cá meu filho, vem aqui junto de mim*. Aí a família tem o direito da Previdência. A todos esses momentos do cidadão ele tem a ação da Previdência estar presente, mas está presente se ele teve a precaução de se cadastrar na Previdência, de se inscrever no INSS. E são momentos que assim que é muito importante para cada um, seja solteiro ou atrás dele uma família, crianças, porque ninguém advinha o momento de amanhã. Hoje, no momento atual, neste momento aqui da sala, aqui do salão desse trabalho em conjunto aqui, o objetivo é de atingir os catadores de materiais resíduos sólidos e reutilizáveis.

Em recente matéria que eu peguei essa semana, um Juiz do Paraná, focalizando a problemática dos senhores, dessa comunidade, mediu que no Brasil existem 800 mil Catadores de materiais. Sendo que 7.5% estão organizados em Cooperativas, ou seja, ele faz até uma comparação aos Advogados. São 800 mil coletores de lixo recicláveis, mas existem 700 mil Advogados, 350 mil Médicos. E desse universo dos Catadores, 7.5% são organizados em Cooperativas, ou seja, dá um total de 60 mil Cooperativas e Associações. O que reflete eles estarem organizados em Cooperativas e Associações? Reflete que eles estão organizados, eles têm atrás de si aqueles momentos que refletem ele trabalhar isoladamente, desorganizadamente, as agruras do tempo, as agruras de manhã, de tarde e de noite e descanso em residência, a discussão dessa problemática e a inclusão social, porque aqueles que não estão organizados em Associações e em Cooperativas a dignidade social desse cidadão está muito rente à extrema pobreza, à problemática de moradia, à problemática de sobrevivência e à problemática de dignidade social.

E esse Juiz, ele coloca em decisão, ele estabelece parâmetros de aferir a dignidade humana à profissão do coletor de recicláveis, mudança que gera impasse na obtenção do benefício no INSS. Eu sou servidor do INSS, eu não estou atrás do balcão, atrás do balcão do atendimento tem todos os requisitos e critérios de uma legislação e normas que o nosso colega servidor vai lhe atender. A minha função como servidor do PEP, esse Programa de Educação Previdenciária, é orientar o cidadão, orientar a sociedade, orientar as várias categorias que tem cidade e campo. Então, a adequação às condições de critérios é o nosso colega do atendimento, mas a minha função é passar informações ao máximo possível para as categorias das Comunidades, no caso aqui o Coletor de papel. Foi concedido o benefício nesse parâmetro de dignidade humana para um cidadão no Paraná e por algum tempo ele recebeu.

Mas na questão que por trás dos órgãos, instituições, no caso o INSS, Procuradoria, AGU, Advocacia Geral da União, a sentença foi derrubada, o benefício foi derrubado. E a preocupação no Paraná levou essa problemática para a turma nacional de Uniformação de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, determinou que uma nova decisão seja tomada, considerando atividades desempenhadas em condições precárias de trabalho, não pode ser parâmetro para a não concessão do benefício, ou seja, isso reflete um olhar social para a categoria dos catadores de materiais recicláveis e um olhar da dignidade humana. Porque o jovem com seus 20 anos, 30 anos, ele está forte, está saudável, 40 anos ele está firme, e principalmente esse pessoal dessa categoria que

pega peso eles têm uma saúde que os outros de outras categorias não têm, eles só têm a condição de trabalhar com essa atividade, mas eles organizados, eles têm uma assessoria totalmente jurídica, social, um olhar. Inclusive, ali tem até a Educação do EJA, Jovens e Adultos, alfabetização, um olhar de saúde e outras preocupações, e ele desorganizado, aí esse olhar é da Previdência, esse olhar da justiça social.

É muito importante aqui, que sempre a gente quando dá, eu estou fazendo esse trabalho aqui da Previdência, esses últimos recados a gente deixa de dar.

Então, que seria, refletir para toda sociedade, para as comunidades e que reflita para os seus vizinhos, parentes a importância de: vai procurar a Previdência, vai procurar o socorro da Previdência, algum benefício que faça o seu agendamento através do 135 ou através do acesso remoto da Previdência, **www.previdenciasocial.gov.br**, a partir desse momento que você faça esse agendamento, seja pelo telefone público, porque é gratuito, seja pelo telefone do celular, que só vai pagar uma continha mínima, ele vai ter a partir desse momento vai ser agendado daqui a três meses, daqui a 60 dias, daqui a 120 dias, depende do volume que está à sua frente, a partir do momento que ele agendou, se ele no pedido que ele for considerar ter direito, ele já está ganhando desde esse momento.

Todo mundo, entendeu? No momento que vocês liguem no 135 ou na questão remota pela internet e o benefício que vocês buscarem, seja auxílio-doença, o benefício que estiver elencado aqui na frente, a partir desse instante, se você provar o direito, documentos, atender os requisitos, a partir desse instante você tem direito aos benefícios, ou seja, a partir do dia de hoje, se for o caso, vai ser atendido daqui a três meses, você já tem três meses a seu crédito, no momento lá, o benefício foi concedido você já entra na questão da folha, receber o cartão, recebe ali e vai ficar um tempinho aí, sei lá, uns 30 dias, uns 60 dias para receber o atrasado, mas isso é administrável, e muita gente não sabe disso, e no momento que você faz o agendamento a condição humana de atendimento é digna, porque não fica aquela questão de muita gente, naquele atendimento, o servidor perturbado, as pessoas fazendo pressão e aquele horário que você faz o seu agendamento é um horário seu, um horário do cidadão.

Colega da sonoplastia, podia passar. Nós vamos passar um filme institucional.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deu um probleminha no aparelho, nós vamos ficar devendo.

O SR. LUIZ CARLOS ARAÚJO – Vai ficar devendo. Ok! Então, mais uma coisa, eu gostaria de terminar aqui...

Ah! sim, o nosso Programa de Educação Previdenciária, gente, ele existe no Brasil inteiro. A coordenação é em Brasília, Coordenação Nacional do Programa de Educação Previdenciária, em cada Estado existe uma Coordenação Regional, em cada Agência tem uma Equipe do PEP, ou seja, faz esse trabalho de levar palestra à sociedade através de Associações, Cooperativas, Sindicatos, solicita através de ofício uma palestra que é gratuita, inclusive tem material que a gente dá, há um curso também, um curso de 10 módulos, ele é viável para três dias mais ou menos, tem que se organizar três sábados, três

dias seguidos, período de tarde, e é um curso de disseminadores da educação previdenciária.

Eu gostaria de terminar aqui: *“é preciso força, sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê, e cada ser em si carrega o dom de ser capaz e ser feliz”*.

Ok! Muito obrigado. Estamos disponíveis para palestras e qualquer dúvida.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Luiz Carlos, e passo a palavra agora ao Sr. Olavo Nienow.

O SR. OLAVO NIENOW – Em nome do Deputado Ribamar, cumprimentar os demais componentes da Mesa; em nome do Tony, cumprimentar a presença de todos os catadores e catadoras aqui presentes nesta Audiência Pública.

Falar da importância aqui desta Audiência Pública e aqui apresentar um pouquinho rapidamente o que é o Fórum Lixo e Cidadania. O Fórum Lixo e Cidadania foi nacional, foi criado há mais de 10 anos, antes mesmo da Lei 12.305 que instituiu a política nacional de resíduos sólidos, e aqui no Estado a intenção do Fórum Nacional é que em cada Estado tivesse fóruns e nos municípios também. Qual é o objetivo desse Fórum? E por que é que foi criado? É porque grande parte dos catadores se concentravam nos lixões e nos lixões havia uma grande presença de crianças no trabalho infantil. Então, um dos objetivos do Foro era combater, trabalhar para erradicação no trabalho infantil, quer dizer, de um modo geral, com o foco principalmente junto a esse público.

Outro importante foco de atuação do Foro Nacional e nos Estados, que é a implantação da coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva dos catadores em todos os municípios.

E como terceiro foco, a erradicação dos lixões, e aqui no Estado então desde 2012 que foi criado o Fórum Estadual e que ele é composto esse Foro e desde já queria convidar a todos os senhores e senhoras para que tiverem interesse em participar. O Foro não tem personalidade jurídica, ele tem o Regimento Interno, tem uma Coordenação, uma Secretaria e que se reúne ordinariamente todas as segundas e quintas-feiras de cada mês. Este ano, normalmente é de dois em dois meses.

Como este ano nós temos bastantes atividades e o reciclo *“Rondônia Sendo Implantado”*, nós preferimos fazer mensalmente.

Todos que participam do Foro é uma participação voluntária. E por que criar então o Foro? Para quê? O que nós percebemos, o que nós vemos é uma grande falta de consciência na sociedade e nos gestores públicos sobre o tratamento adequado aos resíduos sólidos. Então, o Foro cria o espaço estratégico para as pessoas interessadas em discutir esse tema, preocupadas com a questão do meio ambiente, e a destinação adequada dos resíduos sólidos, criam, têm ali um espaço para se reunir, discutir a problemática, ver possibilidades de soluções e encaminhar. Como o Foro não tem poder de ação, mas tem poder, digamos, de influência política, nós queremos construir influências políticas. Assim como a Sandra muito bem colocou, o *Projeto Recicla Rondônia* é muito estratégico para os catadores em todo o Estado de Rondônia, ele foi concebido a partir desse Foro. Esse Foro onde participam os catadores também é que, digamos, discute, e esse Projeto foi concebido no âmbito desse Foro. Participam desse Foro, então, pessoas individuais, físicas

ou representantes de organizações da sociedade civil e de órgãos públicos, todos os que estiverem interessados em discutir essa temática e que estiverem preocupados com isso.

E evidentemente é um trabalho voluntário, porque o Foro não tem como remunerar nenhuma pessoa para fazer esse trabalho, todo o trabalho é feito de forma voluntária.

Chamar a atenção para essa questão da falta de consciência dos municípios. O que é que a gente vê? Há uma preocupação e houve uma pressão muito grande dentro do Ministério Público para a erradicação dos lixões, sem se preocupar, isso que o Francisco levantou aqui, muitas vezes com as pessoas que vivem daquele meio. Então, as duas coisas têm que ser feitas simultaneamente. Outra coisa que a gente percebe, e aqui foi apresentado o trabalho que está sendo feito para a elaboração do Plano Estadual e em cima de consórcios públicos. Por um lado, uma iniciativa importante, mas qual é a preocupação mais importante nossa? Nos consórcios há indicações de que os municípios carreguem mais de quatrocentos quilômetros o seu lixo para depositarem num aterro sanitário. Isso é um absurdo, é ridículo você transportar lixo ou transportar riquezas, porque nesse lixo, nesse resíduo sólido, tem uma enormidade de riquezas e você, ainda por cima, você impede que pessoas, catadores do seu município, e aqui outro lembrete muito importante, o que a Lei nº 12.305 fala é que deve ser feita a inclusão prioritária dos catadores e quando não tem ou não tem em número suficiente para atender o serviço ambiental, que devem ser incluídas pessoas que estão em vulnerabilidade social. Portanto, é impossível que nesses municípios que foi apontado que não tem catadores, que não tenha pessoas em vulnerabilidade econômica e social. E, portanto, se tem, essas pessoas devem ser convidadas a fazer esse trabalho. Lembrar que o trabalho de reciclagem, o importante trabalho ao meio ambiente que os catadores prestam através da coleta, através da catação, foi um trabalho, um serviço ao meio ambiente inventado e prestado por essa categoria, sem cobrar nada, sem cobrar nada. E a sociedade não dá muito pouco ou nenhum retorno ao importante, importantíssimo trabalho que essa categoria faz. Aqui em Porto Velho, por exemplo, os catadores, eu acho que daqui a pouco eles vão falar, eu não tenho, de cabeça, a quantidade de toneladas de material reciclável por mês. Tony, por alto, quanto? Cento e vinte toneladas de material reciclável que os catadores reintroduzem ao processo produtivo, portanto é matéria-prima, e isso não representa um por cento, nem um por cento, é menos, muito menos de um por cento do quantitativo do material que poderia ser coletado.

Então, vejam os senhores e as senhoras o importante trabalho que eles já prestam e o enorme trabalho que está sendo desperdiçado pela não inclusão socioprodutiva para que eles possam fazer esse trabalho de forma digna. Não deve, esse material não deve ir para os lixões, nem para os aterros sanitários. Esse material tem que ser coletado nas nossas casas, ou nós, a partir das nossas casas, destinar isso para lugar adequado, aonde eles recebem e dão um tratamento adequado e um destino adequado.

Então, o Foro tem essa luta, tem esse propósito e todos os senhores e as senhoras estão convidados, na próxima quinta-feira vai ter a reunião ordinária e nós nos reunimos na Casa dos Conselhos, a partir das 09 horas, quem quiser está

convidado a participar, quem estiver interessado em discutir esse tema. A gente só lamenta, viu, Deputado, que o Fórum é Fórum Rondoniense e a gente gostaria de incentivar que em cada município tivesse esse Fórum, esse espaço onde as pessoas se reúnem, discutem para dar a destinação adequada, mas nós não temos condições econômicas para deslocar e incentivar os Fóruns Municipais e com isso a gente sabe que é muito trabalho, muitas boas experiências estão sendo desperdiçadas por falta dessa condição da gente poder se deslocar e prestar esse serviço aos diversos municípios aqui do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Olavo.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Inclusive, senhor Presidente desta Audiência Pública e proponente, Deputado Ribamar Araújo, a Vereadora Fátima Ferreira convida as instituições governamentais e, mormente sociais, as Cooperativas e Associações de catadores para participarem da Audiência Pública na Câmara Municipal de Porto Velho, no dia 11 de maio, a partir das 15 horas, para discutir ações e o processo de licitação da coleta de resíduos sólidos da cidade de Porto Velho que está em trâmite na Câmara Municipal e ações que contemplam os catadores nesse processo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Lenilson. Passo a palavra neste momento ao senhor Raimundo Moreno.

O SR. RAIMUNDO MORENO – Bom dia a todos. Bom dia a todos os companheiros catadores, companheiros que nós todos os dias estamos nas ruas de Porto Velho. Bom dia ao Deputado Ribamar Araújo; ao Vereador Bengala; ao companheiro Tony, do Movimento Nacional dos Catadores; faço parte da Articulação Estadual, e ao companheiro Celso, lá da COOCAMARJI, o Márcio; os companheiros da assessoria técnica, que nos acompanham, e ao senhor Geraldo, da ASPROVEL e os outros companheiros que estão na plateia.

Para nós é muito determinante essa programação. Primeiramente, uma solicitação e até uma crítica, a nossa programação deveria ser a abertura para os catadores um tempo maior e a solicitação também, um conselho estadual da Assembleia Legislativa, eu acho até que o Deputado deveria fazer essa pauta para ter um conselho do meio ambiente da Assembleia Legislativa, para fazer as parcerias junto às nossas organizações que são muito precárias em termos de parcerias, junto aos Governos que já se passaram e essa gestão aqui nós temos agora uma parceria grande, que agora vem a Secretaria SEAS com esse grande projeto com o CIISC e graças a Deus a gente está aí nessa luta, que é árdua, da economia solidária, junto também com a companheira que se encontra ali na plateia, a Sandra, a Andréia e a outra companheira Marlene, e a gente está nessa luta para que venha desenvolver cada vez mais e enriquecer essa economia solidária, que na realidade está um pouco assim lenta, mas, graças a Deus, estamos colhendo frutos e outros projetos que estão aí do *Recicla*

Rondônia e eu agradeço aqui a palavra e a gente fica até assim emocionado de ter o prazer de falar nesta plateia.

E, também, Deputado, a gente gostaria que fizesse uma pauta de uma lei sobre essas empresas que entram em Porto Velho de fora para fazer pesquisa, diagnóstico, que na realidade foram feitos esses diagnósticos mal feitos e mal elaborados, porque aqui nós já temos empresas que, na realidade, têm respaldo total de fazer essa pesquisa, esse diagnóstico, onde foi feito, essa empresa DRZ, ela fez esse diagnóstico, totalmente mal elaborado, nós fizemos até o retorno e nunca deram o retorno para a gente. Ganham dinheiro aí, não se falou o valor desse montante, mas o valor foi muito alto dessa empresa, deveria passar para a Cooperativa e a gente fazer esse diagnóstico de catador para catador, ficaria melhor, porque a gente tem uma visão, a gente tem o conhecimento. Nós temos a assessoria que pode também chegar lá em diversos municípios de Porto Velho, Rondônia e por aí adiante. Essa empresa, ela veio, ela colheu o dinheiro de Rondônia e foi embora. E como é que fica? É dinheiro nosso, do Estado de Rondônia. Essa é a minha provocação.

Eu agradeço por nós termos essa oportunidade de falar a essa plateia junto com os companheiros que estão lá, não todos que vieram do interior, graças a Deus, não puderam vir, seria bom terem vindo para esta Audiência, e a companheira que está lá do outro lado, a companheira Flávia, a assessoria técnica que está ali na plateia, ela também faz parte desse tanto de pessoas que na realidade apoiam o nosso trabalho, professora Elza e o senhor Olavo. Eu agradeço a Deus primeiramente e passo a palavra aos outros companheiros, o tempo é muito pouco, mas para nós é valioso, nós temos também de ter essa oportunidade de um tempo maior.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Raimundo Moreno. E vou me encarregar, Raimundo, de, como membro da Comissão do Meio Ambiente, fazer um convite ao senhor e aos demais catadores, representantes de catadores de material reciclável aqui de Rondônia, para vocês virem aqui na Comissão de Meio Ambiente para a gente poder ter um tempo maior. Eu queria que o senhor depois passasse para o Cerimonial o seu endereço e telefone para a gente poder fazer o convite. Em breve falarei com o Presidente da Comissão para que o senhor seja convidado para a Comissão de Meio Ambiente. E eu vou passar a palavra agora à nossa Secretária de Ação Social, Valdenice Domingos.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Bom dia a todos. Quero aqui agradecer ao Deputado Ribamar Araújo por ter nos proporcionado, junto com a SEAS, a realização desta Audiência Pública. Registrar também aqui a não presença do Deputado Lazinho, que também é um parceiro dos catadores, ele está em Cacoal, por isso não está aqui presente. Agradecer a equipe da SEAS pela determinação para realizar os trabalhos e todos os parceiros da SEAS na realização desta Audiência.

Em nome do nosso Vereador Bengala, cumprimento todos da Mesa. Em nome do Tony, quero cumprimentar todos os catadores e catadoras aqui presentes. Como já todos falaram a importância da Audiência Pública da gente estar trazendo para o debate a questão da economia solidária, já ficou bem claro na colocação dos nossos palestrantes, então eu não vou

repetir, mas essas audiências são importantes porque abrem um leque de discussão e traz para o Poder Público o que os catadores pensam e o que eles almejam. E hoje eu acredito que com um olhar diferenciado do Poder Público no reconhecimento dessas pessoas enquanto agentes colaboradores para a preservação do meio ambiente, mas não é só nisso que nós queremos ficar. Ontem ainda, quando eu conversava com as meninas, eu disse que nós precisamos olhar para os catadores como um olhar humanizado, como pessoas que já colaboram com a preservação do Meio Ambiente, mas que nós enquanto Poder Público precisamos trazer essas pessoas para a inclusão social e dar oportunidade dessas pessoas de serem capacitadas, de aumentarem a sua renda familiar e de estarem inclusas no mercado de trabalho. E vê isso, Tony, não apenas passar e virar o rosto para os catadores, mas tratar vocês com a importância que vocês têm, enquanto pessoas que trabalham, que tiram desses resíduos o sustento da família de vocês. E o compromisso das SEAS hoje é tentar amenizar um pouco mais, buscando condições junto ao Governo do Estado, apresentando a minuta da lei como a gente já encaminhou para a Casa Civil, nós já solicitamos para fazer essa conversa tanto com a Casa Civil quanto com o Governador Confúcio, que tem um olhar muito especial para as pessoas que mais precisam do Estado. E nós vamos já fazer uma indicação para a criação do comitê interestadual, isso é o compromisso da SEAS, nós conversamos, não seria interessante criarmos esse comitê pela SEAS porque abrange outras Secretarias, então a sugestão nós vamos encaminhar para que se crie ou pelo gabinete do Governador ou pela Casa Civil, mas nós vamos encaminhar, isso é um compromisso da SEAS hoje aqui com vocês. Que a gente criando esse comitê, já se tem o Fórum, e fazer essa discussão SEAS, SEDAM, EMATER, as outras Secretarias do Estado que envolvem a política, a educação, a saúde e tantos outros órgãos, buscar as parcerias com a FIERO, a FHEMERON, por que não, trazer esse pessoal para a discussão pra gente tentar fazer valer as políticas públicas. E hoje se a gente conseguir criar uma política pública de economia solidária no Estado, criar esse comitê interestadual e conseguir avançar junto aos municípios na conscientização da importância do trabalho de vocês junto aos municípios, a gente acredita que vai ser um avanço muito grande dentro dessas discussões.

No mais, eu quero agradecer a presença de todos e dizer que nós, enquanto Secretaria de Estado de Assistência Social, estamos à disposição e aquilo que tiver ao nosso alcance nós vamos estar buscando junto à nossa equipe para manter um diálogo e avançar cada vez mais na construção dessa política de Estado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Secretaria Valdenice. E eu quero passar a palavra neste momento ao ilustre Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, o senhor Jurandir Bengala.

O SR. JURANDIR BENGALA – Bom dia ou boa tarde aqui a todos. Eu quero, falei até para o Deputado Ribamar que eu ia declinar por causa do horário, e eu tenho certeza que muitas pessoas aqui querem usar a palavra. Então, é muito importante, porque eu vi aí os catadores, que para nós é uma satisfação.

Mas quero aqui cumprimentar o Deputado Ribamar, meu companheiro, meu amigo, meu irmão, como sempre tenho falado em todos os momentos, cumprimentar aqui a Val, Secretária da SEAS, parabéns, Secretária; cumprimentar aqui meu companheiro de muitos anos, Olavo; cumprimentar aqui o Tony e seu Raimundo; quero aqui cumprimentar, em nome da minha amiga, minha companheira, Vereadora Fatinha, cumprimentar a todas as autoridades aqui presentes; cumprimentar aqui a Ana Lúcia; cumprimentar o Deputado e parabenizar aqui os servidores e servidoras desta Casa, muito atenciosos todas as vezes que a gente tem um prazer muito grande de chegar aqui a esta Casa, somos muito bem recebidos. Cumprimentar aqui a imprensa, muito importante, e cumprimentar com um cumprimento especial aí todos os catadores e catadoras de lixo do município de Porto Velho, parabéns aí pela presença. Também não quero aqui alongar muito, porque às vezes a gente começa a falar, realmente eu tenho certeza que muitas pessoas estão querendo almoçar e o horário já está um pouco avançado, até porque nós temos um compromisso na Câmara, não é, Vereadora Fatinha, agora à tarde.

Mas quero aqui, como Presidente daquela Casa, deixar todas as autoridades aqui presentes, todos os catadores e catadoras de lixo, dizer e fazer um convite para segunda-feira, que aquela Casa não é minha, é de vocês. Então, quero dizer aqui para vocês que está aberta para nós podermos discutir essa demanda, não só segunda-feira, não é, Vereadora Fatinha, mas todas as vezes que vocês precisarem daquela Casa. Aquela Casa é do povo, aquela Casa é nossa, todas as vezes que tem lá nós sempre temos atendido, Deputado, isso é aqui, Deputado, parabenizar, eu sei que hoje no município de Porto Velho, quando se fala em catador e catadora, quando se fala em lixo, quando se fala em meio ambiente, é um problema muito grande. Ontem mesmo nós tivemos uma Audiência Pública para poder tratar do assunto do Canal dos Tanques. E a gente via lá naquela audiência pública na Câmara, pessoas favoráveis e pessoas contra. Uns defendendo o meio ambiente, que é muito importante, mas outros, a maioria, defendendo a sua moradia em Porto Velho, a sua moradia, eu tenho sempre falado, Deputado Ribamar, eu defendo muito o meio ambiente, mas entre o meio ambiente e as pessoas, eu sou pessoas. Então, eu acho que as pessoas têm que ser tratadas em primeiro lugar. E quero aqui dizer, Deputado, nós, Poder Público, Câmara Municipal, Assembleia, Poder Executivo e Poder Legislativo, eu acho que têm que olhar com mais ansiedade, com mais atenção os catadores, as catadoras de lixo do nosso município de Porto Velho, que é muito eficiente.

Nós não podemos deixar de discutir isso nem um pouco.

Parabenizar vocês e dizer que temos que cobrar mais do Poder Executivo, porque eu acho que o Poder Executivo ainda está devendo, a Secretária Val, e eu não tenho nenhuma dúvida do que eu estou falando, eu acho que nós hoje temos que dar mais atenção ao nosso catador e nossa catadora de lixo de Porto Velho, que para nós são eficientes.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos. Aquela Casa está à disposição de vocês.

Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Vereador Bengala, e queria agora passar a palavra ao Senhor Geraldo Gonzaga, Coordenador Presidente da ASPROVEL.

O SR. GERALDO GONZAGA DE LIMA – Quero desejar um bom dia a todos e dizer que estou muito lisonjeado de estar aqui presente. O momento é especial. Eu acho o momento histórico na história de Rondônia, este momento que nós estamos vivenciando hoje. E que os catadores de materiais recicláveis de rua que passam de casa em casa mostrando o seu trabalho, pedindo para a sociedade separar o material e que nós passamos pegando o reciclável que nos interessa. O orgânico que é um trabalho da Prefeitura, como tem nos ajudado muito. Quero agradecer ao Deputado Ribamar Araújo, essa senhora a qual eu não conhecia, conheço o Senhor Raimundo, o Olavo e o Vereador Bengala e ao mesmo tempo que nós estamos acostumados na velha língua dos catadores de lixo, existem os coletores residenciais e os catadores de materiais recicláveis, tanto de rua como do lixão e de agora para frente que vamos tratar.

O SR. JURANDIR BENGALA – Só um minuto, só para fazer um registro. Inclusive a gente fala em lixo, porque hoje nós temos demandado muitos problemas do lixo em Porto Velho, mas somos catadores de lixo reciclável do município de Porto Velho, material reciclável. Desculpa aí e conte sempre com este Vereador, que pode ter certeza que vai estar sempre à disposição de vocês. Tudo aquilo que for de melhor para o nosso município de Porto Velho, para o nosso Estado, pode contar sempre com o Vereador Bengala que vai estar à disposição.

Obrigado.

O SR. GERALDO GONZAGA DE LIMA – Obrigado, Vereador. E por gentileza, eu vou fazer até um convite para o senhor conhecer a nossa Associação, que é ASPROVEL, é em homenagem a Porto Velho, quer dizer, AS – associação, PRO é Porto, porque às vezes eu troco, e VEL quer dizer Velho. É a primeira associação da história de Porto Velho, foi fundada no dia 03 de dezembro de 2005. Assim que eu pisei dentro da cidade de Porto Velho, foi limpando a cidade, ou seja, ajudando a limpar a cidade, dando o destino correto ao material reciclado. E aí foi fundada a 1ª Associação.

Quero agradecer também ao Governador pelo pessoal dele que está aqui, ao Prefeito Mauro Nazif, que também tem nos ajudado, fez a limpeza do galpão, a Isabel Cristina, que trabalha na Secretaria, SEMUSB, que é o Secretário Eduardo e os catadores que estão todos lá atrás esperando uma proposta boa para que nós possamos ir adiante, ir à frente e que esse projeto não pare, que seja bem-vindo, nós temos que nos organizar, Tony, seu Raimundo, Olavo, a dona Sandra que está ali conversando e todos, porque nós não podemos perder, porque se nós perdermos, Porto Velho perde também e toda Rondônia. É só isso que eu tenho para falar. Muito obrigado e eu espero estar presente em todos os eventos que houver, que diz respeito ao catador e que tenhamos direito de fala também.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Geraldo Gonzaga. E passo a palavra neste momento à amiga Isabel, representando aqui o Instituto Babaçu da Amazônia.

A SRA. ISABEL CRISTINA DA SILVA – Bom dia a todos. Eu agradeço a oportunidade ao Deputado Ribamar Araújo e quero cumprimentar a Mesa, aos demais da Mesa.

Eu quero deixar aqui, Presidente, uma mensagem para vocês, que nós moramos aqui em Porto Velho há 25 anos e nós temos um trabalho na educação ambiental, acho que uns 10. Eu só queria frisar para vocês que desde 2008 eu venho acompanhando o trabalho da ASPROVEL e é uma luta diária, e eu queria deixar presente e assim falar, uma salva de palma para aqueles catadores que estão lá atrás, todos os catadores de Rondônia, que nós temos direito e que nós devemos respeitá-los como cidadãos, porque nós estamos observando, acompanhando eles diariamente e ver e vemos como as pessoas estão tratando os catadores aqui em Porto Velho. E eu acho que não é só Porto Velho, é o Brasil.

Eu queria deixar presente também que nós aqui em Porto Velho, a nossa capital é considerada a mais suja, a mais feia, mas depende da educação do povo, não é só de Prefeito, de Vereador, de Deputado, de Governador, que isso é uma coisa de educação e nosso município quem suja não é Prefeito, não é Vereador, é a população que suja a rua.

Então, nós temos que cobrar isso nas escolas, nós temos que cobrar isso na nossa rua, nós temos que cobrar isso na Assembleia, que tenha um ponto de coleta aqui dentro da Assembleia para juntar os resíduos da Assembleia, levar para dentro da ASPROVEL também. Então, assim, é uma coisa que seja coletiva, todos nós batalhando para que o nosso município seja valorizado e conhecido como um município que tem responsabilidade ambiental.

Em relação à ASPROVEL, quero deixar aqui bem claro, para que todos saibam, quem não sabe, foi implantada a 1ª fábrica de vassoura e nós estamos assim felizes porque o Prefeito Mauro Nazif, de imediato, já solicitou encomenda para adquirir para o município de Porto Velho 05 mil vassouras, e isso quer dizer, gente, que isso é respeito aos nossos munícipes, e isso é um trabalho que foi feito, implantado, que nós estamos sendo reconhecidos.

Então, eu queria, assim, frisar que nós queremos o apoio dos Deputados, dos Vereadores do município de Porto Velho, da população de Porto Velho, dos Professores, dos diretores de escolas e que isso é um trabalho coletivo, de toda comunidade. Então, assim, minha palavra em relação a deixar frisar o trabalho da ASPROVEL importantíssimo para Porto Velho e para coleta seletiva solidária.

Muito obrigada pela oportunidade e conto com vocês.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Isabel. E neste momento eu queria chamar para fazer uso da palavra o Senhor Tony dos Santos, para contextualizar as ações do Movimento Nacional dos Catadores em Rondônia.

O SR. TONY DOS SANTOS – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Mesa, Deputado Ribamar Araújo, Vereador Bengala aqui. Eu só queria fazer uma observação, os catadores estão presentes até uma hora dessas; cumprimentar também

os apoiadores, que são de grande relevância, que têm bastante força de vontade para essa categoria chegar num patamar de dignidade, ter a nossa identificação como profissionais da categoria. Eu queria pedir para o Deputado Ribamar que fizesse presente aqui a dona Iris Ferreira, catadora de rua, por favor, dona Iris faça parte desta Mesa aqui por causa que é um exemplo de vida, representando as mulheres, a senhora falou, uma senhora com 66 anos que faz coleta seletiva na rua empurrando carrinho, faz esse material, que ela coleta, é armazenado na sua residência, ainda comercializa junto com a Cooperativa de reciclagem, ela produz. Eu quero falar um pouco dela que produz mil e quinhentos quilos de matérias recicláveis em carrocinha, empurrando todos os dias, isso durante um mês. Eu quero pedir aplauso aqui por ela que é um exemplo de vida, por favor. (Aplausos.)

Eu quero chamar também o companheiro Celso, que a gente vai fazer uma apresentação em conjunto. Eu vou falar sobre a realidade que tem aqui em Porto Velho, com bastante dificuldade mesmo, eu acho muito chato também ter que fazer essa apresentação num espaço já um pouco reduzido, né? Mas agradeço a oportunidade, vou fazer a apresentação, mas é a realidade que a gente também vive na capital e a realidade que vive Ji-Paraná, que é o centro do Estado de Rondônia, que a gente considera. Vou passar uns slides rápidos aqui, parabenizar a SEAS por ter essa iniciativa de promover esta Audiência, os outros parceiros, o *Fórum Lixo Cidadania* que está atuante, com bastante deficiência, mas a gente consegue formalizar e organizar os catadores. Obrigado por essa audiência, agradecemos as propostas dos parceiros. O que é o nosso trabalho de cada dia? O que é lixo para alguns é renda para outros, que somos nós os catadores. Eu acho que no contexto lixo, lixo é aquilo que você não aproveita mais, no entanto o lixo que a gente considera lixo tem duas destinações, que seria o material reciclável e o material orgânico, que ainda é reutilizado para adubo orgânico. E partes desses resíduos são reaproveitadas, o grande desafio da sociedade é organizar a coleta seletiva de resíduos sólidos para acabar com a poluição, aumentando a vida útil dos aterros sanitários. O nosso trabalho, além de gerar renda para o sustento das nossas famílias, faz exatamente isso, reduz os impactos ambientais, promovendo o reaproveitamento de materiais e objetos. O histórico aqui dos catadores de materiais recicláveis de Porto Velho, eu estou falando enquanto Porto Velho, ninguém sabe dizer exatamente quando que foi iniciado esse trabalho. Existem catadores aqui que trabalham há mais de 30 anos, isso desde a lixeira de Santo Antônio onde eu cheguei a alcançar, mas tem a lixeira próxima à UNIR, que é onde está atuante, que construíram um aterro controlado, de organização.

Em 2005 foi realizado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, Prefeitura e SEAS, SINDETUR, que é parte da Prefeitura, no período de dois anos, esse apoio foi muito importante para a nossa organização, aonde foram criadas as seguintes organizações, como fala o Sr. Geraldo aí: a ASPROVEL, ASCAVIP, Unidos pela Vida e CATANORTE. Em 2005, com apoio da Faculdade São Lucas, a gente conseguiu organizar os catadores que eram esquecidos nos lixões. Eu quero só colocar aqui que na Vila Princesa foram identificados 150 catadores individuais em 2005, eu fazia parte desses catadores, aonde realmente eu me sentia excluído da sociedade porque era

considerado como lixeiro. A partir de 2005 a gente participou do *Festival Lixo e Cidadania*, que foi realizado em Belo Horizonte, onde a gente passou a conhecer o Movimento Nacional de Catadores, que é o MNCR, onde esses catadores estavam já organizados há mais de 25 anos e o nosso Estado não tinha conhecimento desse movimento. A partir disso a gente organizou, teve todo um evento de implantar a coleta seletiva, pontos de triagem foram construídos em parceria com a Fundação Banco do Brasil e Prefeitura, mobilização social, teve Natal reciclável, criação de oficinas temáticas e capacitações.

Até hoje a gente vem realizando várias reuniões, esse período aqui foi de dois anos simplesmente, a gente conseguiu organizar uma associação com catadores, esse aqui foi o nosso primeiro galpão, onde a gente conseguiu realizar as nossas primeiras vendas de materiais, esses galpões eram provisórios e a gente conseguiu duas prensas, essas duas prensas foram doação da Fundação Banco do Brasil, realização de um projeto em parceria com os catadores, depois dessa organização a gente melhorou a situação de vida dessas pessoas, com bastante luta, mas a gente hoje tem catadores de sair da bicicleta para uma motocicleta, foi um grande avanço que a gente teve, melhoria das casas da comunidade, de sair de cobertura de papelão para casas de alvenaria. Lá na comunidade tem mais de 300 famílias hoje. A gente tem uma comunidade onde tem uma escola que foi construída com o esforço mesmo dos catadores, de 1ª a 5ª série, a gente conseguiu colocar água para esses catadores, a partir da conquista da organização a gente conseguiu instalação da água, o aterro controlado, a empresa está fazendo a autoestima da renda do trabalhador, reforço e ampliação da escola que hoje a escola está melhor, infraestrutura, drenagem das ruas, iluminação pública, criação de posto de saúde também que foi uma demanda dos catadores, a constituição da associação e criação da Cooperativa CATANORTE.

A gente quer aqui falar sobre a criação da Cooperativa CATANORTE, que foi uma necessidade de comercialização dos produtos, senão a gente continuava com a Associação até hoje.

Depois disso a gente conseguiu organizar os catadores, gestão, o que mais prejudica os catadores são gestões públicas municipais, o que acontece, a gente tem todo um trabalho realizado com o gestor, muda, o outro gestor ele além de querer ajudar, eu acho que ele faz atrapalhar o processo de organização, porque a gente tinha todo um procedimento de catação, a gente tinha horário para trabalhar, a gente tinha parado de trabalhar à noite, a gente tinha uma organização boa, aqui como vocês podem ver isso daqui fica na área do aterro, catadores organizados que tinham horário de entrada e saída, hoje realmente a gente não tem isso, os catadores continuam fazendo a coleta do lixo domiciliar, mas aquele fogo acabou, catadores que a gente com bastante luta não foi implantada a coleta seletiva, existe uma empresa aqui em Porto Velho que é a Marquise, que a Prefeitura na gestão anterior eles pagavam cem mil reais pela coleta seletiva. Agora eu pergunto para vocês: Existe coleta seletiva no município de Porto Velho? Existe coleta seletiva nas casas, porta a porta? Todo material que eles colocam, mas está lá no contrato, tem cem mil reais que eles recebem por mês. Aqui é parte da organização da CATANORTE, as nossas primeiras vendas, a gente tem um galpão de triagem, tem duas prensas bastante

sucateadas, isso aqui foi quando a gente presenciou o apoio aqui do Governo Federal que seria a vinda do ex-presidente Lula.

Esse aqui é nosso galpão, como vocês podem ver, o sistema de triagem é esse, a gente ainda prensa o material, sendo que a Cooperativa está evoluindo, a gente está com a ideia, existe uma emenda parlamentar que é do Deputado Lazinho, onde a gente conseguiu em conjunto a rede CATANORTE um equipamento para beneficiamento dos materiais. Os catadores ainda fazem esse trabalho a céu aberto pela falta de condições do galpão, a gente no início tinha esses apoios da Prefeitura, hoje não tem, graças a Deus a gente está comprando os equipamentos com recurso próprio, que são os caminhões de segunda mão, mas a gente está conseguindo manter eles.

Eu queria falar um pouco aqui sobre os catadores de rua, tem a ASPROVEL e a Unidos pela Vida. Sr. Geraldo falou bastante bem aqui, só queria colocar que a gente conseguiu para os catadores de rua um galpão, uma prensa, empilhadeira e tal num bairro aqui. Só queria que me ajudasse a memorizar aqui, Dona Iris. Qual foi o bairro que a gente conseguiu? No Mariana. Só que a disputa que a gente tem com os empresários, com os próprios gestores é muito grande, depois que a gente consegue se organizar, eu vou falar uma coisa, empresário que vive de sucata, eu não vou generalizar todos, mas alguns gestores públicos municipais eles não querem que a gente faça a coleta seletiva, que a gente não tem condições de fazer, mas eu falo o quê? Esse galpão foi incendiado e foi um ato criminoso, foi comprovado e tudo isso, agora com influência de quem a gente não soube de onde aconteceu.

Esses são armazenamentos nas casas que geralmente os catadores não têm galpão de triagem. E só queria colocar aqui que esses catadores sofrem demais com os agentes de saúde que chegam nas portas querendo multar essas pessoas que sobrevivem do material reciclado.

Aqui fala um pouco da incidência do galpão, coisa que a gente tem um controle só pela cooperativa, vou falar aqui por alto, a gente produz 120 toneladas/mês, isso comprovado com notas fiscais eletrônica, com volumes de materiais, até por causa que a nossa comercialização tem um pouco de valor depois que a gente emitiu as notas fiscais eletrônicas. Aqui tem mais ou menos um patamar de quantas toneladas a gente retira de pet, misto, filme, papelão a gente não consegue trabalhar, trabalhou um certo período, o papel que a gente também não conseguiu vender, o ferro a gente consegue sim. Ai eu vou limitar aqui para o companheiro também expor.

Mais de 12.800 toneladas anuais de resíduos, isso só pela Cooperativa, sendo que tem atravessadores que retiram mais de 50% do que a gente retira, porque hoje, depois, eu estava até falando aqui com o Francisco, depois que a gente criou um nível de organização, a gente tem que disputar com empresários que têm capital e querem passar por cima dos catadores, por cima das organizações. Isso eu falo porque a gente sente na pele como liderança, e o companheiro aqui, o Celso, também eu acho que passa por essas dificuldades.

O que nós catadores queremos? Queremos tratar a parceria com a Prefeitura e os órgãos competentes também, por causa que assim enfatiza muito a Prefeitura, porque sempre quem bate, *'ah não, quem cuida do lixo tem que ser a*

Prefeitura'. A Isabel falou aqui, isso é uma gestão compartilhada. Governo do Estado, Prefeitura, a própria população tem que se conscientizar e separar o seu resíduo. A gente já quer fazer esses convênios, já tem alguns Convênios, já tem alguns parceiros que vêm fazendo esses trabalhos já conosco.

Estabelecer um plano de trabalho, como o Francisco falou. Tem que ter o plano estadual de resíduo sólido, tem que ter o plano municipal de resíduos sólidos, tem que ter o Plano Municipal de resíduos sólidos. Como ele mesmo falou, dinheiro tem, só falta apresentar esses planos e com a inclusão socioprodutiva dos catadores. Eu vou passar aqui rapidinho. A união dos catadores da Prefeitura e Estado e demais parceiros, a força necessária para melhorar as nossas condições de vida, todas as pessoas de Porto Velho e do Estado de Rondônia o que desejamos, somos pela união.

Muito obrigado, eu vou passar aqui a palavra para o companheiro Celso.

O SR. CELSO LUIZ MOULAZ - Boa tarde a todos. Eu quero falar só um pouquinho. Tinha muita coisa pra falar, mas como nós estamos com o horário já estourado, eu só quero reclamar uma única coisa. Por que todas as vezes que tem um evento para os catadores, os catadores ficam por último? Quando os catadores vão falar, a minoria das pessoas, só aqueles mesmo que tem interesse no assunto dos catadores. Pôxa, a gente deveria, se é um assunto voltado aos catadores, pôxa, a gente deveria ter oportunidade primeiro. Não deixar nós para o final, quando todo mundo já está cansado e todos já foram embora.

É a única coisa que eu quero reclamar e chamar o Wilton, que faz parte da Cooperativa COOCAMARJI, de Ji-Paraná, para apresentar uma proposta da Cooperativa, que não é somente pra nossa Cooperativa, é para os catadores do Estado de Rondônia.

O SR. WILTON SANCHOTENE PINTO FILHO - Boa tarde. Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos catadores e lutadores por essa causa. Hoje estamos aqui, meu nome é Wilton e faço parte da COOCAMARJI, dou um auxílio, e montamos uma equipe e vamos direto ao assunto, ao projeto básico, ao projeto *Recicla Rondônia*, que tem um monte de recursos aí, e nós montamos o que a nossa Cooperativa lá de Ji-Paraná e da Região Central necessita, realmente, para a gente ir com essa proposta de plano de ação. Meu nome é Wilton. O projeto da COOCAMARJI ele vem junto com o ECOCENTER, que é um projeto de conscientização da população, junto às escolas e às crianças na área ambiental, e seguimento, gerenciamento, e o registro de tudo isso, do crescimento da Cooperativa. O Celso Luiz, os contatos, o meu, Wilton, junto o ECONSCIENTE, somos Coordenadores do que estamos desenvolvendo lá em Ji-Paraná.

Então a COOCAMARJI é uma Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Ji-paraná, fundada em 30/11/2010. Foi criada para que os Catadores pudessem comercializar os resíduos recicláveis produzidos no município de Ji-Paraná em torno de uma forma mais organizada e fortalecida.

Então, a Cooperativa era inicialmente composta por 10 catadores e em 2015, agora, já tem 30 catadores. E também tem vários Catadores, mais de 26 Catadores que estão na fila para serem oficializados na Cooperativa. O apoio institucional

que o ECONSCIENTE desenvolve, ele desenvolve projetos ambientais, sociais e econômicos, visando a sustentabilidade.

O projeto ECONSCIENTE surgiu em novembro de 2013, com a necessidade de desenvolver um trabalho de conscientização ambiental na população de Rondônia.

Os Catadores. Os Catadores de matérias recicláveis são agentes ambientais importantíssimos no auxílio de redução da quantidade de lixo criado no nosso meio. Então, tudo isso é muito importante, e aí resolvemos fazer como promover isso, para promover com uma consolidação da categoria, que é importante a estruturação física institucional das Cooperativas.

E é nesse âmbito que a COOCAMARJI e ECONSCIENTE busca desenvolver um trabalho em parceria, onde promoveremos uma conscientização das Cooperativas na sua formação institucional e sua estruturação física, valorização e organização. É uma justificativa.

Em Rondônia o número de catadores organizados em Cooperativas ou Associação ainda é pequeno e para que este número aumente é necessário assessorar os catadores da implementação e regulamentação de suas bases. Para isso, inicialmente, será feito um mapeamento e um diagnóstico dos catadores dos materiais recicláveis que estão em atividades.

Ou seja, as regiões terão que identificar os municípios pertencentes a sua área e extensão de catalogar os catadores que trabalham no local.

Na região central, a COOCAMARJI se responsabilizara em fazer o diagnóstico, catalogar os Catadores pertencentes a cada município da regional, como também fará o assessoramento de implementação das Cooperativas ainda não regulamentadas. Para isso será necessária uma equipe gestora responsável pelo desenvolvimento, monitoramento e acompanhamento dos trabalhos realizados nas Cooperativas da região central.

O objetivo, identificação e catalogação dos municípios.

Identificar os municípios que fazem parte da regional de Ji-paraná e a partir daí catalogar e identificar os Catadores.

Bem como verificar se as Cooperativas formadas juridicamente em cada município. O projeto também visa apresentar a região central através de mapeamento gráfico, o qual informará os Municípios que fazem parte da região e qual a distância até Ji-Paraná. Além, disso o Projeto também objetiva mapear a rede de catadores do município de Rondônia e desenhar graficamente quais os municípios e regionais que se interligam à região de Ji-Paraná através de negociações, compra, venda de materiais recicláveis. O público alvo são os Catadores de materiais recicláveis, o de rua e o do lixão da região central, regional de Ji-Paraná, catadores também de outras regionais do Estado de Rondônia.

Aqui a gente tem o mapa que está explicando a região central e um pouquinho mais no verde fraco, onde a Cooperativa já atua lá dentro, dentro dessa rede, que aqui o Celso vai falar um pouquinho do Município que já está trabalhando e o Celso lá com a COOCAMARJI já está negociando com essa rede, já está formulando tudo isso a gente já está com meio caminho andado e um pontapé já dado.

O SR. CELSO LUIZ MOULAZ – Pois então, o que acontece, a Cooperativa ela foi criada com o objetivo de valorização do trabalho dos catadores de material reciclável lá de Ji-Paraná,

os atravessadores aproveitavam muito dos serviços dos catadores, pagava um preço, todo mundo sabe que o atravessador paga um preço muito barato para os catadores.

Então, a gente criou a Cooperativa com esse objetivo de melhoria para os catadores. Então, hoje, a Cooperativa ela já atua nesses municípios, ela vai lá e compra o material desses catadores e leva para Ji-Paraná e prensa, porque o que é que acontece, nesses municípios não existe prensa para prensar e o catador só consegue vender o material por um bom preço se ele tiver prensado, e os catadores hoje não têm isso aí, não têm prensa para prensar. A gente tem duas prensas lá, então gente vai lá, compra o material deles pelo preço justo, leva para Ji-Paraná e prensa e vende para as empresas.

Então, a gente já atua nesses municípios e é por aí que a gente quer. Agora como o *Recicla Rondônia* chegou aí, vai ter como fortalecer essa central e fortalecer os municípios que a gente já atua, que estão dependendo da nossa cooperativa, a gente fortalecendo eles lá, poxa, a melhoria de vida deles, a renda deles vão aumentar muito mais. Então, a gente já trabalha lá e quer buscar mais é melhorias para esses catadores, esses são os municípios que a gente já atua e busca material para dar uma força para esses catadores lá.

O SR. WILTON SANCHOTENE PINTO FILHO – Seguindo métodos, metodologia e plano de implementação. Na Região Central, a equipe gestora será formada por quatro pessoas, quatro membros, sendo três catadores dentre eles o Presidente da COOCAMARJI, o Coordenador do ECONSCIENTE, representando o Projeto ECONSCIENTE e membro da sociedade, a equipe gestora poderá designar atividades técnicas a outros profissionais especializados na área necessárias para formalização das cooperativas e o desenvolvimento do projeto.

Exemplos: profissionais na área de advocacia para criar o Estatuto das Cooperativas, profissionais na área contábil ou administrativa para assessorar na parte financeira e administrativa das Cooperativas criadas.

O mapeamento ali. Então, seguindo o método, para desenvolver esse trabalho a equipe gestora demandará de tempo e recursos e para tanto será necessário a utilização dos valores disponíveis no projeto básico *Recicla Rondônia*. A equipe gestora da Região Central disporá de um profissional da área e da elaboração de projetos que ficará responsável pelo desenvolvimento, execução e acompanhamento dos projetos de gestão de formação e cooperativas e mapeamento de catadores.

Recursos dispostos no item dentro do projeto social que está aqui, que a gente pegou como linha para requerer todos esses recursos, como também terá um técnico responsável pelo monitoramento, acompanhamento e articulação das atividades desenvolvidas pelo projeto junto à rede de catadores da Região Central, que é o recurso no item que está aqui dentro.

Esse técnico será um representante da COOCAMARJI e terá mais dois representantes de catadores da Região Central que desempenharão a função de agente de desenvolvimento local e acompanhamento da execução do projeto, recurso disponível no item tal. O trabalho a ser desenvolvido por esses profissionais transcorrerá em 36 meses.

Resultados, depois de feito todo o levantamento de dados de identificação das Cooperativas e sua situação, será feita uma apresentação de contas de forma gráfica com todos os dados levantados nessa etapa será desenvolvido uma infografia, como mapas, gráficos, imagens, dados e números de cada município.

Esse trabalho será realizado por um designer gráfico e essa apresentação de serviço será paga com recurso que tem no item tal, que está aqui dentro. Então, o recurso a gente tem. Seguindo no método, para percorrer a região será necessário de locação de veículos: combustível, alimentação, hospedagem da equipe.

Alimentação e hospedagem será financiada pela diária citada na meta que está aqui dentro no item tal; só que o valor é de cento e vinte, a gente achou muito pouco, então a gente está dando aqui uma *sugerencia* (??) que o valor da diária deverá ser de cento e oitenta, pois vai às regiões que a hospedagem mínima tem o valor de cem reais e outras cento e quarenta e as refeições principais variam de quinze a trinta e ainda, tem despesas com lanches e bebidas. O abastecimento do veículo está transcrito no item tal... e o valor disponibilizado é de R\$ 2,84 reais o litro de diesel que está aqui nesse orçamento.

Conforme disposto a meta IV do item 4.5 – aquisição de um veículo de pequeno porte a necessidade de antecipação dessa ação, já que será de fundamental importância a utilização de um veículo para percorrer toda a região central fazendo o trabalho de catalogação, mapeamento, assessoramento ao grupo de catadores.

Foi acordado junto à equipe que será mais econômico e viável antecipar um item de compra de um veículo descrito no item 4.5., ao invés de inicialmente alugar um veículo e posteriormente adquiri-lo em outra etapa.

Seguindo nos métodos, além de catalogar a estrutura ou classificar, a equipe gestora buscará junto ao projeto básico montar uma pequena infraestrutura nas cidades pertencentes à regional de Ji-Paraná, onde terá pequenas sedes de catadores, cada sede terá um computador ou um notebook, impressora, nobreaks para desenvolver os seus trabalhos administrativos, como também receberá um kit básico para realizarem o trabalho de triagem do lixo. O kit básico para triagem do lixo será composto de: uma prensa, um elevador, uma mesa de triagem, uma balança e um carrinho para o deslocamento dos fardos.

Aquisição de máquinas e equipamentos estão descritos nos itens na apostila. O projeto básico, aquisição de equipamentos de informática são fundamentais para a realização dos trabalhos de escritórios das cooperativas. Então, são compostos aí de impressoras.

Então, está aí, a Cooperativa acompanhará todas as sedes das Cooperativas constituídas dentro da Região Central e para isso será montado dentro do centro da Cooperativa um escritório administrativo e para isso será necessário adquirir os equipamentos que tem no Projeto.

Metodologia ainda: todo produto, equipamento adquirido junto ao Projeto base *Recicla Rondônia*, ficará para usufruto da Cooperativa COOCAMARJI e das Cooperativas regionais centrais. Esse trabalho inicial relacionado, bem como os materiais e equipamentos, são de grande importância para um bom andamento do trabalho inicial de implementação e

fortalecimento da rede de Catadores de Materiais Recicláveis. Sem a estrutura básica da injeção de profissionais capacitados para a realização dos trabalhos, não terá como desenvolver uma rede fortalecida e com estrutura.

As metas da primeira etapa: mapear a região de Ji-Paraná e apresentar graficamente; quantificar o número de catadores e Cooperativas que fazem parte da região de Ji-Paraná; quantificar os municípios de outras regionais que se interligam a Ji-Paraná através da rede; criar Cooperativas ou Associações nos locais ainda não existentes; indicar quais os resultados alcançados ao final do projeto; descrever os possíveis efeitos dos impactos que o projeto produziu; apresentar prestação de contas de forma gráfica, através de uma infografia com mapas, gráficos, imagens e dados de cada município. Esse não é o fim, é apenas o começo, que a gente está querendo dar esse pontapé inicial.

E agora eu quero mostrar para vocês um exemplo que é muito importante. Esse aqui é o site da Cooperativa COOCAMARJI. Então, ela já está estruturada visualmente e ela está sendo construída lá no município, temos aqui o projeto, esse Projeto ECONSCIENTE, que visa à conscientização da população, não adianta nada a gente ter uma Cooperativa e não ter um trabalho de conscientização eficaz junto com as crianças, que é a nossa semente que a gente está plantando, porque esse projeto vai ter uma duração de vários anos.

Fotografias das escolas ECONSCIENTES: aqui rapidinho a gente já fez seis escolas, mais embaixo tem as fotografias.

Essa aqui é a doutora Abadia, uma Juíza lá de Ji-Paraná que deu um baita apoio, através dela a gente conseguiu um recurso para dar o pontapé inicial. Então, a gente tem esse apoio juridicamente, com pessoas capazes de apoiar e lutar pela nossa causa. Aí foram as primeiras crianças que tomaram parte, então foi em escola estadual, municipal, as crianças recebem o folder que vocês receberam aí, explicando, e um imã de geladeira e um pirulito, para elas ficarem calmas que elas vão receber o pirulito no final da palestra, e também é passado um documentário falando sobre a coleta seletiva e as cooperativas, o valor real das cooperativas para elas. E eu prometo para elas que no dia em que o centro de triagem da COOCAMARJI estiver pronto, elas irão lá visitar de ônibus e elas ficam bem eufóricas. Então, até o mês que vem a Cooperativa vai estar construída e a gente vai fazer esse trabalho com as crianças.

Agora vamos lá, vídeos e fotos da Cooperativa. Fotos. Aqui está a COOCAMARJI. Ela começou com esse galpãozinho lá no lixão, aqui são os caminhões doados sobre uma compensação ambiental e o caminhãozinho da coleta seletiva.

Então, a coleta seletiva em Ji-Paraná já está funcionando, em seis bairros já é realidade. Então é o pontapé inicial. A gente quer toda a cidade funcionando, essa é a ideia e todos os municípios que vão aderir às Cooperativas, a gente quer colocar esse projeto em prática. Agora vai aparecer o processo do crescimento dela, das primeiras vigas, aí é onde o pessoal trabalha, estão catando direto do caminhão, quando despeja. Aí o pessoal que fez a compensação ambiental, que é Jauru Linhas de Transmissões Elétricas S.A. Graças a Deus eles acolheram esse projeto e as primeiras fundações do Centro de Triagem de Ji-Paraná. Então, a gente já está bem avançado, estamos trabalhando com isso e queria transmitir a todos os

catadores que não desistam, que a gente está aí para lutar, estou eu, Wilton, está nossa querida Renata, que ela é economista, está ajudando nos projetos, de forma de ajuda voluntária. E vocês podem visitar o site da COOCAMARJI, está em funcionamento, tem um mapa. A ideia é a gente fazer a conexão visual, através da internet, todas as Cooperativas vão ter um site dentro dessa linguagem para facilitar a organização dentro da Cooperativa, seja visual, seja no papel e a organização total dela.

Então, é essa a apresentação que a gente tem aqui junto à Cooperativa. Está aqui tudo direitinho, tem projeto e a gente pede a colaboração, a boa vontade de nos abrir a porta para a gente fazer esse projeto, com muito amor e carinho, e ajudar esse pessoal aí que necessita muito, e de forma bem honesta com tudo isso que a gente apresentou.

Muito obrigado, pessoal. Valeu!

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Meus amigos, o objetivo desta Audiência Pública foi, acima de tudo, debater a implantação de política estadual de economia solidária, além de debater sobre política nacional de resíduos sólidos, enfatizando a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Com ênfase aqui a palestra muito importante do senhor Francisco, que veio de Brasília e trouxe bastante conhecimento para nós. Devido ao tema ser muito complexo e muito amplo, precisava de outra Audiência Pública somente para debater sobre os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, que podemos estudar em outra oportunidade. E devido também ao grande número de palestrantes e todas as palestras muito importantes, ficou comprometido aqui o tempo para as perguntas, mas eu espero que os presentes tenham sido minimamente contemplados em suas expectativas. E eu, de minha parte, quero dizer que vou levar à Prefeitura Municipal de Porto Velho uma sugestão para que seja criado o Banco Municipal da Economia Solidária.

Queria agradecer ao senhor Jurandir Bengala, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, à senhora Valdenice Domingos Ferreira, Secretária de Estado da SEAS; ao senhor Francisco das Chagas, Assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, que já se ausentou; o senhor Israel Vieira, representando a Fecomércio; senhor Olavo Nienow, Secretário do Fórum Lixo e Cidadania de Rondônia; ao senhor Raimundo Moreno, representante do Movimento Nacional dos Catadores e Fórum Estadual da Economia Solidária e ao senhor Tony Santos, Presidente da Cooperativa CATANORTE/Porto Velho, além dos palestrantes: senhora Maria Irenilda; senhor Francisco das Chagas, que veio de Brasília; a senhora Professora Maria Madalena; a Sandra Leite; ao senhor Luiz Carlos; a senhora Ana Lúcia e a todos os que usaram a palavra.

Como eu disse, o tempo está comprometido na questão das perguntas, mas vou abrir a última exceção para que a Andreia, que está li na plateia, possa fazer a sua pergunta para a gente encerrar esta Audiência Pública, porque já tem outra Audiência Pública, que nós já estamos avançando no horário dela, e como esta daqui se prolongou a gente vai ouvir aqui, eu vou dar três minutos para a senhora, Andreia, para a senhora se pronunciar e perguntar, que eu já tinha até

encerrado. Mas depois será servido um coquetel ainda aqui no Salão Nobre da nossa Assembleia Legislativa.

A SRA. ANDREIA MENDES – Boa tarde. Primeiramente, quero parabenizar, Deputado, por essa iniciativa de chamar a discussão da economia solidária e cumprimentar também todas as pessoas presente aqui, em nome da Secretária de Estado de Assistente Social, aí desde fevereiro deste ano, a companheira Valdenice, cumprimentar as demais pessoas representantes aí das instituições e empreendimentos.

Primeiramente, eu quero falar assim que, reforçar a importância desse momento, mas nós enquanto Fórum Estadual de Economia Solidária, representante do Movimento de Economia Solidária, tivemos uma dificuldade de entender o convite, a princípio a gente entendeu o que seria uma pauta voltada para a questões dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, mas ao mesmo tempo se discutir a implantação da política estadual de economia solidária. Eu acho que essas questões dos catadores realmente ela foi colocada aqui, teve um companheiro que trouxe de Brasília alguns elementos e a demanda dos grupos também aqui do Estado de Rondônia, mas a economia solidária ela é algo mais amplo, especialmente quando nós chegamos aqui hoje, encontramos uma minuta da política estadual de economia solidária que abrange, além dos catadores e catadoras, outros setores.

Então, nós, é uma maneira de expressar, como é o momento inicial de diálogo da economia solidária com esta Casa, apesar de que a gente já teve um primeiro debate quando foi discutida aquela POLISOL, uma Lei voltada para as Cooperativas, foi um momento inclusive de embate que nós solicitamos a retirada da economia solidária daquela Lei, porque não nos contemplava, nós também viemos aqui pedir pela fala da Secretária de Estado de Assistente Social, essa Lei já foi encaminhada para a Casa Civil. Então, nesse sentido, a gente não acompanha a proposição do teor dessa Lei, nós queremos rediscutir inclusive, nós iniciamos já algumas discussões no ano de 2012, o Fórum de Economia Solidária, ele vem se reunindo, discutindo e realizando plenárias e contribuindo nas conferências desde 2004 aqui no Estado de Rondônia, e sempre nós tivemos dificuldade de encontrar um apoio do gestor público, um apoio efetivo do gestor público, até em 2011, com apoio do Governo Federal, aprovamos o Projeto que foi apresentado aqui pela gestora da Pasta da Gerência de Trabalho e Renda, Colhendo Frutos na Solidariedade. Então, dentro de uma estratégia do Fórum de Economia Solidária do Movimento, esse projeto viria contribuir com a nossa capilarização, tanto é que nós aprovamos a constituição de fóruns territoriais em cinco regiões.

A concepção de território também é uma questão que nós estamos aprofundando dentro do movimento de economia solidária. Nós valorizamos as iniciativas da questão dos territórios da cidadania, mas nós queremos aprofundar essa questão do território, que nós consideramos território também comunidades, bairros, iniciativas de cadeias produtivas.

Especialmente no Estado de Rondônia aonde a gente tem uma identidade muito diversa de pessoas, vindo de vários lugares do Brasil. Então, com relação a essa lei e toda essa contribuição que nós demos, a gente não se encontra contemplado, entendemos aqui, estamos eu, a Marlene, como

representantes do Fórum de Economia Solidária, o próprio Raimundo que também é catador do Movimento de Catadores, a gente quer solicitar uma rediscussão dessa proposição de lei aqui, inclusive talvez chamando uma outra Audiência Pública e dando encaminhamento ao que foi decidido na Conferência do ano passado, que foi realizada no ano passado. Nós estamos aqui há quase um ano da realização da Conferência e esse é o primeiro momento, graças à iniciativa desta Casa aqui, de nós discutirmos a economia solidária. Nós tiramos uma comissão que seria responsável pela construção do Plano Estadual de Economia Solidária, que não se reúne desde então. E a responsabilidade desse chamamento é da Secretaria de Estado de Assistência Social, que é onde se encontra a economia solidária nesse Governo.

Então, nós estamos aqui para demandar que seja realizada essa Comissão, esse Seminário, o Encontro para discutir a implantação do Plano de Economia Solidária, e a gente talvez nesse mesmo momento revisar essa proposta de lei. Eu acho muito importante, nós achamos muito importante a criação do Conselho de Economia Solidária e é urgente também, para que possamos estabelecer um diálogo mais efetivo com o Governo. Nós, enquanto Fórum de Economia Solidária, temos uma representação da SEAS dentro deste espaço, representação das entidades de assessoria e fomento e empreendimento de economia solidária. E nós somos uma entidade também que não temos CNPJ, como é o Fórum Lixo e Cidadania, e a gente depende muito por não ter um apoio, um recurso específico da voluntariedade das pessoas que acompanham esse Fórum. E com muitos esforços a gente ainda está realizando, o Fórum está ativo com muita dificuldade, realizando algumas ações da economia solidária, que foram deliberadas na plenária. Então, solicitar isso, uma Audiência Pública.

Também quero entregar aqui, talvez ajudando nessa questão da lei, acho que a Irenilda apresentou alguns termos do PL 4685, que a gente já desde 2006 que foi a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, a gente tem aprofundado na definição de alguns conceitos, o que é a própria economia solidária, o que são os empreendimentos de economia solidária, entidade de assessoria e fomento e ação de gestores públicos, eu acredito que essa minuta ela poderá contribuir na conceituação. Aqui a gente tem algumas anotações, algumas lacunas nessa lei que a gente vai querer rediscutir, talvez os conceitos já discutidos e rediscutidos em nível do movimento eles possam contribuir. E também entregar aqui um conteúdo com as referências da economia solidária para a política nacional. Então, acredito que a gente também foi surpreendido quando foi falado aqui que o projeto *Colhendo Frutos na Solidariedade* está em execução. Então, a gente, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento, desde 2014 não foi convocado para nenhuma discussão. Então, acho que é necessário e urgente a gente convocar também essa Comissão para poder orientar o projeto que irá nos ajudar no desenvolvimento da economia solidária aqui no Estado de Rondônia.

Então, quero entregar, quero convidar a Marlene e o Raimundo para a gente entregar junto para o Deputado e para a Secretária esses elementos e já deixar registrado aqui essas

demandas, enquanto movimento de economia solidária. Obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Andreia.

A SRA. MARIA MADALENA – Andreia, por favor. Eu gostaria que você fizesse a sua proposição de novas ações, você falou bastante, mas não ficou claro. O quê que você acha que é ideal que seja feito daqui para frente?

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Eu queria pedir desculpas a todos vocês por não conceder mais a palavra a ninguém, porque já expliquei que tem outra audiência aqui, que já invadimos o tempo, mas que ainda tem dentro da programação, que não foi programada por mim, diga-se de passagem, a música da Economia Solidária cantada pelo cantor Abdon.

Eu queria passar neste momento a ele antes de encerrar.

(Apresentação do Senhor Abdon Campos)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Abdon. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para um coquetel que será servido aqui no Salão Nobre da Assembleia Legislativa.

A todos muito obrigado e um abraço a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13h36 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA

PROJETO DE LEI DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT do B -
Torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia de seus direitos na forma que menciona.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Para efeito do disposto no inciso II do art. 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia, ficam obrigadas a publicar nas faturas mensais dos consumidores, com letras visíveis, informação sobre direito de ressarcimento nos termos de Lei e das normas em vigor, como o que se segue:

“O consumidor de energia elétrica tem direito a receber indenização ou conserto de seus aparelhos elétricos danificados por falta, queda ou aumento da tensão da energia elétrica. Em

caso de dúvidas ligar para o órgão fiscalizador competente (167 – ANEEL)."

Art. 2º As concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica terão prazo de 60 (sessenta) dias para adequar a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente projeto de lei tem por objetivo expandir o conhecimento dos consumidores sobre os seus direitos, bem como também, aumentar a publicidade das regras estabelecidas pela legislação competente, em especial sobre as normas regulamentadoras destinadas aos usuários de serviços de energia elétrica a exemplo das Resoluções Normativas da ANEEL nº 61, de 29 de abril de 2004 e nº 360, de 14 de abril de 2009.

A divulgação dos direitos dos consumidores, no que tange a possibilidade de pleitear o ressarcimento por danos causados em seus equipamentos ou eletrodomésticos, por qualquer distúrbio ocorrido no sistema elétrico, diminui os prejuízos causados aos usuários e faz com que as concessionárias, permissionárias ou autorizadas tenham maior cautela na prestação dos serviços.

A falta de informação gera o desconhecimento dos direitos dos consumidores, por tal razão, e embasado no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.987/95 que trata do direito de informação aos usuários de serviços concedidos é que apresento proposição, com a perspectiva que trará benefícios para milhares de consumidores deste Estado.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

PROJETO DE LEI DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B -

Fica obrigado os supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares, a divulgarem a data de validade dos alimentos mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais, incluindo os supermercados, hipermercados, e similares, ao divulgarem promoções de alimentos obedecerão às seguintes disposições:

§ 1º - Os alimentos e mercadorias expostas em promoção deverão informar o prazo de validade;

§ 2º - O aviso deverá conter dimensão igual ao empregado para o anúncio da oferta.

Art. 2º O descumprimento desta lei, acarretará ao infrator as penalidades previstas no artigo 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente proposição tem por objetivo beneficiar e resguardar os consumidores ao tornar obrigatório que os estabelecimentos comerciais divulguem nos anúncios das mercadorias colocadas em promoção a data de validade destas.

Portanto, a imposição do tamanho da letra do texto facilitará aos idosos, deficientes visuais e crianças na verificação prévia da data de validade, e assim evitar que levem as mercadorias com prazo próximo ao vencimento.

O presente Projeto de Lei decorre de provocação de consumidores alarmados com algumas promoções, onde o produto está com sua validade já se expirando para o consumo.

Face ao exposto, é que conto com apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, tendo em vista a extrema relevância e o interesse social.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT do B

- Requer Audiência Pública para o dia 11 de maio de 2015, às 15h, para discutir e analisar a regularização fundiária urbana na localidade do Planalto II nesta capital.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental do artigo 172 do Regimento Interno, excepcionalmente, a realização de Audiência Pública para o dia 11 de maio de 2015, às 15h, com objetivo de discutir e analisar, a situação da regularização fundiária urbana na localidade do Planalto II nesta capital. A regularização fundiária consiste no conjunto de medida jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamento irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta audiência é discutir e analisar a situação a regularização fundiária urbana na localidade do Planalto II nesta capital. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.

Outrossim, conforme Constituição Federal em seu 1988, em artigo 6º, (...) direito a moradias, rege também no artigo 46 da Lei 11.977, o amparo da regularização fundiária na área urbana.

Porém, é necessária a ponderação do Princípio da Supremacia do Interesse Público, da Razoabilidade e da Proporcionalidade, para que aquelas famílias ali residentes não fiquem desamparadas em algum sinistro adiante.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Jesuino Boabaid - PT do B.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Açaí, entre a Avenida Jatuarana e Rua Araras, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observado as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Açaí, entre a Avenida Jatuarana e Rua Araras, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado Município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Rajá, entre a rua Juventus e rua Vitória Régia, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Rajá, entre a rua Juventus e rua Vitória Régia, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infra-estrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Garças, entre a rua Açaí e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Garças, entre a rua Açaí e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Mequens, entre a rua Orquídeas e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Mequens, entre a rua Orquídeas e rua Açai, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Vitória Régia, entre a rua Jacundá e rua Aquariquara, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Vitória Régia, entre a rua Jacundá e rua Aquariquara, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Margarida, entre a rua Vitória Régia, e rua Orquídeas, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Margarida, entre a rua Vitória Régia, e Rua Orquídea, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Vitória Régia, entre a Rua Pau Ferro e Rua Araras, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Vitória Régia, entre a rua Pau Ferro e Rua Araras, Bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Candeias, entre a rua Vitória Régia e rua Orquídeas, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Candeias, entre a rua Vitória Régia e rua Orquídeas, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Jacundá, entre a rua Vitória Régia e rua Orquídeas, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Jacundá, entre a rua Vitória Régia e rua Orquídeas, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Orquídeas, entre a rua Pau Ferro e rua Araras, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Orquídeas, entre a rua Pau Ferro e rua Araras, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Orquídeas, entre a Avenida Jatuarana e rua Aquariquara, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Orquídeas, entre a Avenida Jatuarana e rua Aquariquara, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Iquê, entre a rua Orquídeas e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Iquê, entre a rua Orquídeas e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Magé, entre a Rua Orquídeas, e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Magé, entre a rua Orquídeas, e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Cravo, entre a rua Orquídeas, e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Cravo, entre a rua Orquídeas e rua Açaí, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ - PDT -
Requer a Mesa Diretora na forma regimental, Voto de Louvor ao senhor Manoel Fernandes Teixeira e a Senhora Nair Almeida e Silva Teixeira *in memoriam*.

O Deputado que o presente subscreve e ouvido o douto Plenário na forma regimental, requer voto de Louvor ao senhor Manoel Fernandes Teixeira e a senhora Nair Almeida e Silva Teixeira *in memoriam*.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tal propositura tem como objetivo reconhecer os serviços prestados ao Estado de Rondônia pelo senhor Manoel Fernandes Teixeira, popularmente conhecido como Neneo Teixeira, cidadão brasileiro que migrou em fevereiro de 1973 para a antiga Vila Rondônia, onde hoje se localiza atualmente a cidade de Ji-Paraná, juntamente com sua esposa Nair Almeida e Silva Teixeira.

A Família Teixeira estabeleceu-se como pecuarista e cerealista empregando diversas pessoas da região, ajudando no desenvolvimento econômico da localidade, foi também atuante na comunidade Ji-Paranaense trabalhando pelo bem estar em atividades sociais ligadas à igreja.

Sendo assim, nobres Pares, este requerimento trata de uma justa homenagem a esta família, pelo seu pioneirismo e trabalho em prol do desenvolvimento econômico e social do município de Ji-Paraná e o Estado de Rondônia.

Certo que essa Propositura mereça total acolhimento, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Airton Gurgacz - PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ - PDT -
Requer a Mesa na forma regimental, Voto de Louvor ao Roberto Jotão Geraldo.

O Deputado que o presente subscreve e ouvido o Plenário na forma regimental, requer VOTO DE LOUVOR ao Roberto Jotão Geraldo.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tal propositura tem como objetivo reconhecer os serviços prestados ao Estado de Rondônia pelo senhor Roberto Jotão

Geraldo, popularmente conhecido como Jotão, cidadão brasileiro que chegou na década de 60 na então Vila Rondônia, que posteriormente tornou-se a cidade de Ji-Paraná.

O início da atividade empresarial de Jotão fora a implantação do primeiro posto de abastecimento de derivados de petróleo, próximo a balsa que fazia a travessia do rio Machado, gerando empregos e dando maior comodidade aos moradores da Vila Rondônia.

Em 1982 por influência de alguns amigos candidatou-se a Prefeito de Ji-Paraná, com a esperança de realizar obras de saneamento básico na região. Assim o fez e foi eleito o primeiro Prefeito de Ji-Paraná.

Jotão aceitou administrar o município de Ji-Paraná apesar das muitas dificuldades, dentre elas a falta de energia elétrica. Por duas vezes o então Governador Teixeira realizou intervenções no município, em razão da crise que se instalou pela falta de energia, mas para muitos as intervenções motivaram-se por conflitos políticos.

Sendo assim, nobres Pares, este requerimento trata de uma justa homenagem ao senhor Roberto Jotão Geraldo, pelo seu pioneirismo e trabalho em prol do desenvolvimento econômico e social do município de Ji-Paraná e o Estado de Rondônia.

Certo que esta Propositura mereça total acolhimento, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Airton Gurgacz - PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ - PDT -
Requer a Mesa na forma regimental, Voto de Louvor ao senhor Raimundo José da Silva *in memoriam*.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o plenário na forma regimental, requer voto de louvor ao senhor Raimundo José da Silva *in memoriam*.

JUSTIFICATIVA

Tal propositura tem como finalidade reconhecer os serviços prestados ao Estado de Rondônia pelo Senhor Raimundo José da Silva. Cidadão brasileiro nascido em 15 de junho de 1936 no município de Simões no Estado do Piauí, chegou em 1973 no Estado de Rondônia, mas especificamente na Vila Rondônia, atual cidade de Ji-Paraná.

O Senhor Raimundo ao se estabelecer na região abriu uma das primeiras lojas de materiais de construção e varejista, denominada Casa Aparecida, contribuindo com o desenvolvimento e gerando empregos para a população local. Uma das principais atividades que ele ajudou a desenvolver na localidade foi o aterramento do trevo Jotão, ofertando a cidade um cartão de visita.

Sendo assim, Nobres Pares, este requerimento trata de uma justa homenagem ao Senhor Raimundo José da Silva que faleceu no dia 16 de novembro de 2006, pelo seu pioneirismo

e trabalho em prol do desenvolvimento econômico e social do Estado de Rondônia.

Certo que essa Propositura mereça total acolhimento, contamos com o apoio dos nobres pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Airton Gurgacz - PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ - PDT - Requer a Mesa na forma regimental, VOTO DE LOUVOR ao senhor José Raul Iglesias Moreda *in memoriam*.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o plenário na forma regimental, requer voto de louvor ao senhor José Antônio Raul Iglesias Moreda *in memoriam*.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Tal propositura tem como finalidade reconhecer os serviços prestados ao Estado de Rondônia pelo Senhor José Antônio Raul Iglesias Moreda, conhecido popularmente como "Raul Espanhol".

Nascido em 11/04/1927 - em Pamplona - Espanha, chegou em 1952 no Estado de Rondônia, mais especificamente na Vila Rondônia, onde hoje localiza-se a cidade de Ji-Paraná, casou-se com a Senhora Maria das Graças Nogueira Moreda, dedicando-se a atividade de garimpo de Diamantes na região.

Raul Espanhol empenhou-se grandemente em desenvolver a localidade, ajudou na construção do primeiro hospital, do primeiro colégio público, do aeroporto, da Igreja Dom Bosco e na abertura de ruas que as denominou ruas centrais.

O senhor Raul Espanhol faleceu em 12/06/1984, vivendo durante 32 anos em Ji-Paraná.

Sendo assim, nobres Pares, este requerimento trata de uma justa homenagem ao senhor José Antônio Raul Iglesias Moreda, pelo seu pioneirismo e trabalho em prol do desenvolvimento econômico e social do Estado de Rondônia.

Certo que esta Propositura mereça total acolhimento, contamos com o apoio dos nobres pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Airton Gurgacz - PDT.

INDICAÇÃO DEPUTADO LEBRÃO - PTN - Indica ao senhor Governador do Estado a necessidade de recuperação da Linha 02/marco 20 PA Meneses Filho com extensão de 12 km, Linha Darlan PA Reviver/ extensão de 09 km e Linha da confusão PA Reviver/extensão 11 km no município de Buritis.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de recuperação da Linha 02/marco 20 PA Meneses

Filho com extensão de 12 km, Linha Darlan PA Reviver/ extensão de 09 km e Linha da confusão PA Reviver/extensão 11 km no município de Buritis/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A recuperação das linhas acima citada é uma necessidade da população, pois devido as fortes chuvas que vêm acontecendo na região já carregou 138 pontes e mais de 100 bueiros, assim proporcionando melhores condições de vida aos moradores, na maioria agricultores, que estão com dificuldades de escoamento de seus produtos.

A presente propositura visa atender as necessidades dos moradores tendo em vista de se tratar de uma das principais vias de acesso entre os dois municípios.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Lebrão - PDT

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, alterar Art. 3º da Lei Complementar nº 478, de 29/09/2008, que alterou e acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 292/03 - FITHA.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de fixar o percentual de 25% do valor da receita auferida do FITHA para cada exercício, obrigatoriamente destinada aos municípios do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Nossa propositura tem a finalidade de alterar o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 478/08, no sentido de fixar o percentual de 25%, ao invés de até 35%, do valor da receita auferida do FITHA para cada exercício obrigatoriamente destinada aos municípios do Estado de Rondônia. Dessa forma, as prefeituras poderão se programar e contar com esse valor para o PPA, LDO e LOA.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2015.
Laerte Gomes - Deputado Estadual

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, que seja concedido o vale-alimentação proposto na Lei nº 794/98, a todos os servidores lotados no Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de conceder o vale-alimentação proposto na Lei nº 794/98, a

todos os servidores lotados no Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Nossa propositura tem a finalidade de cumprir o disposto na Lei nº 794/98, que estende o benefício da Lei nº 770/97, sobre o auxílio-alimentação aos servidores públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado de Rondônia. Atualmente várias secretarias do Executivo dispõe desse auxílio-alimentação, porém os servidores do DER não percebem o que é de direito. Precisamos ajudar esses trabalhadores que tem nesse benefício uma forma de melhorar sua renda e proporcionar uma vida melhor para sua família.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

REQUERIMENTO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO - PT - Requer que seja transferida a realização da Sessão Solene no Teatro Banzeiros em homenagem aos Desportistas do Estado de Rondônia, para o plenário desta Casa de Leis.

O Deputado Estadual Lazinho da FETAGRO, que ao final subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer que seja transferida a realização da Sessão Solene no Teatro Banzeiros em homenagem aos Desportistas do Estado de Rondônia, para o plenário desta Casa de Leis.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Justificamos esse requerimento de alteração do local em que se realizará a sessão solene em homenagem aos Desportistas do Estado de Rondônia, tendo em vista pedido pessoal daqueles atletas que verificam ser esta Casa de Leis o local adequado para prestar essa homenagem. Importante que a data e o horário permaneçam os mesmos, alterando-se somente o local, sendo essas as justificativas aguardamos a aprovação dos Pares.

Plenário das Deliberações, 7 de maio de 2015.
Dep. Lazinho da FETAGRO - PT

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado, com cópia ao IDARON, a necessidade urgente que fiscalize a Instrução Normativa nº 001/2013 que trata do Vazio Sanitário.

Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia ao IDARON, a necessidade urgente que se fiscalize a Instrução Normativa 001/2013 que trata do Vazio Sanitário.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente propositura se dá pela preocupação em razão de algumas ligações que tenho recebido, referente a questão do “VAZIO SANITÁRIO” pois o nosso Estado vizinho Mato Grosso que é referência mundial na questão de plantio de soja, de Outubro/2014 até fevereiro/2015, expediu-se três (3) normativas relativas ao vazio sanitário, movidos pela preocupação sobre a “prevenção e controle” da ferrugem asiática, tendo em vista que hoje a soja ser um dos principais componentes da economia daquele Estado, a contaminação pela “ferrugem asiática” pode provocar, poderíamos dizer uma catástrofe na cadeia produtiva do plantio de soja, e o que me leva a fazer esta indicação é justamente a preocupação dos produtores porque comprovadamente alguns deles praticaram o plantio de soja a chamada “safrinha” no intervalo onde é proibido este plantio, e apesar do nosso Estado ter emitido a “instrução normativa nº 001/2013, a preocupação dos produtores sérios e que respeitam as normas, é que não está havendo a fiscalização por parte do IDARON, a respeito do período do “vazio sanitário” o que também pode comprometer a nossa cadeia produtiva com a disseminação da “ferrugem asiática” e isto é muito grave, pois a nossa potencialidade de crescimento de plantio de soja é inquestionável e nos preocupa muito esta questão, portanto venho alertar o Estado, sobre a grave situação.

Plenário das Deliberações, 11 de maio de 2015.
Dep. Adelino Follador – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura a necessidade de criação do LACEN/RO formada por mestres, doutores e pós doutores funcionários do Estado com o fim de implantar métodos de diagnósticos de doenças que atualmente não são realizados em Rondônia, desenvolvendo ainda atividades de pesquisa voltadas as demandas do estado de Rondônia.

O Parlamentar que abaixo subscreve, na forma regimental requer seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Confúcio Moura, informando da necessidade de criação de uma equipe dentro do LACEN/RO formada por mestres, doutores e pós doutores funcionários do Estado com o fim de implantar métodos de diagnósticos de doenças que atualmente não são realizados em Rondônia desenvolvendo ainda atividades de pesquisa voltadas as demandas do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Atualmente existem vários servidores de carreira que trabalham no governo do estado de Rondônia que ao longo dos anos foram se qualificando em cursos de pós graduação *Lato Sensu* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado, doutorado e pós doutorado) e estão lotados em várias secretarias, executando atividades muito aquém das suas capacidades técnicas e intelectuais.

Dentro da área biomédica, temos ainda muitos desafios de implantação de serviços para diagnóstico de média e alta complexidade para atender agravos típicos do estado de Rondônia, que flagelam parcela significativa da nossa população, exemplos não faltam; 1) Brucelose como doença ocupacional nos trabalhadores de frigoríficos que precisa urgentemente ser estudada no sentido de instituir diagnóstico laboratorial, perfil epidemiológico e tratamento adequado; 2) Micobactérias Não Tuberculosis (MNT), já isolados e caracterizadas a partir de amostras de humanos em vários municípios do estado de Rondônia. Algumas Micobacterias são identificadas como ambientais, precisamos buscar a origem dessas contaminações; 3) Carga viral de Citomegalovirus (CMV) de pacientes renais crônicos que foram transplantados no estado de Rondônia e precisam de exame para acompanhamento terapêutico e evitar perda do órgão transplantado; 4) Doenças febris agudas de etiologia viral transmissíveis por vetores alados; 5) Temos identificado no LACEN, casos de Tripanossoma ssp (agente de doença de chagas) em cães domésticos na área rural de Porto Velho entre outras patologias.

Tais funções e trabalhos de pesquisa são atribuições do Laboratório Central de Saúde Pública com funções bem definidas por legislação federal como a portaria conjunta nº1, de 6 de setembro de 2013 da Secretaria de Atenção à Saúde e o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e o Diretor-Presidente da agência nacional de Vigilância sanitária, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 13, incisos II, III e IV, e 38, inciso X, do Decreto nº 7.797, de 30 de agosto de 2012, o art. 3º, incisos III e XV, do Decreto nº3.029, de 16 de abril de 1999, e os arts. 19 e 20 da Portaria nº2.031/GM/MS, de 23 de setembro de 2004; "...Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN): "É a referência estadual ou distrital vinculado à Secretaria de Saúde do Estado ou do Distrito Federal, com área geográfica de abrangência estadual ou distrital, tendo a atribuição de coordenar a Rede Estadual ou Distrital de Laboratórios de Saúde Pública...". Todos os agravos de interesse em saúde pública é dever dos LACEN executar ou monitorar os laboratórios que executam as ações como: 1) monitoramento ambiental; 2) água de hemodiálise; 3) surtos de infecção, 4) controle de medicamentos; 5) produtos para saúde entre outras atividades. Atualmente com alguns funcionários públicos de carreira mestres, doutores da estrutura organizacional do Governo, inviabiliza a organização de um grupo voltado ao desenvolvimento de pesquisa dentro das áreas biomédicas de interesse do Estado, como os exemplos citados acima.

Com a criação da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERRO, atualmente existe um ambiente totalmente favorável para aglutinação de uma equipe de seus pessoas entre mestres, doutores e pós doutores que já são funcionários estatutários para desenvolver atividades de pesquisa voltadas as demandas do Estado de Rondônia sem ônus para o ente público, inclusive com estrutura física quase completa dentro do LACEN/RO para receber essa equipe.

É necessário criar condições que permitam que a aglutinação desses técnicos que já desenvolvem suas atividades para o Estado na diversas secretarias venham compor uma única equipe, e desta forma viabilizados pela FAPERRO possam

implantar métodos de diagnósticos que atualmente não são realizados em Rondônia para atender nossa população.

As ações supra requeridas tornam-se urgentes diante da necessidade de fornecer a população rondoniense condições de diagnóstico e tratamento adequado as moléstias da região, bem como existe o risco de todos os esforços e gastos realizados pelo governo de Rondônia para qualificar seus profissionais tenham sido em vão pela tendência natural de que esses profissionais busquem outros vínculos, inclusive fora do Estado.

Plenário das Deliberações, em 14 de maio de 2015.
Dep. Edson Martins – PMDB

PROJETO DE LEI DEPUTADO AÉCIO DA TV – PP – Institui a Região Metropolitana de Porto Velho, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Região Metropolitana de Porto Velho – RMPV, como unidade regional do Estado de Rondônia, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse comum.

§1º. Integrarão a Região Metropolitana de Porto Velho os Municípios que vierem a ser criados em decorrência de desmembramento, incorporação ou fusão de quaisquer dos Municípios que a compõem.

Art. 2º A organização, o planejamento e a gestão da Região Metropolitana de Porto Velho têm como finalidades precípuas promoção do desenvolvimento socioeconômico integrado, equilibrado e sustentável no âmbito metropolitano e a redução das desigualdades entre os Municípios que a compõem.

Art. 3º Declarado o interesse comum no âmbito Metropolitano, à execução das funções públicas dele decorrentes dar-se-á de forma compartilhada pelos Municípios e pelo Estado.

Art. 4º Fica criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Velho, Órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de planejamento, composto por um representante de cada Município que a integra, por igual número de representantes do Poder Executivo Estadual e por representantes da sociedade civil, nos termos definidos em regulamento.

§1º. Os representantes do Poder Executivo Estadual serão nomeados pelo Governador do Estado, a partir das indicações, das Secretarias de Estado das áreas relativas às funções públicas de interesse comum.

§2º. Os representantes dos Municípios serão os Prefeitos ou as pessoas por eles designadas, na forma da legislação municipal.

§3º. O Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Velho, será definido por ato do Governador do Estado, que fixará sua estrutura, atribuições e normas de funcionamento.

§4º. Os membros do Conselho não farão jus a qualquer remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º O Conselho de Desenvolvimento promoverá a interação das funções de interesse comum do Estado e dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Velho.

Art. 6º O Estado e os Municípios deverão compatibilizar no que couber, seus planos, programas e projetos com as diretrizes estabelecidas por esta Lei e com as que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Velho.

Art. 7º Para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum os municípios poderão criar consórcios públicos.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação. Parágrafo único. A regulamentação desta Lei será realizada em consonância com a declaração emitida pelos Municípios que integram a Região Metropolitana de Porto Velho e pelo Estado, no sentido de que o planejamento, a organização e a execução das ações realizadas no âmbito metropolitano serão desenvolvidos de forma compartilhada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com base em estudos feitos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que constataram que as cidades apresentadas, tem condições de integrarem uma Região Metropolitana.

A criação da Regiões Metropolitana tem previsão na Constituição Federal no seu artigo 25º, §3º, *in verbis*:

Art. 25º - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municipais limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Entende-se por região metropolitana uma área composta por um núcleo urbano densamente povoado e por suas áreas vizinhas menos povoadas. Este aglomerado urbano partilha indústrias, infraestruturas e habitações.

Encontra-se na Lei n.10.257/2001 os instrumentos de política urbana, que serão utilizados, *in verbis*:

Art. 4º Para os fins desta Lei serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

A criação da Região Metropolitana amplia o potencial de atração de investimento. Por serem áreas com população maior, as regiões conseguem financiamentos que os municípios não teriam condições individualmente. Com estreita proximidade à

metrópole, os pequenos municípios reforçam o *status* e passam a ter mais oportunidades e a desigualdade entre as cidades tende a diminuir.

A integração do transporte coletivo e de sistemas de saneamento básico e o maior acesso aos serviços públicos também são benefícios para a população dessas regiões. Como funciona:

A região metropolitana será gerida por um conselho com cinco membros indicados pelo Estado e pela Prefeitura da cidade-sede, o conselho deve elaborar planos de desenvolvimento integrado e executar programas e projetos comuns.

Cidades: Porto Velho – 494.013 (2014) PIB: 22.081,33 (2012); Candeias do Jamari – população: 23.573 (2014), PIB: 17.120,48 (2012).

Visto que as cidades são limítrofes e já se utilizam dos serviços e já se utilizam dos serviços da cidade-sede, como saúde, educação, transporte. A integração das cidades só vem a beneficiar as cidades com mais infraestrutura e maior desenvolvimento.

Dentre vários benefícios com a criação da Região Metropolitana os municípios terão acesso a recursos federais, diminuição da tarifa telefônica e aumento do teto para financiamento da casa própria. Os municípios serão beneficiados, pois irão se integrar as estratégias de ações visando o desenvolvimento regional, mas a população também vai sentir diretamente, pois poderá acessar mais recursos para financiar a moradia através do programa Minha Casa, Minha Vida, o teto para financiamento no Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal, passará de R\$80.000,00 para o valor de R\$130.000,00 para imóveis situados nas cidades que integrem uma Região Metropolitana. O subsídio chega a R\$ 17.000,00 mil, dependendo dos critérios para enquadramento no programa federal de habitação.

Em relação à telefonia seria que as cidades parte da Região Metropolitana teriam custo de ligação local.

Dessa forma solicito apoio e voto de vossas excelências para a aprovação de nossa proposição.

Plenário das Deliberações, 8 de maio de 2015.

Dep. Aécio da TV – PP

INDICAÇÃO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estrada de Rodagens – DER, a necessidade urgente do patrolamento das Linhas 153 e 204, do município de Ouro Preto do Oeste no trajeto até o distrito de Rondominas.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, com cópia ao Departamento de Estrada de Rodagem – DER, a necessidade urgente do patrolamento das Linhas 153 e 204, do município de Ouro Preto do oeste no trajeto até o distrito de Rondominas.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Essa solicitação atende aos anseios da população daquela região, que está com dificuldade de trafegar por essas duas linhas as quais estão em situação de trafegabilidade precárias

em face do grande fluxo de veículos e pessoas e do período chuvoso.

Esse trecho de Ouro Preto a Rondominas é uma região de muitas produção e bem povoada. Por isso as linhas receberam diariamente um fluxo de veículos, motos e pessoas muito grande, o que deteriora muito rápido o leito das mesmas e as pontes.

Portanto, é necessário urgentemente que seja feito um serviço de petrolamento para facilitar o escoamento da produção agropecuária, o transporte dos alunos das escolas locais, o trânsito dos veículos pequenos e também das ambulâncias e outros veículos da prefeitura.

Plenário das Deliberações, 24 de Março de 2015.
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica ao Poder Executivo, com cópia à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade da reforma nas instalações físicas da E. E. F. M. Marechal Costa e Silva do distrito de Bom Jesus no município de Jaru.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, com cópia à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade da reforma urgente nas instalações físicas e elétricas da Escola Estadual Fundamental e Médio Marechal Costa e Silva do distrito de Bom Jesus no município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa atender a um pedido da população do Distrito de Bom Jesus – município de Jaru, que está apreensiva quanto ao estado físico da única escola estadual de ensino fundamental e médio existente naquele distrito, que é a E. E. F. M. Marechal Costa e Silva. Ali estudam aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta), alunos, funcionando em 02 (dois) turnos. Essa escola foi construída no ano de 1985 e de lá para cá somente recebeu uma reforma.

As instalações físicas da mesma estão muito comprometidas, carecendo de uma reforma geral, principalmente no refeitório, no auditório, na biblioteca, nas salas de direção, supervisão, bem como em 5 (cinco) salas de aula. O mais grave, no entanto, é que o vigamento da cobertura está empenado. Por outro lado, é preciso fazer também uma completa reforma nas instalações elétricas.

Portanto, senhores Parlamentares, essas reformas são fundamentais para o bom funcionamento daquela escola para que a mesma venha oferecer o conforto que o corpo docente, o corpo discente, bem como os demais trabalhadores necessitam para desempenhar suas funções.

Plenário das Deliberações, 12 de Maio de 2015.
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADA LUCIA TEREZA - PP - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Diretor do DER/RO, a necessidade de 5 (cinco) km de asfalto para atender os distritos de Canelinha, Nova Esperança, Boa Vista e Pacaraná no município de Espigão do Oeste/RO. A Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao

Excelentíssimo Senhor Governador do estado de Rondônia, com cópia para o Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/RO, a necessidade de 5(cinco) km de asfalto para atender os distritos de Canelinha, Nova Esperança, Boa Vista e Pacaraná ,no Município de Espigão do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta propositura se faz necessária, pois a comunidade dos Distritos acima descritos, vem sofrendo muito no período das chuvas. Uma vez que com o asfaltamento é importantíssimo para o desenvolvimento dessa região que é bastante representativa em termos econômicos.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Lúcia Tereza - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO Dr. NEIDSON - PT do B – Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes, a necessidade de construção de quadra coberta para atender a E.E.E.F Salomão Justiano de Melgar, localizada no Distrito de Surpresa em Guajará-Mirim.

O Deputado que à presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes a necessidade de construção de quadra coberta para atender a E.E.E.F Salomão Justiano de Melgar, localizada no Distrito de Surpresa em Guajará-Mirim.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente proposição visa atender a reivindicação das pessoas que fazem parte da diretoria da escola e de toda comunidade residente naquela região e que sofre com o descaso educacional, mas, que sonha com a construção de uma quadra coberta, tendo em vista as necessidades de realização de eventos desportivos culturais. Pois, os alunos inscritos na escola não dispõem de um ambiente adequado para executar as práticas de Educação Física, que é uma atividade escolar de suma importância para o desenvolvimento físico e psicológico de todos os alunos e comunidade.

Consta-se também , que a necessidade de construção de uma quadra coberta conforme solicitada por esta indicação, torna-se um avanço para a melhoria de um ensino com mais qualidade, que é um direito estatuído em Lei.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em Plenário.

Plenário das Deliberações, 11 de maio de 2015.
Dep. Neidson de Barros Soares - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - PV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a reforma e ampliação da Escola Estadual, Drummond de Andrade localizada no Município de Cacoal/RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Médio e modalidade regular EJA **Carlos Drummond de Andrade** localizada no Município de Cacoal/RO.

JUSTIFICATIVA

O município de Cacoal/RO começou com a chegada da linha telegráfica na região, aberta marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, no ano de 1909. Um dos postos telegráficos foi instalado no local onde atualmente está o município de Pimenta Bueno, sendo necessário a contratação de homens para trabalhar como guarda-fios, e assim ficou até 26 de novembro de 1977, quando foi elevado a município.

Em se tratando da escola com educação integral construída desde 1989 Carlos Drummond de Andrade uma escola com referência estratégica, far-se-á necessária a reforma e ampliação satisfatória da mesma para melhor atender aos seus alunos, a referida escola possui uma qualidade de ensino eficaz, por este motivo é umas das Escolas Estadual de Cacoal em que há maior concorrência pelos pais para a realização da matrícula de seus filhos no ano letivo. A reforma da Escola Estadual é de grande relevância uma vez que, uma unidade escolar com condições de abrigar seus alunos com conforto é fundamental para o pleno desenvolvimento destes.

Antes a relevância do pleito, conto com aprovação dos demais Pares e com o apoio da Secretária de Estado de Educação no sentido de vê-lo realizado.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2105.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - PV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção quadra poliesportiva na Escola Estadual Irmã Dorothy localizada no município de Presidente Médici/RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção quadra poliesportiva na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Irmã Dorothy localizada no Município Chico Mendes III Presidente Médici/RO.

JUSTIFICATIVA

O município de Presidente Médici encontra no interior do Estado de Rondônia é sede político-administrativa, foi dada pelos migrantes oriundos das regiões centro-sul do País, que aí se estabelecem a partir de 1970, contra a vontade do senhor Milton de Andrade Rios que os tinha como grileiros, invasores das terras que considerava serem de sua propriedade, visto tê-las adquiridas do senhor Luiz Mário Pereira de Almeida, como parte integrante do Sr. Presidente Hermes, situados entre os igarapés Preto e Leitão denominado Fazenda Presidente Hermes, pelo seu novo proprietário.

Em se tratando a escola Irma Dorothy no assentamento Chico Mendes III a construção da quadra poliesportiva vai

Proporcionar as crianças e adolescentes da Escola, acesso à prática de esportes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos mesmos, capacitando-os a lidar com suas necessidades, desejos, expectativas de forma que possa desenvolver competências técnicas sociais e comunicativas; contribuindo, também, para formação da cidadania, criando obrigações, estimulando a personalidade intelectual e física bem como oferecendo chances reais de integração e inserção social, afastando-os das drogas e violência, ensinando-os valores éticos morais, reduzindo a evasão escolar e estimulando a autoestima e melhorando a qualidade de vida dos mesmos.

Proporcionar também momentos de esporte saudável como forma de lazer.

Antes a relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Pares e o apoio da Secretária de Estado de Educação no sentido de vê-lo realizado.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - PV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a reforma e ampliação da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade localizada no município de Candeias do Jamari/RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Médio e modalidade regular EJA **Carlos Drummond de Andrade** localizada no Município de Candeias do Jamari/RO.

JUSTIFICATIVA

O Município Candeias do Jamari/RO criado pela Lei nº 363, de 13 fevereiro de 1992, com área desmembrada do Município de Porto Velho. E também possui um Distrito, Vila, chamado, Triunfo localizado a 120km da sede do Município, com cerca de 23 mil habitantes e com um índice de crescimento anual considerável.

Em se tratando da escola Carlos Drummond de Andrade uma escola com referência estratégica, far-se-á necessária a reforma e ampliação satisfatória da mesma para melhor atender aos seus alunos, a referida escola possui uma qualidade de ensino eficaz, e por este motivo é umas das Escolas de Candeias do Jamari em que há maior concorrência pelos pais para a realização da matrícula de seus filhos no ano letivo.

A reforma da Escola Estadual é de grande relevância uma vez que, uma unidade escolar com condições de abrigar seus alunos conforto é fundamental para o pleno desenvolvimento destes.

Antes a relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Pares e com o apoio da Secretária de Estado de Educação no sentido de vê-lo realizado.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURAO DE CARVALHO – PP – Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, no dia 19 de maio de 2015, às 10h,

para entrega de Título Honorífico ao Juiz Federal Dr. Dimis da Costa Braga.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, no dia 19 de maio de 2015, às 10h para entrega de Título Honorífico ao Juiz Federal Dr. Dimis da Costa Braga.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

A realização da Sessão Solene objeto deste Requerimento, é para que seja feita a entrega de Título Honorífico ao Juiz Federal Dr. Dimis da Costa Braga, já aprovado por esta Casa. Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 11 de maio de 2015.
Dep. Maurão de Carvalho - PP

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP e DEP. JESUÍNO BOABAID – PT DO B - Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública a ser realizada no dia 20 de agosto de 2015, às 9 horas, para discutir interesse do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEF.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer à Mesa Diretora, que seja realizada Audiência Pública a ser realizada no dia 20 de agosto de 2015, às 9 horas, para discutir interesse do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEF.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Nossa objetivo em realizar esta Audiência Pública é para discutirmos interesses do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEF/RO, apresentando a necessidade de adoção de políticas públicas efetivas para que esse público exerça o direito de participar com dignidade da vida, eliminando estereótipos, e, também fortalecer os direitos fundamentais adquiridos, aos portadores de deficiência.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2015.
Dep. MAURÃO DE CARVALHO - PP

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO - DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT DO B

Acrescenta e altera dispositivos a Constituição Estadual.

Art. 1º Ficam acrescentados o inciso XXXVII ao artigo 29 e o inciso V ao § 2º do artigo 36, da Constituição do Estado, com as seguintes redações:

“Art. 29
.....
XXXVII – expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos de bens cuja fiscalização lhe cabe

promover, fixando prazo razoável das providências cabíveis, através de suas respectivas Comissões.

Art. 36
.....

§2º
V- Expedir recomendações, com base no inciso XXXVII do Art. 29 desta Constituição, através das medidas contidas no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Art. 2º. O inciso XIX do artigo 29 da Constituição do Estado, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29
.....

XIX – sustar os atos normativos das Poderes e Órgãos do Estado de Rondônia, que exorbitam do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Tomamos a iniciativa em apresentar esta propositura, considerando que a mesma está devidamente respaldada, com amparo legal na Constituição Estadual de Rondônia e seu artigo 29, inciso XVIII, XIX e XXXVI, art. 31, art. 36, incisos I, III e IV, art.46 e art. 47, que visa adequar o bom andamento das atividades legislativas consagrados no Constituição Federal e Estadual que visa dar celeridade nos anseios sociais, apresentada pela população envolvida.

Contribuindo diretamente no conjunto fiscalizatório, entre outras atribuições desta Casa de leis. Que melhorar as respostas exigidas pelo parlamento e a própria sociedade, bem como manifestar-se, com o seu Poder, harmonizando assim, os trabalhos em conjunto com os demais Poderes.

Venho apresentar a Emenda à Constituição, pois não podemos permanecer inertes mediante muitas problemáticas que nos são apresentada. E uma delas é justamente uma Recomendação, de quem é responsável pelo processo legislativo que faz nascer a legalidade para que o Poder Executivo possa exercer suas funções Administrativas.

Hoje, vivemos num Estado em crescente desenvolvimento, e não podemos os limitar ainda, nos contornos exercido no passado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, hoje vive uma nova realidade. De muito trabalho, honestidade e representatividade, sempre visando o bem estar da sociedade rondoniense.

Portanto meus nobres Pares, nada mais justo que esta Casa, também ter a iniciativa de emitir Recomendações, que visam aprimorar o bom desenvolvimento da máquina pública. Razão pela qual desejamos que a nossa proposta encontre guarida por parte dos nobres Pares desta Casa e que contamos não apenas com o apoio, mas principalmente com o voto, para que possamos aprovar esta propositura.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015.
Dep. Jesuino Boabaid – PT DO B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B
- Requer Voto de Louvor, para o Policial Militar Anderson Alex

Magalhães Galvão do 1º Batalhão do Estado de Rondônia, pelo ato de bravura realizado nesta Capital, no dia 24 de abril de 2015.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do art. 182, inciso XII, do Regimento Interno, requer Voto de Louvor, para o Policial Militar Anderson Alex Magalhães Galvão do 1º Batalhão do Estado de Rondônia, pelo ato de bravura realizado no dia 24 de abril de 2015.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo deste requerimento de Voto de Louvor, é o reconhecimento pelo importante ato de bravura, realizado pelo Policial Militar Anderson Alex Magalhães Galvão, durante uma ocorrência de roubo na rua Borba com Piston, no Bairro Cohab, nesta Capital.

Relata a ocorrência policial, que o militar supracitado, trafegava à paisana pelo local quando observou a ação dos agentes, que de imediato deu ordem de parada, ignorada pelos mesmos. O criminoso ao perceber a presença do PM Anderson como testemunha, partiu em direção com uma arma de fogo em punho com a intenção de atingi-lo, diante desta conduta ofensiva e atentatória contra a sua vida e agindo em legítima defesa, o PM Anderson sacou sua pistola e desferiu um disparo contra o agente, vindo a ser imobilizado com êxito.

Com este ato de bravura, o militar conseguiu acionar uma guarnição e o criminoso foi encaminhado ao Hospital João Paulo II, na oportunidade também foram apreendidas duas motocicletas (produto do roubo) um revólver calibre 38 e munições.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento de Voto de Louvor.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015
Dep. Jesuino Boabaid – PT DO B

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL - COLETIVO

Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA nos termos do §3º. do artigo 38, da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica acrescentado o artigo 99-A a Constituição do Estado de Rondônia, com a seguinte redação:

“Art. 99-A O Procurador Geral de Justiça fará jus a segurança pessoal mantida pelo Estado através da Secretaria de Segurança Pública, após encerramento do seu mandato pelo mesmo período que tenha exercido a respectivo cargo.

Parágrafo único. Caso o Procurador Geral tenha sido reconduzido ao cargo, este prazo terá seu início após o encerramento do último mandato, tendo o tempo de garantia de segurança somando os 2 (dois) período.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O objetivo de nossa propositura é assegurar ao Procurador Geral de Justiça que deixe o cargo em razão do cumprimento de seu mandato, a segurança pessoal que deve ser mantida pelo Estado, uma vez que o Parágrafo único do artigo 99 da Constituição Estadual destaca a posição de exclusividade da competência ao Procurador Geral de Justiça a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos mediante inquérito civil e ação civil pública quando praticados pelo Governador do Estado, pelos membros do Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e da Defensoria Pública.

A condição de resguardar a moralidade na ordem pública e firmar, por ordem do ofício, o combate a todos os tipos de delitos que possam ocorrer na Administração Pública, muitas das vezes vai de encontro a grupos organizados que saqueiam e cometem delitos de toda ordem, cabendo ao Procurador Geral combatê-los por ser prerrogativa exclusiva do cargo, com isso amealhando inimigos do Estado, que passam a ser seus também e com isso correndo risco iminente por esses grupos, por sua própria vida e de seus familiares.

Pelo exposto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares para aprovação desta proposta de Emenda Constitucional.

Plenário das Deliberações, 12 de maio de 2015
COLETIVO

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON - PT DO B - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia aos órgãos competentes, a necessidade em disponibilizar Instrumentos Musicais de Fanfarras para o núcleo de apoio das Escolas Estaduais, localizadas no município de Guajará – Mirim.

O Deputado que a presente subscreve, ouvindo o Douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes a necessidade de disponibilizar Instrumentos Musicais de Fanfarra para Escolas Estaduais, localizadas em Guajará – Mirim.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa atender aos estudantes das Escolas Estaduais de Guajará – Mirim, com escopo de contribuir para a noção de espaço e tempo, trabalhando o ritmo e a expressão corporal dos alunos. A música é uma modalidade de suma importância para a vida de toda comunidade, pois, é uma linguagem traduzida em formas sonoras, entendendo-se a mais nobre capacidade de expressão e comunicação, sentimentos e pensamentos.

Cumpramos esclarecer que a presente proposição se refere ao pedido de Instrumentos Musicais e temos como um dos mais necessários os Bumbus, Caixinhas, Surdos, Pratos e Peles para reposição dos instrumentos.

Sabe-se que as Escolas Estaduais em Guajará – Mirim, possuem uma tradição há anos, com apresentações de Fanfarras que acontece todo dia 5 de setembro de cada ano, além da tradicional comemoração do dia 7 de setembro. Por outro lado, cumpre ressaltar que algumas escolas estão sofrendo com a falta de instrumentos musicais, o que impede o seguimento das tradicionais festas em Guajará-Mirim.

Desta forma, verifica-se também, que a música na escola se dá com a imagem institucional, sendo reafirmada com a demonstração das apresentações, eis que, reforça na aquisição da disciplina escolar e na ocupação e produtividade dos alunos.

Ademais, constata-se que as bandas de fanfarras apresentadas pelos alunos das Escolas Estaduais, contribuem efetivamente para a melhoria da qualidade de formação sócio-cultural de seus componentes.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 11 de maio de 2015.

Dep. Neidson de Barros Soares – PT do B

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

E R R A T A

À

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 99, DE 13 DE MAIO DE 2015

Em razão de erro material ocorrido no texto da Emenda Constitucional nº 99, de 13 de maio de 2015, que “Acrescenta e altera dispositivos à Constituição Estadual” publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 077, de 14 de maio de 2015,

Onde se lê: XXXVII

Leia-se: XXXVIII

ATO Nº 61/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no período de 14/05/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Costa Marques - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5701/2015-10.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100007668	David Santos Casseb	Téc. Legislativo	Dpto. de Comunicação Social
200161388	Fabio Jose Vieira Moraes	Asses. Técnico	Dpto. de Comunicação Social

Porto Velho - RO, 14 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 59/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 14 a 16/05/2015 ao servidor ANTONIO MARCOS DE SOUZA NOBREGA, cadastro nº 200161071, Assessor Técnico, lotado no Departamento Médico, para deslocar - se a Ponta do Abunã e Distrito de Extrema - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5655/2015-50.

Porto Velho - RO, 13 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 60/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 14 a 16/05/2015 ao servidor CÉLIO JUNIOR CAETANO P. S. LOPES, cadastro nº 200161944, Assessor Militar, lotado na Secretaria de Segurança Institucional, para deslocar - se ao Distrito de Extrema - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 5655/2015-50.

Porto Velho - RO, 13 de Maio de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral